TRABALHOS

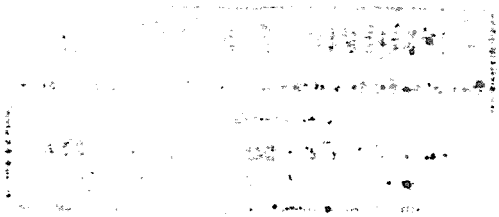
DE

ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XIX — FASC. 2
(NOVA SÉRIE—DA SOCIEDADE E DO CENTRO)

PORTO — 1963
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências



17. ABR. 1983

- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA -
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Rua do Campo Alegre, 1055
4100 P O R T O

As gravuras litotrípticas de Ridevides (Vilariça)

POR

J. R. dos Santos Júnior
Prof. de Antropologia da F. C. do Porto

A Vilariça é o feracíssimo vale trasmontano que se estende pelos concelhos de Moncorvo, Vila Flor e Alfândega da Fé, desde a Burga, no sopé da serra de Bornes, que o fecha pelo norte, até à foz do rio Sabor onde este se lança no rio Douro, quase no topo da apertada volta com que o Douro abraça o Monte Meão.

Os terraços do rio Sabor formam na porção terminal do vale as afamadas «courelas» da veiga da Vilariça. Graças aos nateiros que as cheias, com a rebofa, nelas depositam, as courelas são dos campos de maior produtividade no nosso país, nomeadamente em milho e em melões.

O vale é percorrido pela ribeira da Vilariça que lhe forma eixo e como que o divide longitudinalmente a meio. Esta ribeira, afluente da margem direita do Sabor, nele desagua a cerca de 2 km de distância do rio Douro.

Terra fértil e água relativamente abundante são factores que justificam, e explicam, a série de aldeias que assentam na orla do vale da Vilariça, bem como as quintas de grande nomeada nele existentes. Numa delas, a Quinta de Ridevides, existem as gravuras de que vamos tratar.

Dada a fertilidade do vale da Vilariça, não admira que, desde sempre, ele constituísse atractivo populacional. Daí a existência de vários elementos arqueológicos que nos permitem dar o vale como habitado desde longa data.

É tradição ter existido um dólmen, ou anta, perto da aldeia da Junqueira, entre esta e a margem esquerda da ribeira da Vilariça, dólmen há muito destruído.

Uns 3 km abaixo, e na margem direita da mesma ribeira da Vilariça, fica a velha Quinta da Pedra d'Anta, topónimo que atesta ter ali existido outro dólmen, ou anta.

Conheço na Vilariça duas estações de arte rupestre, a «pedra escrita de Ridevides», tema deste trabalho, e a «pedra escrita do poço da moura», esta precisamente à borda da margem direita da ribeira da Vilariça no termo de Assares, concelho de Vila Flor. Desta última publiquei uma fotografia de conjunto na fig. 18 do trabalho *Arte Rupestre* (1), e na primeira oportunidade espero fazer a sua publicação integral.

Citarei ainda as gravuras rupestres em penedos do Castro do Baldoeiro *(Civitas Baniensis)* que se interpretam como representações de serpentes. De facto, na base dum enorme rochedo, ali se vê gravada uma serpente com 1m,85 de comprimento, na qual se distingue uma dilatação correspondente à cabeça e um afilamento na extremidade oposta. Pelo seu ondulado, pela dilatação cefálica e adelgaçamento caudal é tão flagrante a representação duma serpente, que o povo chama *Penedo do Cobrão* ao enorme bloco de granito onde foi insculpida. No Castro do Baldoeiro há outras gravuras de serpentes das quais me ocupei num pequeno trabalho (2) apresentado ao Congresso Internacional de Antropologia, realizado em Portugal em 1930.

---

(1) J. R. dos Santos Júnior, *Arte rupestre*, comunicação apresentada ao I Congresso do Mundo Português, in «Congresso do Mundo Português», Publicações, I Vol., Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História (I Congresso), Lisboa, 1940, págs. 327 a 376, 26 figs.

(2) J. R. dos Santos Júnior, *As serpentes gravadas do Castro do Baldoeiro (Moncorvo — Trás-os-Montes)*, XV Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique, IV Session de l'Institut International d'Anthropologie,

«Castros», há uma série deles nos cabeços que marginam o vale da Vilariça. Conheço os seguintes: Em baixo, junto à foz do Sabor, o castro do «Cabeço dos Carneiros»; depois a «Derruída», resto de povoação medieval muralhada que deve ter sido erguida sobre um reduto castrejo preexistente; em frente o castro do Baldoeiro; depois o da Senhora do Castelo; a seguir o da Junqueira; depois o «Castelo dos Mouros», da Adeganha. Estes, todos do lado do nascente. Do lado poente só tenho conhecimento do «Castelo» da Cabeça Boa e do «Castro de Sampaio» (1).

Na resenha arqueológica da Vilariça há que citar os sete porcos de pedra, «berrões», aparecidos junto da foz do Sabor, na aldeia das Cabanas, no «olival dos berrões» (2). Estão no Museu Etnológico «Dr. Leite de Vasconcelos», de cujas colecções fazem parte como peças arqueológicas do maior interesse.

Podemos acrescentar a ara consagrada às ninfas que há anos encontrei na Quinta do Carrascal, junto da ribeira da Vilariça, e foi publicada em 1953 na revista espanhola «Zephyrus», num trabalho feito de colaboração com o Coronel Mário Cardoso (3).

Por último temos as sepulturas abertas em rochedos de granito, situadas na Quinta da Vila Maior, margem direita da Vilariça, próximo da aldeia das Cabanas.

A Vilariça é pois um recanto trasmontano com certo interesse arqueológico.

Portugal, Septembre, 1930, Actes du Congrès, Paris, 1931, págs. 413-418, com 2 figs.

(1) J. R. dos Santos Júnior, *O Castro de Sampaio*, in «Revista de Guimarães», Vol. LXII, Guimarães, 1952, págs. 299 a 306, 3 figs.

(2) Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, Vol. III, Lisboa, 1913, págs. 25 a 28.

(3) J. R. dos Santos Júnior & Mário Cardoso, *Ex-votos às ninfas em Portugal*, in Homenagem a Cesar Moran Bardon, «Zephyrus», Vol. IV, Salamanca, 1953, págs. 53 a 68, 5 figs.

É de crer que numa prospecção cuidada se venham a encontrar mais elementos a valorizar a sua arqueologia.

No presente trabalho vamos estudar a «pedra escrita de Ridevides», que, como veremos, é um importante monumento de arte rupestre.

A Pedra Escrita

O meu primeiro contacto com esta pedra vem do ano de 1931, mercê de uma série de explorações então em curso.

Sobretudo de 1930 a 1935 fiz várias excursões pela província de Trás-os-Montes em pesquisas arqueológicas. Tinha em vista o reconhecimento arqueológico geral e, dum modo especial, o das estações de arte rupestre, para tirar fotografias e fazer desenhos de todos os sinais gravados. Dessa forma pretendia reunir elementos que permitissem a publicação de um *Corpus Petroglyphorum trasmontanum,* à maneira do esplêndido *Corpus Petroglyphorum gallaeciae* (1) publicado em 1935 pelo Seminário de Estudos Galegos, essa notável agremiação científica que ilustra não só a Galiza mas também a Espanha.

As viagens que fiz à África desde 1936 a 1955, como chefe da Missão Antropológica de Moçambique (2), desviaram a minha atenção para problemas de outra ordem.

---

(1) R. Sobrino Buhigas, *Corpus Petroglyphorum Gallaeciae*, excelente publicação do «Seminário de Estudios Gallegos», Santiago de Compostela, Galiza, 1935, 61 págs., 87 Est., com 189 figs.

(2) A Missão Antropológica de Moçambique foi criada pelo Sr. Dr. Francisco Vieira Machado, que foi ilustre Ministro das Colónias, como então se designava o ministério do Ultramar. Fizeram-se seis campanhas de trabalhos de campo em África nos anos de 1936, 1937, 1945, 1946, 1948 e 1955. Ao Sr. Dr. F. Vieira Machado quero, mais uma vez, testemunhar a minha gratidão pelo amparo que sempre dispensou aos trabalhos da minha Missão.

PEDRA ESCRITA DE RIDEVIDES

Q.ta de Ridevides, termo de S.ta Justa, freg.ª da Eucísia, conc. Alfândega da Fé

0 50 cm 1m

ESCALA

Fig. 1 — Aspecto de conjunto das gravuras da pedra n.º 1. A mancha em rede ponteada, que se estende ao través da «pedra escrita», e a divide em duas metades, é mais estreita do que está no desenho. A cabeça desta gravura corresponde, sensìvelmente, ao lado Norte.

Francisco C. de Sousa, fecit.

Os abundantes materiais colhidos em Moçambique e a importância, não apenas científica mas até política, dos estudos a realizar levaram-me à convicção de que me seriam dadas condições para levar por diante, até final, o estudo da Antropologia daquela nossa província do leste africano.

Em dada altura e superiormente parece não ter sido reconhecido grande interesse em tal estudo visto que os trabalhos de gabinete foram suspensos ex-abrupto, cortando um ano ao quinquénio que havia sido criteriosamente estabelecido em Portaria.

É de crer que, bem pesadas as circunstâncias, haja oportuna reconsideração, e, de novo, se crie ambiente propício ao desenvolvimento dos nossos estudos de Antropologia de Moçambique.

Entrementes volto à Arqueologia trasmontana onde tanto há que estudar.

Muitos e importantes achados conservam-se por assim dizer inéditos, porquanto deles pouco mais se sabe que a sua localização.

No vasto campo da arqueologia trasmontana muito há pois que estudar e, com certeza, bastante para descobrir.

Ocupamo-nos, por agora, da «Pedra Escrita de Ridevides».

Esta pedra é de xisto, de superfície lisa com cerca de 12 m², nivelada com a terra que em parte a cobria, está inclinada para sudoeste em concordância com o pendor da ladeira em que assenta e fica a uns 10 m do regueiro da «canada» que passa junto dela e escoa as águas pluviais para a ribeira da Vilariça, que lhe passa a cerca de 200 m pelo poente.

Julgamos que a superfície onde foram gravados os múltiplos e variados litótribos (Fig. 1), não foi preparada de antemão, mas simplesmente aproveitada nas suas condições naturais.

O nome de «pedra escrita», como o povo a designa, resulta do grande número de traços e múltiplos sinais com que, pode

dizer-se, está quase inteiramente riscada, como bem mostram as fotografias e desenhos que dela publicamos.

Ao lado de cima, e a uns 6 m (Est. I, fig. 4), há outra pedra mais pequena, também rasando com a terra, que tem alguns sinais gravados (Fig. 2). A esta pedra chamaremos a pedra n.º 2 e à maior a n.º 1.

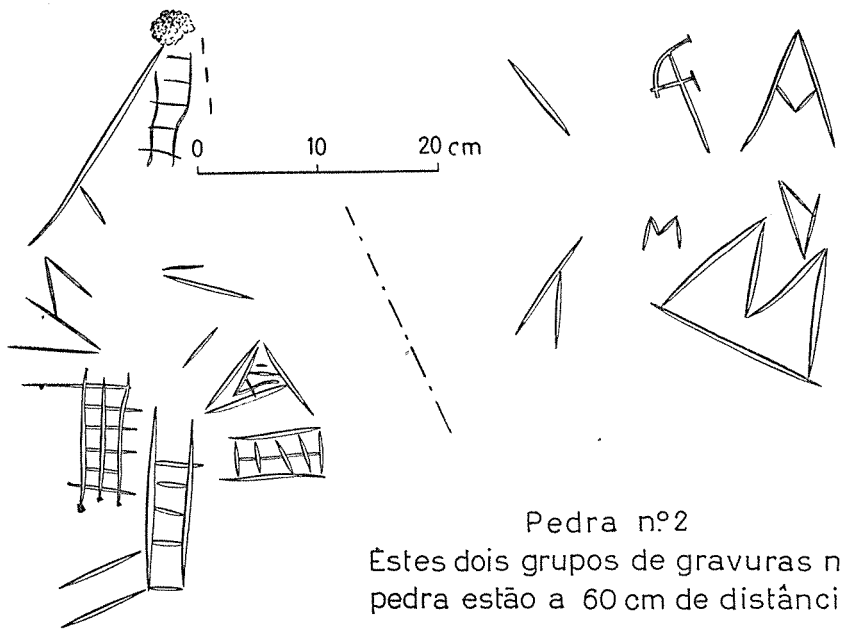


Fig. 2 — Alguns sinais gravados na pedra n.º 2 de Ridevides.

Situação

A «Pedra Escrita de Ridevides» fica ao cimo do Vale da Vilariça, na margem esquerda da Ribeira, a uns 700 ou 800 m para norte da casa da Quinta de Ridevides, em termo da aldeia de Santa Justa, freguesia da Eucísia e concelho de Alfândega da Fé. O sítio ocupa posição extrema no sul deste concelho perto

dos limites que o separam dos concelhos de Moncorvo e de Vila Flor.

Natureza das gravuras

A pedra n.º 1 está, pode dizer-se, cheia de sinais que vamos analisar ràpidamente sob o ponto de vista da técnica empregada na sua gravação.

Abundam os traços rectilíneos ou ligeiramente ondulados, formados por sulcos fusiformes, isto é, grossos no meio e aguçados nas pontas, mais fundos na parte média e subindo em rampa para as extremidades onde vêm morrer à superfície da pedra. Estes sulcos, na sua morfologia, lembram os chamados afiadores dos machados neolíticos, que mais devem ter servido para aguçar agulhas ou instrumentos pontiagudos, do que pròpriamente para aguçar machados de pedra.

Estes traços constituem a grande maioria dos sinais que se vêem na pedra; devem ter sido feitos por fricção, com um instrumento duro, terminado em gume ou ponta, manejado de encontro à superfície a ornamentar, num repetido movimento de vaivém. É possível que a adjunção intermitente de um pouco de água fosse empregada para facilitar o desgaste da pedra, que, como dissemos, é de xisto.

A este tipo de gravuras, com o auxílio do Prof. Francisco Torrinha, chamei *litotrípticas* (1), para contrapor a outro tipo de

(1) J. R. dos Santos Júnior, *Arte rupestre*, cit. Na nota 57, deste trabalho, a pág. 375 do Vol. referido, aludo à criação deste vocábulo.

Senti-me embaraçado para designar os dois tipos de gravuras obtidas por técnicas diferentes, umas picando a rocha, outras esfregando de encontro a ela o instrumento gravador.

Fui consultar o Prof. Dr. Francisco Torrinha, filólogo distintíssimo, a cuja memória presto rendida homenagem, que à minha consulta criou os vocábulos,

gravuras obtidas picando a rocha, e marcando nela o respectivo sinal por ablação de lascas sucessivas que se fazem saltar a pico ou a ponteiro. Para as gravuras deste segundo tipo, também com a ajuda do Prof. Francisco Torrinha, criou-se o termo *litostícticas*.

Na «Pedra Escrita de Ridevides» há também, como veremos, gravuras deste tipo, quase todas em forma de ferradura e algumas sobrepostas a litótribos que foram em parte danificados.

Há ainda alguns sinais, pequenos e finamente riscados. Somos levados a crer que o seu desenho haja sido feito sem demorado, nem intenso, movimento de vaivém do bem aguçado instrumento gravador.

Pedra n.º 1

Esta pedra, como se vê pelas fotografias das figs. 3, 4 e 5, rasa com a terra, que em parte a cobria, tem forma trapezoidal, com $4^{m},70$ de base maior, 2 m de base menor: os lados medem cerca de 3 m. A pedra tem pois uma área de um pouco mais de 11 metros quadrados. É de superfície lisa natural e ligeiramente inclinada para sudoeste num pendor concordante com o da terra em ladeira onde aflora.

Apresenta um sulco ou estaladela natural que a percorre ao través em toda a extensão, paralelamente à base e sensìvelmente na linha leste-oeste (Fig. 5).

Deste sulco partem, para um e outro lado, algumas fendas ou estaladelas, fissuras naturais do xisto.

Os bordos destes sulcos são quase sempre irregulares e denteados. Quem sabe se obra de algum alucinado pesquisador de tesouros?

Litostíctico, do grego *lithos* = pedra e *stirtos* = picado; de *stizein* = picar, imprimir marca ou sinal com instrumento agudo ou ardente. *Litotríptico* do grego *lithos* e *tripsis* = fricção; de *tribein* = esfregar.

Na sua obsessão de cobiça os loucos sonhadores com tesouros escondidos julgam-nos encantados em muitos monumentos arqueológicos. Com o livro de S. Cipriano e toda uma série de práticas e artimanhas, com seu quê de bruxaria, procuram quebrar-lhe o encanto.

Em muitos casos a crença ignara admite que no interior das pedras está escondido o tesouro (1). Daí muitas pedras serem

(1) Em Maio de 1960 fiz escavações no sítio da «Pedra da Moura» em Ardegães, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia. Ali encontrara, 30 anos antes gravuras rupestres num pequeno penedo implantado na terra e dela pouco saliente e, numa grande pedra solta uma curiosa gravura em xadrez, com algumas covinhas no meio de muitos dos seus quadrados. Manifestei o propósito de salvar esta pedra da fúria destruidora de qualquer louco pesquisador de tesouros levando-a para o Museu do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia», da Universidade do Porto. O dono da pedra prontamente aquiesceu ao meu pedido e deu-me a pedra. Quando, passados dias, me preparava para a carregar e transportar, veio ordem em contrário.

Averiguei, depois, que se passara o seguinte.

Como havia pouco fizera escavações na terra em torno da pedra, a coisa deu brado e daí um levante de opiniões sobre aquela «pedra da moura».

Uma filha do dono da pedra foi zunzunada pelas vizinhas e senhoras comadres. Os comentários ferviam.

— Que grande tolice dar aquela pedra para um museu!

— Aquela «pedra da moura» à certa que era sinal dum grande tesouro, e bem podia ser que estivesse dentro da pedra.

— Quem sabe se dentro da pedra estará uma gaveta cheia de libras de ouro.

Estes e outros dizeres corriam de boca em boca.

Ao ouvi-los os vinte e poucos anos da moça, em natural imaginação, deram em sonhar com o tesouro. A filha encontrou na mãe imediata predisposição na aceitação dos seus sonhos.

Quando o sonho se repete três noites a fio, isso então é que dá à imaginação o calor do rubro vivo.

A mãe encarregou-se de zunzunar o homem. Este apertado pela mulher e pela filha voltou com a palavra atrás. A intervenção diplomática do meu amigo

estilhaçadas a tiro (1) ou quebradas à marreta com a mira de haver à mão o tesouro que supõem metido dentro delas.

Felizmente as gravuras da «pedra escrita», pode dizer-se, foram totalmente ou quase totalmente respeitadas.

O desenho e as fotografias mostram a quantidade de sinais nela gravados, muitas vezes num emaranhado de entrecruzamentos que cria embaraços para o isolamento justo e preciso de cada sinal.

Pedra n.º 2

Esta pedra fica, como dissemos, ao lado e um pouco acima da pedra n.º 1. Dista dela uns 6 m e rasa também com a terra que a cobria quase totalmente. Tem $5^{m},50$ de comprido por $1^{m},50$ de largura. Ao pesquisar o terreno à volta da pedra n.º 1 deparei com estoutra pedra e nela alguns traços gravados. Removida a terra que em parte a cobria, apareceram mais sinais. Vão reproduzidos, em parte, na fig. 2.

Trata-se dum conjunto relativamente pequeno, constituído por dois grupos. Um, o da esquerda, formado por 2 sinais em grade ou xadrez, dois escalariformes, um triângulo e alguns traços lineares, um dos quais, o maior, tem numa extremidade uma

---

Coronel Carlos Moreira, Presidente da Câmara Municipal da Maia, abalou a negativa do dono da pedra e esta já está salva e depositada no Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Porto.

(1) O «Penedo de Outeiro Machado», na Abobeleira, arredores de Chaves, é um importante documento da arte rupestre trasmontana. Há poucos anos foi broqueado e estilhaçado numa ponta por um tiro que lhe meteu um louco pesquisador de tesouros, na mira de deitar as unhas à enorme riqueza que a sua imaginação supunha escondida nas entranhas daquele grande bloco de granito.

Bem era que se tentasse repor na posição primitiva o pedaço que lhe foi arrancado a tiro.

covinha e na outra uma bifurcação (Fig. 34). O outro grupo, à direita deste e dele separado uns 60 cm, é formado por 7 sinais em que avultam um conjunto de linhas quebradas, em forma de M, e um sinal em forma de A. São tão diferentes estes dois grupos que devem corresponder provàvelmente a duas épocas diferentes.

Nesta pedra há ainda, para baixo e para a direita, uns 5 sinais de traços um tanto apagados; dois são sulcos lineares, outros dois em forma de V alongado, e um em forma de X. É bem possível que este grupo, diferente de qualquer dos anteriores, corresponda a um terceiro período de execução.

Tipos de sinais gravados

No conjunto das gravuras litotrípticas da «pedra escrita» com grande número de sinais insculpidos, há pormenores de certos sinais ou grupos de sinais, embora todos do tipo litotríptico, que traduzem, por assim dizer, o cunho pessoal do seu realizador. Aqueles muitos sinais devem ter sido feitos em diferentes períodos mais ou menos afastados, e por diferentes pessoas.

Daí a tendência natural em isolar os sinais segundo determinantes comuns, das quais a forma é, sem dúvida, a que primeiro orienta a sua separação e subsequente agrupamento.

No complexo daquela multiplicidade há sinais que se dispõem lado a lado ou até parecem ligados entre si por sulcos conjugantes que, no entanto, bem podem ter sido feitos em ocasiões diferentes e com significado à parte da figura global a que parecem conjugados.

O certo é que somos levados a isolar alguns sinais, embora a tarefa nem sempre seja fácil. Aliás o desenho da figura de conjunto e as fotografias, sobretudo as dos moldes de papel mata-borrão (Figs. 24 a 34), permitirão ao leitor fazer a crítica do tentâmen de separação que vamos fazer para algumas figuras.

Na «pedra escrita», por entre sulcos rectos ou ondulados, ligados entre si ou isolados, cruzados, paralelos ou convergentes, há sinais bem definidos que podemos separar nos seguintes grupos ou tipos.

Triângulos: São numerosos os sinais triangulares. Podem contar-se mais de 30. Há-os de várias formas e tamanhos. Uns simples, outros com apêndices, uns com o seu interior riscado, outros lisos.

É curioso um grupo de três triângulos, dois deles geminados ou coalescentes com um lado comum e o terceiro ligado pelo vértice ao vértice dum dos anteriores. O lado comum dos triângulos coalescentes continua-se por um sulco irradiante, sulco a breve trecho atravessado por dois sulcos cruzados, o que dá ao conjunto o aspecto dum cata-vento ou rosa-dos-ventos (Fig. 33).

A tendência imediata é considerar os triângulos da «pedra escrita», mais de 30 como dissemos, como representando pontas de seta. Registe-se que, admitida esta hipótese, as pontas de setas representadas são na sua quase totalidade, de base recta. Há apenas dois triângulos nos quais a base num é ligeiramente côncava, e no outro com tendência à convexidade. Certo é que os triângulos podem ter outra significação. Lembremo-nos, por exemplo, das siglas dos canteiros medievais e das siglas dos pescadores poveiros, que são marca, ou atributo pessoal e familiar.

Escalariformes: Há pelo menos uma dúzia de sinais em forma de escada, uns maiores e outros menores. O maior tem 18 ou 19 degraus. Os mais pequenos só com 3 ou 4 degraus.

Há dois escalariformes parcialmente destruídos quando picaram na rocha dois sinais em ferradura. Uma destas ferraduras foi sobreposta a meio de um dos lados da escada (Fig. 31), a outra ao través e quase na extremidade da outra escada (Fig. 30).

Um dos escalariformes, ao contrário de todos os outros, tem os sulcos correspondentes aos degraus oblíquos aos lados da escada formando uma espécie de três VV sucessivos ou, se quisermos, uma linha quebrada de seis traços ou sulcos. É de crer que esta disposição em linha quebrada tenha neste escalariforme, se é que escalariforme se lhe pode chamar, um significado especial. Qual? Não o sabemos. Há muitas incógnitas nas siglas rupestres que tarde ou nunca serão resolvidas.

Enxadrezados: São também doze os sinais de sulcos entrecruzados formando grade ou xadrez. Alguns, simples, são formados por três traços sensìvelmente paralelos cortados por um certo número de sulcos ao través. Outros, mais complexos, têm 4 ou 5 traços sobre o comprido, cortados por alguns traços riscados no sentido transversal.

Sinais deste tipo têm sido interpretados como a representação da trama de escudos, e daí a designação de escutiformes que correntemente lhe é atribuída e não me repugna conceder-lhe.

Associação de traços paralelos e convergentes: Há um grande número de sinais que podemos congregar sob a designação geral de associações de paralelas e traços convergentes. O desenho da fig. 1 reproduz alguns desses sinais cuja interpretação cria grande embaraço.

Cruciformes: Há-os de várias formas e tamanhos. Uns simples outros emparelhados. Os sinais em cruz têm sido, e são muitas vezes, interpretados como a esquematização extrema da figura humana. Sendo assim nos 2 sinais cruciformes emparelhados, isto é, duas cruzes nas quais os braços duma se continuam com os braços da outra por a mesma linha recta formar os braços das duas cruzes postas lado a lado, sendo assim, dizíamos, pode-

ria ver-se nestes cruciformes emparelhados a representação do casal, homem e mulher, ou «couple» como lhe chamam os autores de língua francesa.

Sinais em ampulheta ou cálice: Há pelo menos cinco destes sinais. Podem ver-se dois, nas figs. 24 e 25.

Quadrados e rectângulos: Há só três destes sinais.

Linhas quebradas ou em ziguezague: Há vários sinais deste tipo, sendo por vezes difícil, dado o entrecruzamento dos sulcos, isolar alguns deles. Como é bem natural, os gravados deste tipo assemelham letras maiúsculas tais como: M M, N N ou Z Z, sem que, no entanto, se nos afigure que tenham significado alfabético; daí não os considerarmos como alfabetiformes.

Gravuras litostícticas da Pedra Escrita

Embora este trabalho vise especialmente o estudo das gravuras litotrípticas de Ridevides, há que referir as gravuras que foram picadas na pedra, algumas sobrepondo-se e destruindo em parte litótribos anteriores.

Como o desenho de conjunto, fig. 1 e as fotografias das figs. 18 a 21 e 28 mostram, à parte três sinais em ferradura, dois deles sobrepostos a escalariformes, é na extremidade oeste da «pedra escrita» que se distribuem as gravuras litostícticas repartidas em dois grupos. Um, à esquerda, é formado por sinais em ferradura, 7 dos quais com covinha mediana, e dois sinais fechados, um circular e outro quadrangular. Ao lado e por baixo deste há um sinal estranho que parece ser uma ferradura com covinha central, mas em que um dos ramos da ferradura se prolonga em linha ondulada, dando o todo a impressão de um

serpentiforme. Por último temos um sinal na parte superior esquerda que, à primeira vista, dá a impressão de uma ferradura com dois sulcos apendiculares cimeiros, mas que, como bem mostra a fig. 28, mais deve ser considerado um sinal em cruz com um dos braços continuado em prolongamento arciforme descendente.

O grupo à direita do anterior é formado por dois cruciformes geminados pela continuação e coalescência dos ramos das cruzes, um sinal em T, outro em barra com saliência mamilar na parte média do bordo superior, uma ferradura e três covinhas, duas das quais junto dos cruciformes, e a terceira por fora da convexidade do sinal em ferradura.

Estes sinais são posteriores aos litótribos sobre os quais foram picados e que destruíram em parte.

Ao observar a fotografia do molde feito de papel mata-borrão (Fig. 28) colhe-se a impressão nítida de duas técnicas. Uma de picado grosso, a outra de picado fino que parece mesmo ter sido parcialmente alisado por abrasão. Isto leva a pensar que na litostíctica houve duas fases, talvez mesmo dois níveis cronológicos.

Se é certo que alguns sinais em ferradura destruíram, como já disse, alguns litótribos, o certo porém é que as gravuras litostícticas se concentram num extremo da «pedra escrita» onde se nota a existência de um pequeno número de litótribos.

Os sinais em ferradura têm sido considerados por muitos autores como um grau de grande estilização da figura humana.

A adoptar-se este parecer, considerando base de «pedra escrita» o lado do seu pendor, temos de concluir que algumas figurações humanas estão de pernas para o ar.

Repetirei o que já atrás escrevi. Há que confessar nobre e corajosamente a triste limitação das nossas possibilidades, no estado actual dos nossos conhecimentos, ao procurar o significado dum grande número de siglas gravadas ou pintadas nas pedras que nos legaram antepassados remotos. Muitos deles terão talvez

significado ideográfico, ou até hieroglífico, por enquanto para nós desconhecido.

Interpretação das gravuras litotrípticas da Pedra Escrita

São múltiplos os problemas postos em torno das gravuras rupestres e um deles é, precisamente, o de interpretar o seu significado.

Há gravuras que pela sua feição naturalista, quando por ex. representam figurações de pessoas e de animais ou só destes, se podem interpretar como cenas de caça ou símbolos animais destinados a práticas propiciatórias de caça.

Quando, porém, os sinais gravados são do tipo geométrico as dificuldades de interpretação avolumam-se.

Num conjunto, como o da «pedra escrita» de Ridevides, em que há algumas dezenas de sinais, muitos deles riscados num emaranhado entrecruzamento de sulcos, somos levados a crer que tudo aquilo foi feito ao longo dum vasto período de tempo.

De tempos a tempos um novo sinal seria gravado na pedra, muitas vezes sem respeitar a integridade do sinal anterior. E assim, a pouco e pouco, a pedra se foi enchendo de sinais. Afigura-se-nos lícito pensar que assim tenha sido.

Cada um dos sinais, na sua variedade de tipos, e dentro de cada tipo nas suas várias morfologias, em que certos pormenores devem corresponder, muito provàvelmente, a significados próprios, cada um dos sinais, dizia, deve corresponder a uma ideia, deve exprimir uma atitude, deve ser o reflexo dum acto de vontade que determinou a sua feitura.

Cada um daqueles sinais deverá, provàvelmente, ter um significado ideográfico, simbólico, quem sabe se até hieroglífico.

Mas a par da significação de cada um dos múltiplos sulcos e sinais que enchem a «pedra escrita», o todo deve corresponder

a uma profunda e ampla manifestação de um agregado populacional, unido por um sentimento comum.

Tal sentimento teria levado os seus indivíduos a riscarem na pedra sinais que, pertencendo é certo a tipos diferentes quanto à sua configuração obedeceram, todos (os do grupo das gravuras litotrípticas) à mesma técnica de fricção ou abrasão.

Como já dissemos, e o desenho da fig. 1 bem mostra, há algumas ferraduras que foram picadas na rocha, sobretudo num dos extremos do conjunto. Estas gravuras litostícticas foram picadas sobre alguns litótribos por elas parcialmente destruídos. Por isso se pode afirmar que os sinais em ferradura são posteriores e sê-lo-ão, seguramente, muito posteriores. Teriam sido feitos num período em que o significado cultual, mítico ou religioso dos litótribos subjacentes aos sinais em ferradura, se tinha esvaído ou, pelo menos, diminuído de importância.

Deixemos estas gravuras litostícticas e continuemos a ocupar-nos do conjunto dos litótribos.

Olhando o desenho da fig. 1 e as fotografias das figs. 17 e 24 vê-se realçar uma figuração sub-rectangular bem delimitada por sulcos profundos, que são dos mais largos e mais profundos que há na «pedra escrita».

Esta figuração rectangular ou, melhor, em forma de portada, ocupa sensìvelmente o meio de todo o conjunto (Fig. 1).

Somos tentados a analisá-la em separado.

A primeira ideia que nos surgiu ao procurar qualquer similitude arqueológica foi a de ver nela uma possível representação dum ídolo do tipo neolítico.

De facto o seu delineamento geral e as duas covinhas que ocupam os recantos superiores levam a pensar nas placas-ídolos, tão frequentes nos monumentos megalíticos portugueses e em algumas grutas do sul do país.

Se tal hipótese é plausível, o certo, porém, é que algumas covinhas de distribuição aparentemente irregular e a abertura inferior delimitada pelos lados desta figuração sub-rectangular são restrições que podem opor-se à hipótese de se tratar dum ídolo (1) do tipo das placas-ídolos.

Mas não podemos esquecer que em muitas estações de arte rupestre aparecem figurações animais que é lícito admitir como ligadas ao culto zoolátrico, e noutras figuram representações astrais que imediatamente levam a pensar no culto dos astros e nomeadamente do sol. Aliás ainda hoje, não só entre os povos primitivos como até em nações que atingiram certo grau de civilização, há muitos hábitos e velhos costumes populares em que transparece o culto do sol, da lua e das estrelas. Tais costumes e outras velhas tradições encobrem profundas raízes de remotas manifestações religiosas, ligadas a antigos cultos pagãos.

Pode pois, sem que tal seja considerado absolutamente improvável e reflexo de pura inventiva, considerar-se aquela representação sub-rectangular, situada sensìvelmente a meio do conjunto das gravuras da «pedra escrita» de Ridevides, como um possível ídolo, do tipo das chamadas placas-ídolos, e até do tipo do ídolo neolítico.

---

(1) Este sinal idoliforme a que chamei sub-rectangular talvez seja melhor considerá-lo, por mais preciso, em forma de portada.

Os dois lados maiores representam as ombreiras da porta e o lado cimeiro a padieira. Note-se que noutra estação de gravuras rupestres de Trás-os-Montes, a «Fraga das Ferraduras» do sítio do Valongo, entre Belver e Fonte Longa, concelho de Carrazeda de Ansiães, aparece um sinal deste tipo em portada. Desta fraga publiquei uma fotografia na fig. 20 do meu citado trabalho *Arte rupestre*. As gravuras desta Fraga das Ferraduras são do tipo litostíctico, isto é, picadas na pedra rasante com a terra. No extremo da pedra, que na fotografia está em primeiro plano, vê-se o sinal em portada que, na Fraga das Ferraduras de Valongo, se pode também considerar como uma representação idoliforme.

Admitida esta hipótese, a «pedra escrita» seria uma espécie de santuário rupestre onde os crentes viriam realizar práticas cultuais, deixando nela marcada a sua presença por sinais simbólicos ou ideográficos cujo significado preciso é difícil de apreender com segurança.

Não resistimos à natural tendência de emitir uma hipótese sobre o possível significado da «pedra escrita» de Ridevides, como um santuário rupestre. Mas é lícito perguntar.

A que astro ou astros seria dedicado o culto? E por que em vez de culto astral não seriam antes homenageadas divindades tutelares de outra natureza? Em que consistiriam os ritos ou práticas rituais destes cultos, se é que, de facto, tais cultos existiram?

A hipótese posta de se tratar dum santuário rupestre afigura-se-nos plausível.

No entanto, repito, é necessário dizer, nobre e corajosamente, a nossa triste limitação ao procurar o significado dum grande número de gravuras rupestres.

Nada impede contudo que, em coordenação de ideias e compilando elementos de vária ordem, se formulem hipóteses, que devem ser apenas consideradas como tais e não como verdades apuradas.

Como vimos, abundam na «pedra escrita» os sinais triangulares, que podem ser considerados como possíveis representações de pontas de seta.

Os sinais em xadrez, que também os há na «pedra escrita», têm sido considerados por alguns autores como escutiformes.

Admitidos para os triângulos e enxadrezados estes simbolismos, dada a coexistência na «pedra escrita» de pontas de seta e de escudos, pode pôr-se a hipótese de que aquela pedra tenha sido um monumento dedicado aos deuses ou espíritos da guerra. Ali se praticariam ritos tendentes a obter plena eficiência no

arremesso das setas e completa segurança na acção protectora dos escudos com que os homens se resguardariam quando atacados.

É mais uma hipótese, pode dizer-se.

O certo, porém, é que hipótese similar foi posta pelo Prof. Mendes Correia quanto a outra importante estação da arte rupestre trasmontana, o «Penedo de Outeiro Machado», situado no termo de Val d'Anta, junto da povoação da Aboboleira, e a 5 km a poente de Chaves. Neste penedo de granito com cerca de 350 sinais litostícticos nele insculpidos, alguns sinais foram interpretados pelo Prof. Mendes Correia como representando machados, o que concorda com a designação dada pelo povo à pedra, que na interpretação daquele Professor seria um monumento de culto ao machado.

Cronologia

Como escrevemos no trabalho *Arte Rupestre* (1), é de crer que os litótribos de Ridevides sejam muito remotos, talvez até neolíticos.

O problema da cronologia das gravuras rupestres apresenta sérias dificuldades.

É difícil, até muito difícil, no estado actual dos nossos conhecimentos, estabelecer com segurança a cronologia dum grande número, para não dizer da quase totalidade, das gravuras rupestres.

É certo que pela natureza dos sinais, seu grau de maior ou menor naturalismo, sua maior ou menor estilização, numa palavra, pela sua morfologia, estudada comparativamente com pinturas de grutas e cavernas, com motivos ornamentais de cerâmica

(1) J. R. dos Santos Júnior, *Arte Rupestre*, cit., pág. 46 da separata.

pré e proto-histórica, e com instrumentos de vária natureza, se podem formular hipóteses tendentes a estabelecer provável sucessão cronológica. Não é menos certo, porém, que essas tentativas só podem, e não em todos os casos, garantir-nos uma cronologia relativa, e esta num grau de aproximação de grande amplitude.

Razão tinha o ilustre pré-historiador galego Dr. Sobrino Buhigas, verdadeiro especialista na arte rupestre do noroeste peninsular, e especialmente da Galiza, quando escreveu: «Attamen per multa petroglypha manent quibus dificillimum est tempus certum stabilire» (1).

A semelhança de muitos sulcos da «pedra escrita» com sulcos idênticos que têm sido considerados como afiadores de machados neolíticos, pode levar a admitir a hipótese de se lhe atribuir uma remota cronologia neolítica, se bem que não seja de pôr inteiramente de parte a sua menor antiguidade, localizando-os na idade do bronze, durante a qual foram erguidos os monumentos megalíticos, antas ou dólmenes, menhires, etc. cujo início se fixa à roda do ano 2500 a. C.

Experiências realizadas por vários pré-historiadores mostraram que os instrumentos de cobre e até os de bronze prontamente se embotam ao percutir o granito e outras rochas duras, quando se tenta experimentalmente fazer nelas insculturas. Em certos casos, com pedras acuminadas, consegue-se mais e melhor do que com instrumentos de qualquer dos dois referidos metais. Os instrumentos de ferro, dada a sua maior dureza, oferecem boas condições para fazer as gravuras.

Isto, porém, não quer dizer que, por tal motivo, todas as gravuras sejam da idade do ferro, como não pode pôr-se de parte a sobrevivência do emprego de instrumentos de pedra no decurso

---

(1) R. Sobrino Buhigas, *Corpus Petroglyphorum Gallaeciae*, cit.

da idade dos metais, como o comprovam uma infinidade de achados.

As considerações que acabamos de fazer provam a justeza da afirmação feita pelo Dr. Sobrino Buhigas de que, para muitas gravuras rupestres, é muito difícil estabelecer a sua cronologia com certo grau de acerto.

Estudo comparado da Pedra Escrita

Como vimos as gravuras da «pedra escrita» são do tipo a que chamei litotríptico isto é, obtidas por abrasão, manejando de encontro à pedra um instrumento duro e afilado, em repetido movimento de vaivém.

A comparação terá pois de fazer-se com gravuras do mesmo tipo, isto é, obtidas por litotripsia.

Deste tipo conhecemos em Trás-os-Montes a «Pedra Escrita do Poço da Moura», na margem direita e à borda da ribeira da Vilariça, no termo de Assares, concelho de Vila Flor, distante cerca de 1 km da «pedra escrita» de Ridevides, e a «Pedra Escrita» ou «Fraga dos Fusos», situada na vertente leste da serra de Nogueira, concelho de Bragança, perto do caminho que da aldeia de Sortes leva ao alto, à Senhora da Serra.

Da primeira publicamos uma fotografia de conjunto (a fig. 19) no nosso já citado trabalho *Arte rupestre*. Nela predominam gravuras litostícticas, especialmente ferraduras. Os litótribos ali são poucos, e simples sulcos quer isolados quer em conjuntos paralelos.

A «Pedra Escrita» ou «Fraga dos Fusos» estudei-a há uns 30 anos. Na primeira oportunidade esperamos fazer dela uma publicação integral.

O Padre Francisco Manuel Alves, ilustre Abade de Baçal, a págs. 657-658 do vol. IX das suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança,* ocupa-se da «Pedra Escrita» ou

«Fraga dos Fusos», e publica 3 desenhos esquemáticos das suas gravuras litotrípticas. Por eles se vê que os sinais gravados são formados por um sulco linear tendo numa das suas metades gravada uma figura sublosângica ou subelíptica, que o sulco atravessa segundo o seu eixo maior (1).

O povo vê em cada um destes sinais a representação esquemática dum fuso com a respectiva maçaroca e daí o nome de «Fraga dos Fusos» que dá à pedra, em paralelo com nome de «Pedra Escrita» ou «Pena Escrita».

Nem uma nem outra destas duas estações de gravuras litotrípticas trasmontanas se pode pôr em paralelo com a de Ridevides. São apenas tècnicamente similares por serem todas do tipo litotríptico, mas inteiramente diferentes pela natureza das respectivas gravuras. Mas já o mesmo não sucede com as gravuras litotrípticas da «Pedra Letreira», do monte da Fonte Fria (2), em termos da povoação dos Amieiros, freguesia de Álvares, concelho de Góis.

A «Pedra Escrita de Ridevides» e a «Pedra Letreira» da Fonte Fria ou dos Amieiros uma e outra rasando a terra, uma e outra cheias de litótribos, que, num e noutro aspecto, apresentam notáveis semelhanças, estão ìntimamente ligadas pela morfologia geral, pela técnica e até, talvez, pelo seu significado.

Há, é certo, diferenças que as caracterizam mas, essencialmente, estas duas notáveis estações da arte rupestre são, em muitos pontos, duma semelhança flagrante.

Correspondem uma e outra, muito provàvelmente, ao mesmo ciclo de cultura.

---

(1) Sinais similares existem nas gravuras litotrípticas de Puerta del Gamo.

(2) João de Castro Nunes, A. Nunes Pereira & A. Melão Barros, *A Pedra Letreira,* in «Memórias Arqueológicas do Concelho de Góis», I, Publicação do Museu da Câmara Municipal de Góis, Góis, 1959, 36 págs., 13 figs., 1 estendido e X Ests., com mais 14 figs.

Na «pedra letreira» de Góis, há umas 14 ou 15 insculturas triangulares, algumas das quais, pelo menos duas, o Dr. Castro Nunes e os seus colaboradores consideram como representando alabardas de sílex. Hipótese plausível. Os triângulos menores serão o desenho de pontas de seta.

Na «pedra letreira» predominam os sinais rectangulares que, no desenho publicado, se contam em número de 27 ou 28, e mais, — e à parte os conto para os realçar, — dois belos escutiformes insculpidos ao lado do arco e flecha que os autores consideram como apontada a uma figura antropomorfa.

Aludo a esta figura por o Dr. Castro Nunes e seus colaboradores a darem sobreponível à figura rectangular de Ridevides que consideramos idoliforme (Fig. 24).

A figura da «pedra letreira» considerada antropomorfa é descrita como «um rectângulo um tanto ou quanto irregular» e nele inscrita «uma figura constituída por um triângulo isósceles com um dos lados maiores prolongado em sentido oposto à base, ligeiramente arqueada, como aliás o correspondente lado do rectângulo envolvente, figura que por seu turno encerra um segundo triângulo bastante mais pequeno, mas na mesma posição, com a particularidade de, neste caso, serem os lados maiores os arqueados e rectilínea a base. Um traço ao meio divide este último em sentido longitudinal».

Arrimados a «uma ligeira parecença» com a «figura antropomorfa» da penha de Conjo (1), a dois km de Santiago de Compostela, na Galiza, parecença que consideram sugestiva, os autores vêem naquele rectângulo com dois triângulos inscritos «uma espécie de máscara ou figura humana».

---

(1) Reproduzem na fig. 9 do seu trabalho, pág. 27, o aspecto parcial do petroglifo de Conjo estudado e publicado por E. MacWhite, in *Estudios sobre las relaciones atlânticas de la Península Hispánica en la edad del Bronce*, 1951.

É bem sabido até que ponto pode ir a esquematização da figura humana. No entanto, e embora se acobertem numa, por assim dizer, defensiva da audácia da sua interpretação, escrevendo que aquela figura da «pedra letreira» «evoca-nos de longe, na sua estilizada esquematização» a figura de Conjo (1), não creio no acerto de tal interpretação.

Além disso a figura de Conjo (Fig. 23) foi interpretada por R. Sobrino como um escutiforme, interpretação que se afigura mais plausível.

Baseando-se numa fotografia dum molde da figuração rectangular de Ridevides, que eu suponho poder considerar-se um ídolo do tipo neolítico, fotografia publicada num pequeno trabalho (2) que apresentei ao Congresso Espanhol de Arqueologia,

---

(1) Visitei em Junho de 1963 o Castro do Conjo, ou melhor Conxo, nome da freguesia ligada a Santiago de Compostela do lado do Sul. O Castro fica a uma escassa centena de metros da estrada que de Santiago vai para Pontevedra, e a pouco mais de 1 km de Compostela.

No alinhamento da muralha do reduto cimeiro do Castro, e do lado do Sul, há um rochedo de granito ao rés da terra que os habitantes conhecem pelo nome de «Peneda da Choupana».

Neste rochedo há gravuras rupestres litostícticas (Fig. 22) representando punhais de folha larga, séries de traços paralelos e uma estranha figura que MacWhite publicou *in Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la edad del Bronce,* Madrid, 1951 (apud João Castro Nunes et alium, *A Pedra Letreira,* cit., pág. 27), e considera «figura antropomorfa» e R. Sobrino um escutiforme.

É bem possível que o significado desta estranha gravura, que reproduzo nas figs. 22 e 23, seja outro. É também possível que noutra oportunidade, com o distinto investigador galego Dr. Fermin Bouza-Brey, voltemos a ocuparmos das gravuras de Conxo.

(2) J. R. dos Santos Júnior, *Algumas considerações sobre Arte Rupestre,* in actas do «III Congreso Arqueológico Nacional, Galícia», 1955, Zaragoza, 1955, págs. 535-540, 4 figs.

realizado na Galiza em 1953, o Dr. Castro Nunes e os seus colaboradores vêem na «pedra escrita de Ridevides» uma réplica da figura rectangular da «pedra letreira», figura que pretendem seja uma representação antropomorfa.

No seu trabalho (1) e sobrepondo-se à figura 10, da fotografia que havíamos publicado, dão em traços vermelhos as linhas principais da figuração rectangular idoliforme de Ridevides. Há uma, por assim dizer, homologia entre estas linhas e as do rectângulo da «pedra letreira» suposto antropomorfo.

Há que confessar que é engenhosa a comparação.

Registe-se, porém, que na figura da «pedra escrita» de Ridevides não há pròpriamente triângulos mas sim ângulos e, mais ainda, um dos lados do ângulo incluso, o lado à direita, de quem olha a figura, não é um sulco feito por abrasão como os outros, mas sim uma falha ou estaladela da rocha.

Confessamos que não nos convence a hipótese antropomorfa do rectângulo da pedra letreira com seus triângulos inscritos, onde os autores chegam a «notar a forma especial dada à representação do nariz».

No que estamos inteiramente de acordo com os autores é naquilo que escreveram nas págs. 29 e 30 do seu trabalho quanto à similitude entre as gravuras da «pedra letreira» da Fonte Fria e a «pedra escrita» de Ridevides. Similitudes não no caso particular da da figura rectangular da «pedra letreira», — quanto a nós impròpriamente considerada antropomorfa —, e o idoliforme de Ridevides, mas no aspecto geral das duas estações litoglíticas e numa ou noutra particularidade. Há ainda concordância no que respeita a algumas das figuras gravadas.

---

(1) João Castro Nunes, A. Nunes Pereira & Melão Barros, *A Pedra Letreira*, cit., pág. 28 e segs.

Razão há para afirmar, transcrevendo o que se lê nas referidas págs. 29 e 30, que há «uma íntima e directa relação entre os litótribos do monte da Fonte Fria e de Ridevides, nos quais, por conseguinte hemos de ver a expressão petroglífica de uma intenção comum ou de uma semelhante inquietação espiritual, gerada em âmbitos ou horizontes culturalmente afins, se é que não idênticos».

Nisto sim, estou completamente de acordo com o Dr. Castro Nunes e seus colaboradores. A «pedra letreira» e a «pedra escrita» são dois monumentos estreitamente vinculados.

Resta falar do petroglifo de Puerto del Gamo, da região de Placência (Cáceres) que foi descoberto e estudado por M. Sayáns Castaños (1).

O petroglifo de Puerto del Gamo é constituído por um rochedo de xisto, rasante com a terra, em forma de elipse com 1,50 m de comprimento do seu eixo maior e 1,25 m do menor, e nele insculpido um notável conjunto de gravuras litotrípticas. Situa-se esta rara estação da arte rupestre peninsular, a 2200 m de Casas de Palomero, à borda da estrada que leva de Mochedas a Placência, província de Cáceres. O Dr. Sayáns na descrição cuidada que faz dos vários sinais gravados na pedra, separa as seguintes categorias. Duas prováveis fiiguras humanas estilizadas; um esquema idoliforme; uma figura idoliforme; uma figura bitriangular, que considera como ídolo-placa; duas representações soliformes; vários sinais em grade e um escalariforme que considera como tectiformes, ou, como escreve, «signos representativos de viviendas»; várias representações de armas.

Neste último particular, que nos interessa de maneira muito especial, o A. aponta as seguintes esquematizações de armas. Duas

---

(1) M. Sayáns Castaños, *Petroglifos en la Alta Extremadura* in «Alcântara», XII, abril-junio de 1956, Cáceres, 1956, págs. 57-66, 7 figs.

ou três lanças ou alabardas; mais de uma dúzia de pontas de seta ou de flechas, uma destas com o respectivo arco.

O grande número de pontas de seta e as duas ou três lanças ou alabardas são a repetição, digamos, daquilo que sucede com a «pedra letreira» do monte da Fonte Fria e com a «pedra escrita» de Ridevides, se considerarmos nesta como representando pontas de seta os sinais triangulares nela existentes a que atrás se alude.

O Dr. Sayáns, baseado sobretudo nos tipos de lanças ou alabardas insculpidas, localiza cronològicamente o petroglifo de Puerto del Gamo entre o Bronze I e II, podendo, por isso, enquadrá-lo aproximadamente entre os anos 2 000 e 1 700 a.C., segundo a classificação de Bosch-Gimpera.

Deste petroglifo, que reproduzem na fig. 13 do seu trabalho, o Dr. Castro Nunes e os seus colaboradores dizem, a pág. 34, que quem gravou as insculturas da «pedra letreira» do monte da Fonte Fria «foi sem dúvida também quem na «roca de esquito» de Puerto del Gamo, em cenários irmanados pelas mesmas condições telúricas, gravou as insculturas que fizeram daquele rochedo, no dizer de Sayáns Castaños «el santuário rupestre más significativo que tuvo toda esta comarca y region hurdana».

A seguir, na pág. 35, especificam ou esclarecem que o «quem», alusivo aos gravadores, personifica o complexo humano «que naquelas garatujas nos deixou fossilizados, por assim dizer, pedaços do seu espírito, que temos hoje ainda a sensação, ou ilusão, de captar no entranhável sortilégio da natureza circundante».

Outra estação de gravuras litotrípticas conhecida em Portugal é a de Molelinhos, em Vale de Besteiros, na vertente da Serra do Caramulo, da qual o Dr. Russel Cortez faz rápida descrição no seu trabalho *Contribución al estudio de la protohistória de los «Lusitani» (entre el Duero y el Tajo),* e dela publicou duas fotogra-

fias, nas figs. 1 e 2 deste trabalho (1). Dele respigamos as notas que se seguem.

As insculturas de Molelinhos estão gravadas numa pedra de xisto de 7 m de comprimento por 2 de largura, voltada a nascente e com uma inclinação de 45°. Nesta pedra está gravada «uma extensa série de petroglifos, entre os quais predominam as representações esquemáticas de armas e utensílios agrícolas, e nos deixam entrever os enxadrezados e os círculos concêntricos, já conhecidos dos santuários rupestres do Arestal e de Serrazes».

Segundo o Dr. Russel Cortez «la representatión de puñales y hachas de piedra puede considerar-se evidente, si bien podemos interpretar estas armas como supervivientes en épocas posteriores. De todos modos el puñal triangular, característico del Eneolítico está claramente representado, dados los paralelismos que pueden ser estabelecidos con los similares objectos metálicos».

Noutra passagem, pág. 93, diz que entre os muitos sinais das gravuras de Molelinhos há «diversos ex-votos pré-históricos muito semelhantes na sua intenção e na sua ideografia aos do Val des Merveilles, entre 2 000 e 2 700 m de altitude, na região de Tende, proximidade de Mont Clapier».

---

(1) F. Russel Cortez, *Contribución al estudio de la protohistória de los «Lusitani» (entre el Duero y el Tajo)*, in «Archivo Español de Arqueologia», primer semestre, Madrid, 1955, págs. 90 a 101, 5 figs. Deste trabalho escrito em língua espanhola, traduzimos algumas passagens.

Aproveitamos o ensejo para agradecer ao Dr. Russel Cortez o envio de 11 fotografias directas da pedra de Molelinhos que, como é natural, são pouco objectivas e a que falta escala, ou objecto de uso corrente indicador de dimensões. Para uma boa reprodução de gravuras rupestres, e nomeadamente litotrípticas, o melhor processo é fazer o molde em papel mata-borrão, fotografá-lo e tirar a prova ao invés, isto é, pela face que não tem gelatina. Foi o que fizemos para as gravuras de Ridevides, cujas fotografias se reproduzem nas figs. 24 a 34.

Mais adiante, pág. 96, escreve: «Contrariamente a lo sucedido en los santuários alpestres, aparecen gravados entre los ex-votos de Molelinhos varias hocitas identicas en tipologia a los prototipos metálicos, instrumentos agricolas de bronce que conocemos como frecuentes y peculiares de la región ligur y del sur de Francia».

Estranha o não aparecimento de gravados representando alabardas, e emite o parecer de que a pedra de Molelinhos deve ter tido um significado religioso.

Quanto à cronologia supõe que os petroglifos devem ter-se iniciado nos princípios da idade do Bronze I, no período chamado Neo-eneolítico, e o seu apogeu corresponderia ao Bronze II, consequentemente ao segundo milénio a. C.

As duas fotografias publicadas não têm indicação de escala, por isso o estudo comparado não pode fazer-se com segurança. Aguardemos que o Dr. Russel Cortez faça o estudo integral desta notável estação da arte rupestre peninsular, a que ele chama «la grandiosa manifestación de arte prehistórico de Molelinhos».

Entretanto, em face do que está publicado, e embora as gravuras de Molelinhos sejam litotrípticas, dada a natureza dos sinais gravados, e nomeadamente a representação de foicinhas, Molelinhos parece ter muito menos semelhança com Ridevides do que a «pedra letreira» dos Amieiros.

Há de comum nestas três estações litotrípticas portuguesas a circunstância de em todas elas haver ampla representação de armas, no entanto diferentes quanto aos tipos de armas representadas, que são: pontas triangulares de seta ou flecha, arco e flecha, punhais, alabardas e machados de pedra.

Em Ridevides são numerosas as gravuras triangulares que podem considerar-se como representação de pontas de seta triangulares de base recta; não há litótribos que se possam considerar como representação de alabardas.

Na «pedra letreira» dos Amieiros, segundo interpretação do Dr. Castro Nunes e seus colaboradores, há alabardas e pontas de seta, algumas destas de base convexa.

Nas gravuras de Molelinhos, segundo parecer do Dr. Russel Cortez, não há alabardas mas sim «punhais triangulares característicos do Eneolítico» e foicinhas idênticas aos prototipos metálicos, instrumentos agrícolas de bronze, frequentes na região ligur e no sul da França.

Em face desta diversidade de representações parece poder atribuir-se a Ridevides uma cronologia relativamente mais recuada do que Amieiros, e esta, provàvelmente, mais antiga do que Molelinhos.

Em resumo, e depois da rápida análise comparada das estações litotrípticas peninsulares, pode dizer-se: — Tudo leva a crer que a «pedra escrita» de Ridevides, a «pedra letreira» do monte da Fonte Fria ou dos Amieiros, os petroglifos de Molelinhos e as gravuras de Puerto del Gamo correspondem a um mesmo ciclo cultural que, provàvelmente, se estendeu do neolítico ao eneolítico e primeiras idades dos metais, e que, dum modo geral, podemos classificar como neo-eneolíticas.

Ir mais além no tentâmen cronológico, em face do grau de esquematização de algumas gravuras, é empresa temerária que, como o Dr. Castro Nunes e os seus colaboradores escreveram a pág. 35 do seu citado trabalho, «levaria certamente a embater no parcel da fantasia», pecado em que devemos fazer todo o possível por não incorrer.

As considerações de carácter mais apurado são temerárias, dado o facto de os estudos das gravuras rupestres não terem ainda atingido uma extensão e uma maturação compatível com afirmações mais concretas.

Lendas e tradições

Em contraste com o que se passa com alguns sítios das cercanias de Ridevides, sítios de maior ou menor interesse arqueológico, não conseguimos averiguar qualquer lenda ou tradição referente à «pedra escrita» de Ridevides.

Acerca, por exemplo, duma velha fonte que havia perto de Vilarelhos, povoação que fica a norte e a uns dois ou três quilómetros da Quinta de Ridevides, fonte chamada «Fontela da Moura» que foi arrasada pelas trovoadas, corre a lenda de que «ali aparecia um encanto misto de cobra e de mulher, sendo mulher da cinta para cima, e para trás corpo de cobra».

Do «Castro de Sampaio», que fica perto e do outro lado da ribeira da Vilariça, constam várias lendas.

Assim, à meia-noite de certos dias, e nomeadamente do dia de S. João, «ouve-se tecer um tear de ouro».

No sítio das Lameiras, que fica na base do monte do Castro, há muitos anos, na manhã do dia de S. João, um caçador de Róios ali passou e viu um estendal de figos secos, dos quais apanhou uns poucos e meteu ao bolso. Ao entrar na igreja para a missa, meteu a mão no bolso, e verificou, pasmado, que os figos se tinham transformado em ouro.

No mesmo sítio da Lameira, um dia, uma mulher ali passou com uma filhinha ao colo e apareceu-lhe um encanto metade mulher e metade cobra, que lhe pediu para deixar dar um beijo na boca da menina. A mulher fugiu espavorida; o encanto voltou a aparecer-lhe mais adiante a cantar em cima duma parede. A mulher, aflita, com a filhinha bem aconchegada, correu para a povoação a bom correr, onde contou, aterrada, o encontro que tivera. Se tivesse deixado dar o beijo na filhinha quebrava o

encanto àquela sereia, — julgo podermos assim chamar-lhe —, mas isso tirava o baptismo à menina.

Ainda no mesmo sítio da Lameira, diz-se que estão enterradas duas grandes talhas, uma de dinheiro e outra de alcatrão e enxofre. Quem topar com a do dinheiro fica muito rico. O perigo está em topar com a segunda talha, porque se tal se desse «ardia meio mundo».

Cito estas lendas para mais realçar o facto de nada termos colhido quanto à «pedra escrita».

A única informação que registamos foi a seguinte: «sempre se tem dito que foram os pastorinhos que fizeram aquilo».

Ridevides, hoje, é habitada apenas pelo lavrador caseiro da mesma e sua família. Há várias ruínas que se diz terem sido de sete famílias ali residindo noutros tempos. É tradição que ali havia «sete senhoras de manto». O actual proprietário da quinta, Sr. Mário Mendonça, informou-me que em tempos contara sete fornos; tal facto, diz a tradição, marca a animosidade que havia entre as sete famílias, «tão pouco amigas, que nenhuma ia pedir lume aos outros».

Ao lado há um cabeço chamado dos «asnos», por, diz-se, para ali se deslocarem os rapazes das povoações vizinhas com o intuito de admirarem as «sete senhoras de manto», num pasmo asnático.

A Quinta de Ridevides, como hoje é designada, teria sido uma velha e pequena povoação que, nos documentos antigos, figura com o nome de Riodevides.

Conclusões

A pedra escrita de Ridevides, de xisto, é um documento da arte rupestre trasmontana do tipo litotríptico;

está situada no vale da Vilariça, na Quinta da Ridevides, termo da aldeia de Santa Justa, freguesia da Eucísia, concelho de

Alfândega da Fé, na margem esquerda da Ribeira da Vilariça e dela distante cerca de 200 m;

na sua superfície lisa, que rasa com a terra e é pendente para sudoeste, há gravados grande número de sulcos, mais ou menos largos e mais ou menos profundos, simples, paralelos, convergentes ou entrecruzados, por vezes num tal emaranhado que é difícil isolar ou individualizar os vários sinais;

predominam os litótribos, isto é, sinais obtidos por abrasão ou desgaste do xisto por manejo de instrumento duro terminado em gume ou ponta;

há, no entanto, alguns sinais de tipo litostíctico, isto é, picados no xisto, os mais deles em forma de ferradura;

destes litostícticos alguns foram picados sobre litótribos preexistentes que ficaram em parte danificados o que permite, como é lógico, atribuir a estes uma maior antiguidade;

no conjunto, e sensìvelmente a meio, avulta um sinal rectangular ou em portada, para o qual admitimos a hipótese de se tratar de um idoliforme;

considerando os muitos sinais triangulares como representação de pontas de seta ou de flecha, e os enxadrezados como escutiformes, a pedra escrita de Ridevides seria um santuário rupestre, possìvelmente dedicado aos deuses da guerra, onde os homens realizariam actos de culto implorando eficiência plena nas setas disparadas e protecção segura nos escudos defensivos;

é difícil estabelecer com segurança a cronologia da pedra escrita podendo, no entanto, dizer-se que os seus litótribos são muito provàvelmente do neo-eneolítico e os seus litostícticos talvez já da idade do ferro;

das três estações similares litotrípticas portuguesas referidas, a saber: Ridevides, dos Amieiros e de Molelinhos, a primeira deve ser a mais remota.

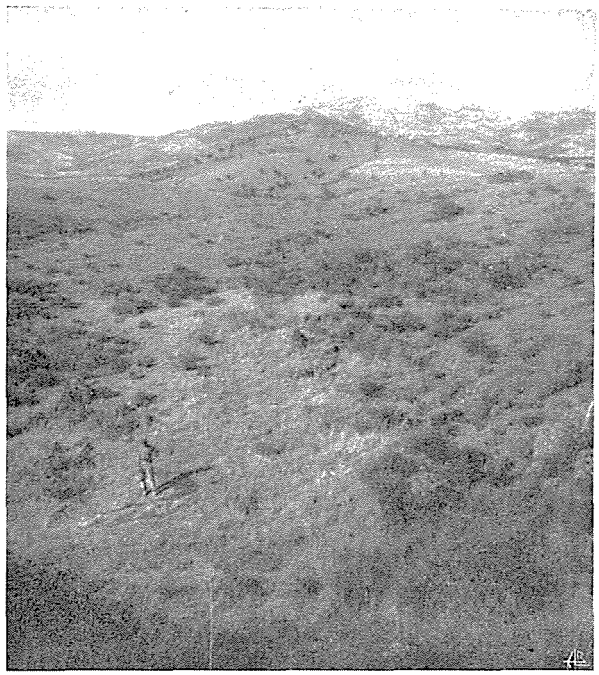


Fig. 3 — Vista parcial do alto do vale da Vilariça. No primeiro plano e à esquerda a «pedra escrita» n.º 1 indicada pelo homem.

Fig. 4 — A «pedra escrita» n.º 1 no primeiro plano. No segundo plano o homem indica a pedra n.º 2.

Fig. 5 — A «pedra escrita» n.º 1. Note-se o sulco que a divide de lá para cá e as manchas claras dos líquenes.

Fig. 6 — Aspecto da faixa média da «pedra escrita». O relógio que se vê a meio da gravura, e que, nesta e nas seguintes fotogravuras está a indicar dimensões, tem 48 mm de diâmetro.

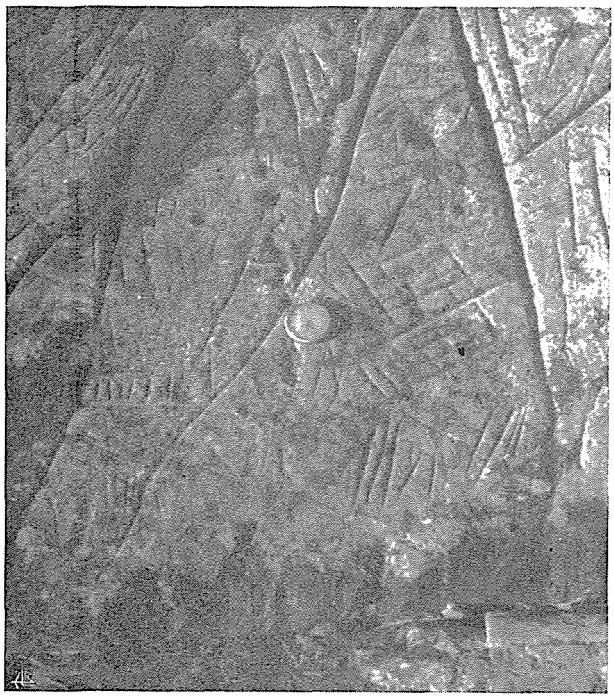


Fig. 7 — Fotografia do sinal rectangular, ou em portada, que pode considerar-se um idoliforme. Esta fotografia, embora tirada com luz rasante de fim de tarde, é menos demonstrativa de que a do molde de mata-borrão da fig. 24.

Fig. 8 — Pormenor da figura anterior. Em baixo e à direita grupo de traços paralelos; por cima destes, dois sinais em xadrez; à esquerda a extremidade dum escalariforme.

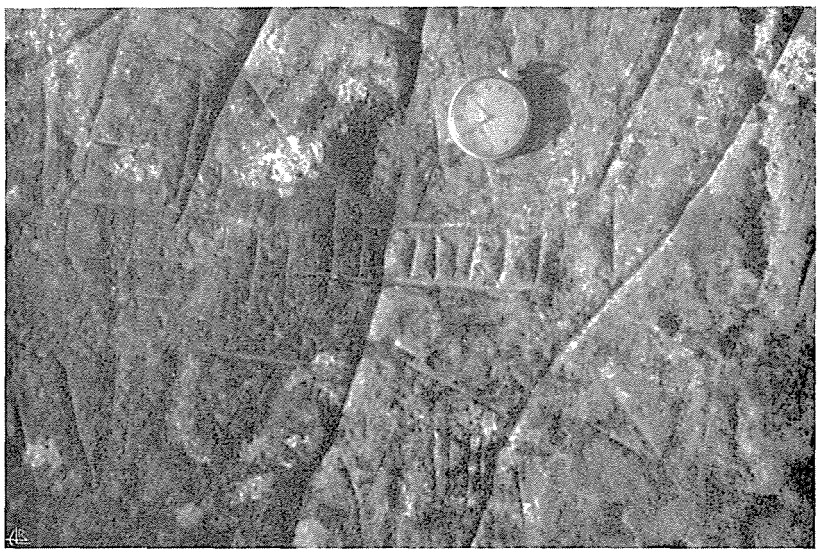


Fig. 9 — Pormenor da porção esquerda da fig. 7 mostrando um escalariforme de 18 ou 19 degraus.

Fig. 10 — Pormenor da metade inferior da fig. 6.

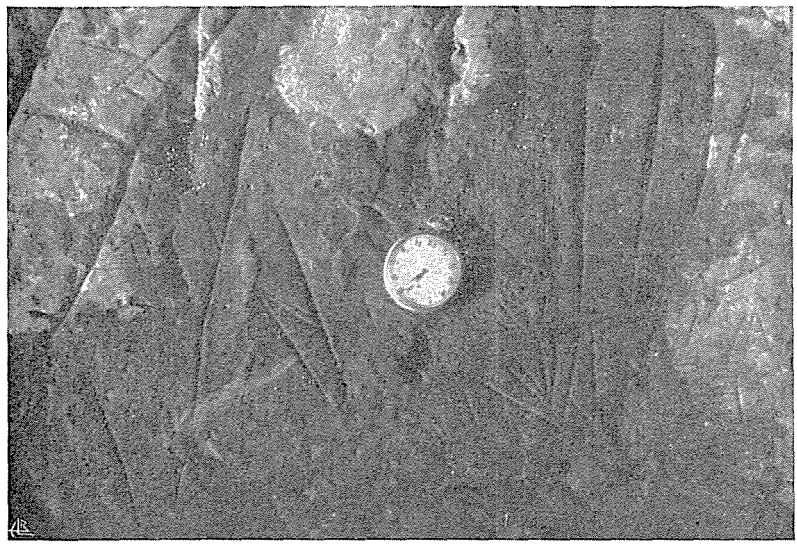


Fig. 11 — Pormenor do bordo, sensìvelmente a meio, da metade inferior da «pedra escrita».

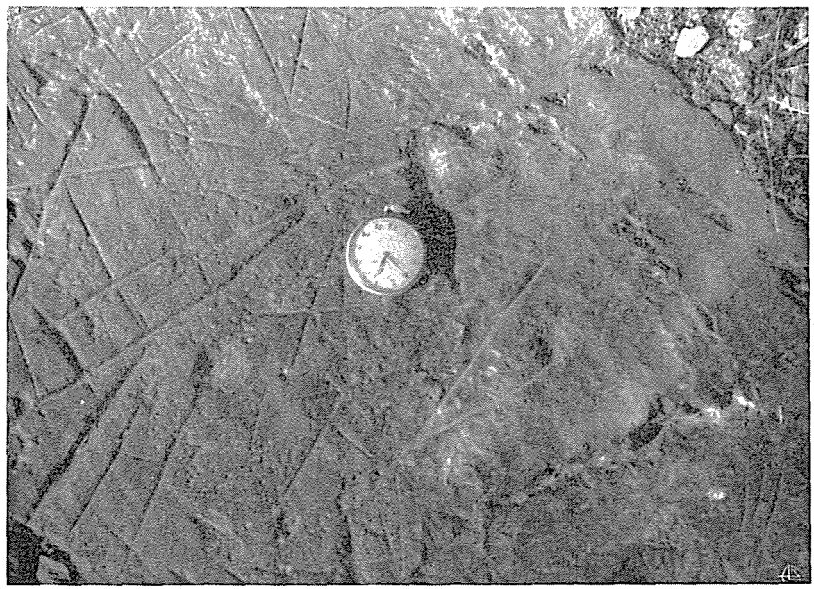


Fig. 12 — Pormenor do recanto superior direito da metade superior da «pedra escrita».

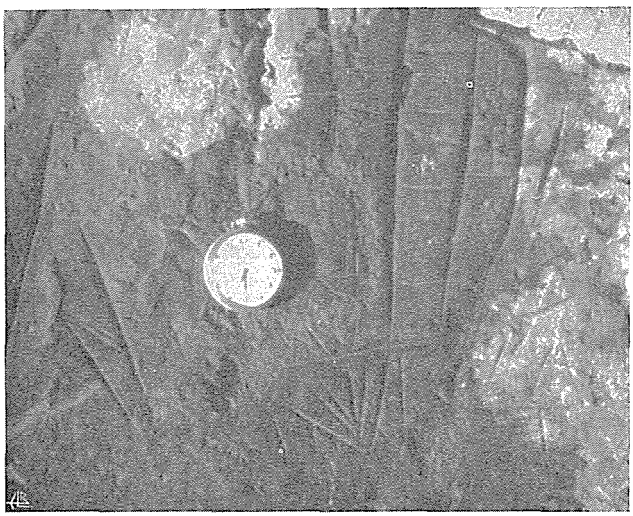


Fig. 13 — Na parte inferior e a meio um sinal triangular complexo; em cima e à direita três escalariformes emparelhados.

Fig. 14 — Sinal triangular complexo, tendo no vértice uma covinha e um longo sulco irradiante da base.

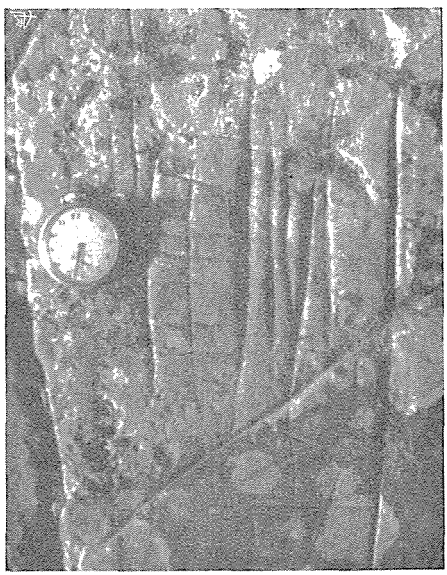


Fig. 15 — Conjunto do extremo direito da metade inferior com sinal em grade ou xadrez conjugado com quatro sulcos emparelhados à direita.

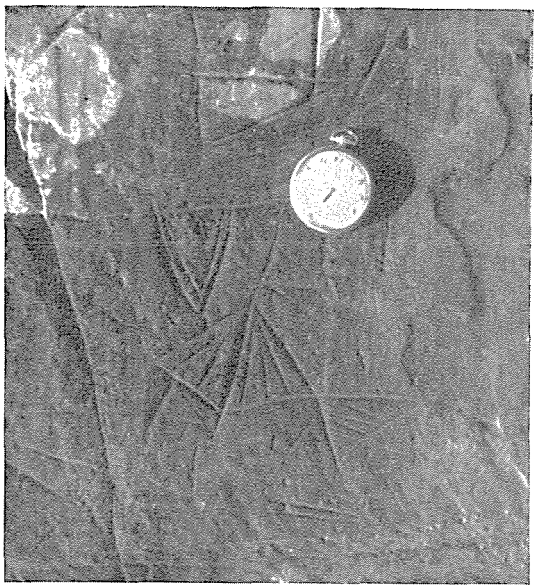


Fig. 16 — Gravuras triangulares do recanto inferior direito da metade inferior da «pedra escrita».

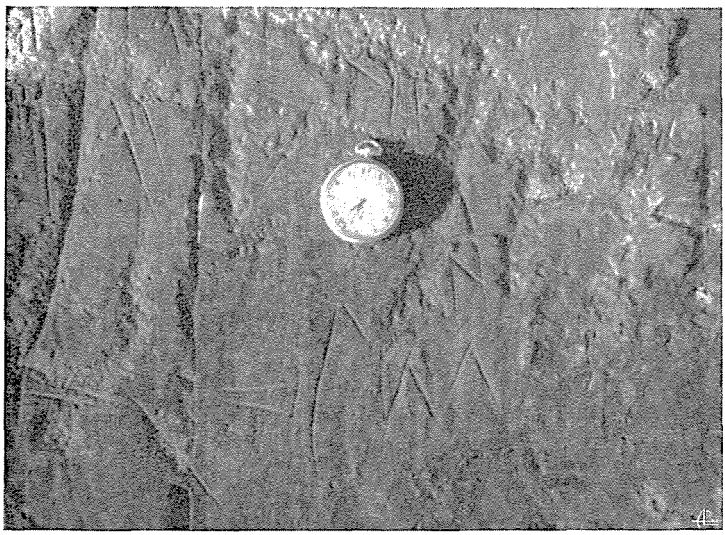


Fig. 17 — Grupo de gravuras do bordo inferior da metade esquerda da porção inferior da «pedra escrita». Este mesmo conjunto vai reproduzido na fig. 21 com os sinais litostícticos avivados a carvão.

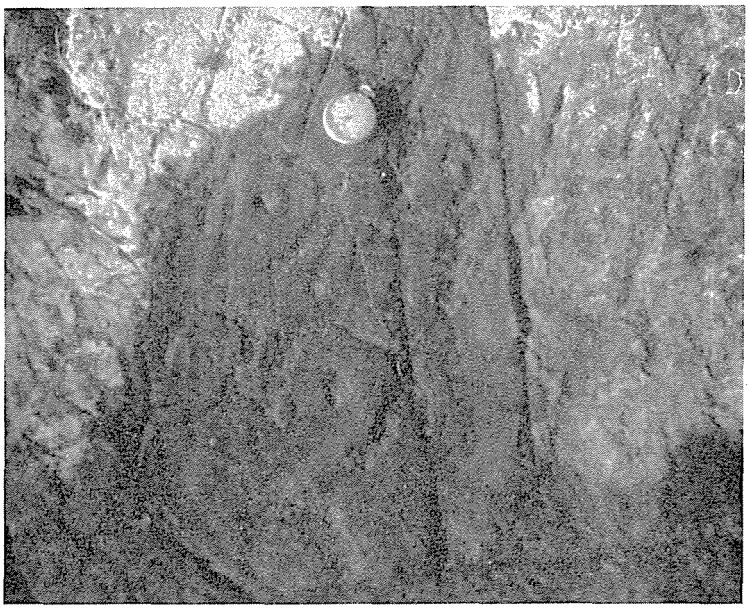


Fig. 18 — Gravuras litostícticas fotografadas com luz rasante de fim de tarde. Comparando esta fotografia com a da fig. 28, do molde destas gravuras feito de papel de chupar, é manifesta a superioridade da segunda.

Fig. 19 — As mesmas gravuras da figura anterior depois de riscadas com carvão.

Fig. 20 — Gravuras litostícticas do recanto inferior esquerdo da metade inferior da «pedra escrita», avivadas a carvão.

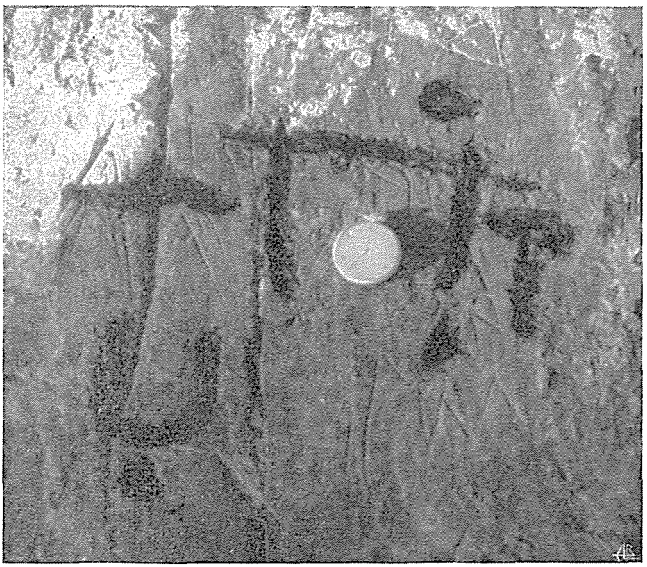


Fig. 21 — Grupo da direita da fig. 20 com as gravuras litostícticas riscadas a carvão. Notam-se alguns sulcos dos litótribos anteriores em parte danificados.

Fig. 22 — «Peneda da choupana» no alinhamento da muralha do Castro de Conxo, cerca de Santiago de Compostela, com gravuras rupestres.

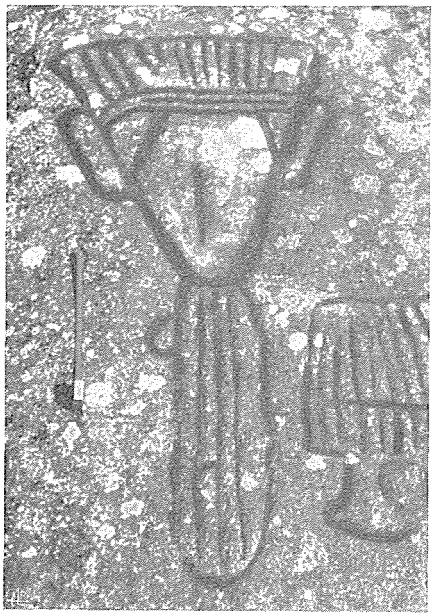


Fig. 23 — Pormenor da fig. anterior reproduzindo, depois de avivada a carvão, a figura que Castro Nunes e seus colaboradores, no seguimento de MacWhite, consideram antropomórfica e Sobrino supunha representar um escutiforme. Esta figura tem 1m,23 de comprimento por 0m,55 de largura máxima. À esquerda a fita métrica está estendida 30 cm.

Fig. 24 — Esta figura e todas as que se seguem são reprodução fotográfica de moldes tirados com papel de chupar ou mata-borrão.

Fig. 25 — Recanto inferior esquerdo da metade superior da «pedra escrita».

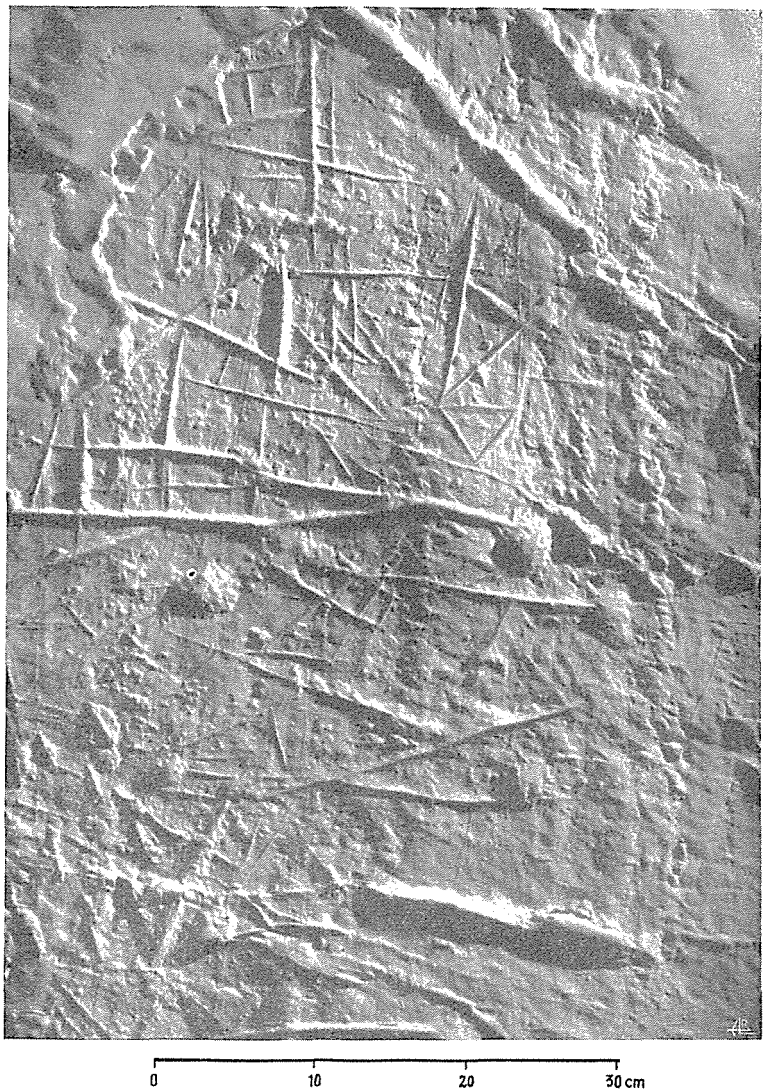


Fig. 26 — Recanto superior direito da metade superior da «pedra escrita».

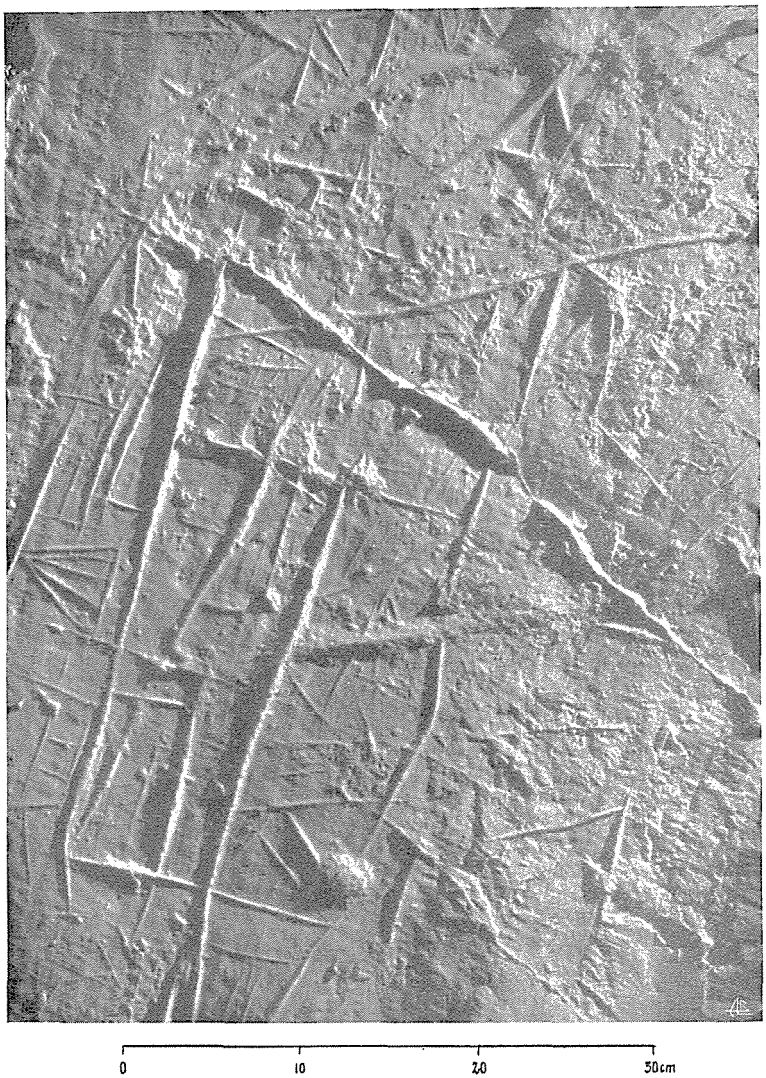


Fig. 27 — Recanto inferior direito da metade superior da «pedra escrita».

Fig. 28 — Gravuras litostícticas do recanto inferior esquerdo da metade inferior da «pedra escrita». Esta gravura mostra bem a excelência do método dos moldes em papel de chupar, comparando-a com as figs. 18 e 19.

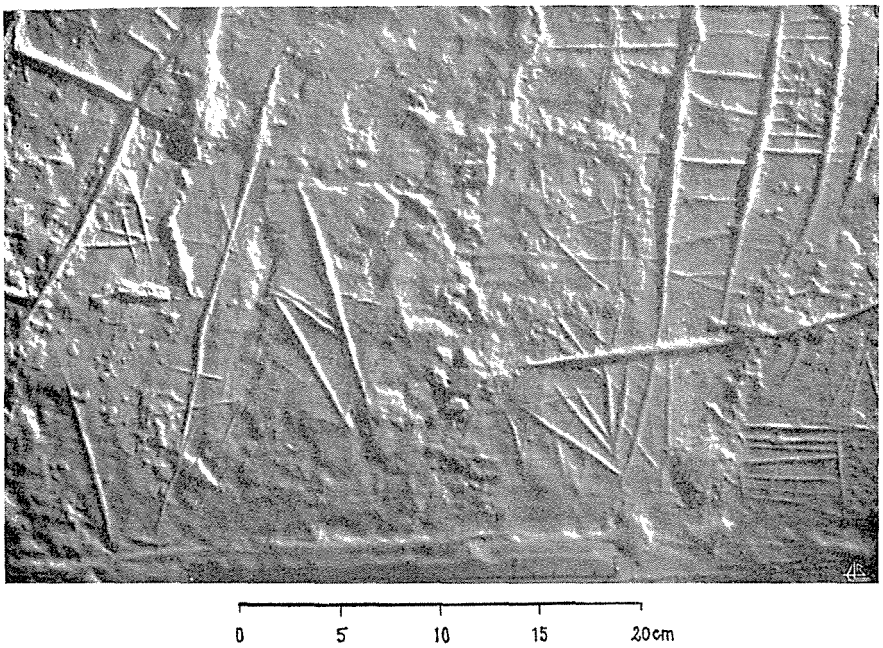


Fig. 29 — Gravuras da porção média do bordo inferior da metade inferior da «pedra escrita».

Fig. 30 — Pormenor na porção esquerda da metade inferior da «pedra escrita», mostrando um escalariforme em parte destruído pela ferradura litostíctica que sobre ele foi picada.

Fig. 31 — Como na fig. anterior, também neste grupo, da extremidade esquerda da «pedra escrita», uma ferradura foi picada sobre um escalariforme.

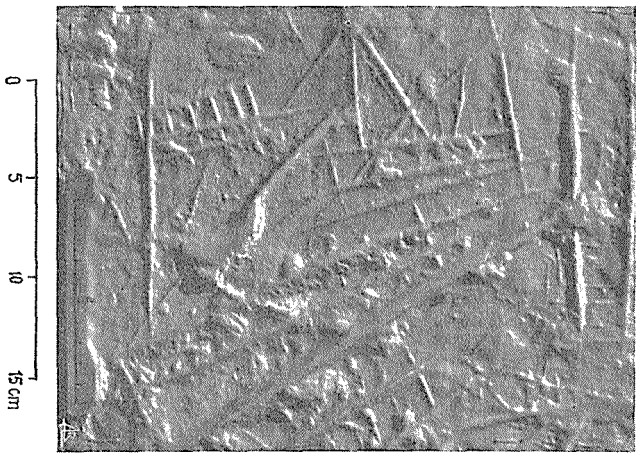


Fig. 32 — Pormenor da zona média da metade inferior da «pedra escrita», junto do sulco que atravessa a pedra ao través e a divide em duas metades, uma superior e outra inferior.

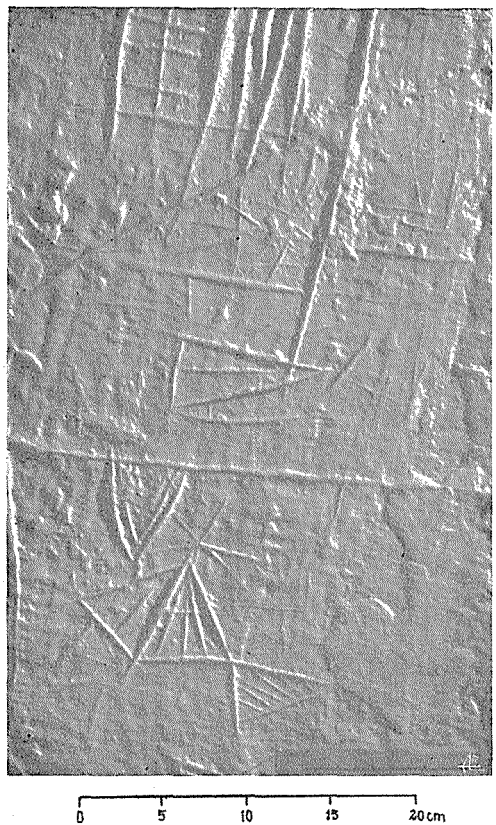


Fig. 33 — Grupo de gravuras do recanto inferior direito da «pedra escrita».

Fig. 34 — Grupo de gravuras da pedra n.º 2.

- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA -
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Rua do Campo Alegre, 1089
4100 P O R T O

O centro oleiro da Flor da Rosa
(Concelho do Crato — Alto Alentejo)

POR

Agostinho Isidoro

Assistente Ext. da Fac. de Ciências do Porto e Naturalista do Inst. de Antrop. «Dr. Mendes Corrêa»

Flor da Rosa é freguesia do concelho do Crato, distrito de Portalegre.

Fica a norte da vila do Crato e dela distante uns dois km.

A aldeia da Flor da Rosa, sede da freguesia, assenta numa pequena encosta de suave inclinação, virada a norte. É atravessada pela estrada nacional Crato-Alpalhão e a norte, a uns 900 metros, corre a Ribeira do Pontão.

Possui um monumento medieval, verdadeiramente notável, o castelo, que foi residência de alguns Priores da Ordem de Malta, com uma igreja anexa, ambos mandados erigir em 1356 por D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai de D. Nuno Álvares Pereira.

Desde o século XIV que se realizam feiras anuais na Flor da Rosa, onde se vende largamente a louça de barro do respectivo centro oleiro. Actualmente fazem-se três no ano: uma no dia 1 de Janeiro, a chamada feira de Janeiro, outra na primeira sexta-feira de Março e ainda outra no dia 15 de Agosto, a feira de Verão, ou *feira da melancia*. Todas elas são muito concorridas pelos habitantes da região e concelhos limítrofes.

Pinho Leal, ao referir-se à Flor da Rosa no *Portugal Antigo e Moderno* (1), diz: «A aldeia de Flor da Rosa é grande e muito

(1) Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 3, Lisboa, 1874, págs. 431.

alegre e desabafada a sua situação. Quase todos os seus habitantes são oleiros de louça ordinária, mas que tem a qualidade de resistir muito ao fogo, e por isso é muito estimada e tem grande extracção até para fora da província».

*

* *

O centro oleiro da Flor da Rosa exerceu, desde tempos muito remotos, importância considerável no abastecimento de louça de barro às populações do Alto Alentejo e Beira Baixa.

Tivemos conhecimento, por informações colhidas ali, que hoje, neste centro oleiro, há apenas 18 olarias em laboração e que, há uns vinte anos atrás, este número ia a cerca de 60.

Tem-se assistido a um êxodo contínuo dos oleiros e suas famílias para centros de maior população, onde podem ter ocupações mais rendosas e estáveis.

Um velho oleiro, o sr. António Batido, afirmou-nos: « dantes um casal de oleiros e os seus 5 ou mais filhos empregavam-se todos na olaria. Hoje não. Enquanto os filhos são de menor idade, podem ainda fazer um ou outro serviço na olaria, como seja o da *pisa* ou o da *miga,* mas já não aprendem a trabalhar na roda».

A decadência presente do centro oleiro da Flor da Rosa deve-se não só ao aparecimento da louça de esmalte, de alumínio e de plástico, mas também ao facto de os oleiros terem de comprar o barro, e o combustível ser de difícil aquisição e, ainda, segundo afirmam, por estarem sobrecarregados de impostos.

O sr. João Louceiro, hábil oleiro da Flor da Rosa, contou-nos que, há alguns anos, ele e os seus colegas chegavam a vender na feira dos Evendos, no concelho de Mação, Beira Baixa, mais de 500 alguidares. Hoje na mesma feira não chegam a vender 100.

Quanto a impostos e a facilidades de aquisição de matéria-prima e combustível, no artigo sobre a Flor da Rosa publicado na Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1), lê-se: «Bem diferentes eram as circunstâncias dos seus longínquos antepassados que disfrutavam regalias há muito já cerceadas. Assim no século XVII tinham autorização régia para extrair o barro que precisassem para o fabrico da louça, nas terras baldias e nas dos senhorios, sem que ninguém pudesse impedi-los ou encoimá-los. Também lhes foi permitido, por largos anos, cortar a lenha precisa para o aquecimento dos fornos no vasto pinhal situado entre Flor da Rosa e Vale do Peso, que pertencia ao Priorado».

No seu belo trabalho *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal* (2) a páginas 5 e 6, Carolina Michaëlis de Vasconcelos diz: «A olaria, planta rústica arraigada no solo peninsular desde tempos imemoriais, mereceu atenção aos legisladores logo nas cartas constitucionais, concedidas no tempo da reconquista, a municípios nascentes, quer por senhores particulares, quer pelos primeiros reis de Portugal. Nelas aparece frequentemente um parágrafo relativo a oleiros, proteccionista, pois isenta os fornos e armazéns de louça de barro (juntamente com os de pão); mas não os de telha e tijolos, talvez por estes serem muito mais rendosos naqueles tempos de reconstrução em territórios privados de granito».

Este privilégio, o da extracção gratuita do barro de qualquer terreno, também foi usufruído pelos oleiros da Flor da Rosa até ainda não há muito tempo. Mas isto não era feito sem que daí adviessem prejuízos graves para os terrenos onde se fazia a extracção do barro.

---

(1) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XI, a páginas 480.

(2) Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, Coimbra, 1921, VII + 90 págs. e 9 figs.

As numerosas covas abertas nos terrenos, a remoção de grandes extensões da camada arável, que deixava a descoberto a superfície subjacente, endurecida e imprópria para o cultivo, o revolvimento de *tornas* (1) inteiras e muitas vezes o fazerem a extracção do barro até em terrenos cultivados, determinou o estabelecimento de medidas que lhes tornou difícil a sua aquisição.

O barro

Os terrenos da Flor da Rosa são muito pobres de barros.

Apenas ali existiram os *barreiros* de S. Bento, situados nos arredores, a sudeste, dos quais há muitos anos não se extrai barro.

Mas, nas freguesias de Crato e Mártires, Aldeia da Mata e na de Chança (já do concelho de Alter do Chão), há numerosas e extensas *nódoas* (2) de barro. Apesar disso não foi nestas freguesias que nasceram as olarias, mas na Flor da Rosa, onde o barro é muito escasso. Não sabemos que circunstâncias teriam contribuído para que assim acontecesse.

Ao lugar onde o oleiro extrai o barro chama-se *barreiro*.

Há duas qualidades de barro nesta região: o barro branco e o vermelho. O branco é extraído no Couto de São Miguel, nos terrenos da freguesia de Aldeia da Mata, distante da povoação da Flor da Rosa uns 7 km, para sudoeste. Aqui, o oleiro paga, ao dono do terreno, por uma carrada de barro puxada a muar a quantia de 5$00.

O barro vermelho é trazido dos *barreiros* da Herdade de Almojandra e do couto da Fonte Alta, que ficam a leste da Flor

---

(1) Chamam-se *tornas* às terras entre dois vales contíguos.

(2) É esta a designação dada pelos oleiros da região às manchas ou zonas de argila ou barro.

da Rosa, na freguesia do Crato e Mártires. O primeiro distante da Flor da Rosa cerca de 12 km e o segundo uns 8 km. Os proprietários destes *barreiros* recebem em troca do barro diversas peças de louça, tais como cântaros, alguidares, etc., peças do próprio fabrico do oleiro.

Nos terrenos da freguesia de Chança, especialmente na Herdade de Lameira, há barro branco de óptima qualidade, muito cobiçado pelos oleiros da Flor da Rosa. Como o dono da herdade o não vende, vão-no buscar a coberto da noite.

O barro branco é o mais próprio para o fabrico da *louça de ir ao fogo*, a chamada *louça de força*. Quando o oleiro quer que esta louça tenha um pouco mais de cor, mistura a este barro uma pequena porção de barro vermelho.

O barro vermelho é usado mais no fabrico da *louça de água*, e as peças feitas com ele só tomam a cor vermelha depois de cozidas. Antes, a sua cor é amarelada.

Para a fabricação desta louça junta-se ao barro vermelho uma pequena quantidade de barro branco. Isto confere-lhe uma maior plasticidade o que, no dizer dos oleiros, dá à mistura uma maior *correia*, ou seja um conveniente grau de consistência à melhor modelação da peça. Na opinião do oleiro as vasilhas feitas desta mistura tornam a água mais saborosa ao paladar. Se a *louça de água* fosse fabricada apenas com barro vermelho, tornava a água de mau sabor, *mole*, no dizer regional.

Os barros são cavados nos *barreiros* à enxada e transportados, sob a forma de torrões, para a olaria em carros puxados a muares.

No verão, o barro cavado no *barreiro* não apresenta as mesmas condições de humidade, isto é, há porções que estão mais secas e outras mais húmidas. Ao barro nestas condições chamam *enresinado*. Por isso o oleiro põe-no em frente da olaria a enxugar ao sol (Est. I, F), para secar por todo. Só então

é *migado*, isto é, dividido em pequenas porções com o auxílio de um sacho e transportado para o *barreiro* (1), onde é *derregado* (2).

No inverno não é necessário secar o barro ao sol para *derregar*, porque ele vem já do *barreiro* quase *derregado*. No verão é necessário secá-lo, mas uma só noite é suficiente para o *derregar* completamente.

A pisa

Depois do barro *derregado* inicia-se a *pisa*, que é geralmente executada no pavimento da casa do próprio oleiro.

O barro é colocado no lajeado da casa e o filho do oleiro ou o próprio oleiro, em pé sobre o barro, vão-no pisando, ora com o calcanhar, ora com a planta do pé, durante algum tempo. A seguir dividem o barro ao meio e colocam uma metade sobre a outra e voltam a pisar novamente até que o barro forme uma massa homogénea.

Durante a pisa, deita-se, de vez em quando, no barro, um pó especial, a que chamam *mistura*, para evitar que o barro se agarre aos pés. Este pó é extraído dos barreiros de São Bento. Não o têm encontrado noutro local. Mesmo no inverno, de chuvas abundantes, o oleiro tem-no sempre enxuto no barreiro. É o próprio oleiro que o vai buscar e escolher. Trá-lo num alguidar à cabeça, o que causa admiração às pessoas de fora da terra, porquanto na quase totalidade das terras do Alto Alentejo, os homens, por sistema, não carregam à cabeça. Este pó só é usado depois de ter sido peneirado.

---

(1) Recipiente grosseiro de pedra, cujo fundo é formado pelo próprio lajeado da casa e localizado num compartimento mais interior, da habitação do oleiro. Há-os de vários tamanhos. Um deles tinha 1 m de comprimento, 60 cm de largura e 50 cm de altura.

(2) Derregar é juntar água ao barro migado até obter o óptimo grau de humidade.

Dizem os oleiros que a *pisa* é semelhante ao amassar do pão. A única diferença existente é a do pão ser amassado com as mãos e o barro com os pés.

A *pisa* do barro é um serviço violento. O indivíduo que a executa farta-se de suar.

Depois o barro pisado é levado para a *atoquina* e ali é *catado* à mão pelo oleiro de tal maneira que o limpam de todas as impurezas.

Então o barro é *empelado*, isto é, dividido em porções maiores ou menores, chamadas *pelas*, com a forma de troncos de cones, cujo tamanho está relacionado com a peça de louça a fabricar.

A oficina do oleiro

A casa do oleiro (Est. I, fig. 3, A, B, C e D) é constituída pelo rés-do-chão e sobrado.

Naquele, deparamos logo à entrada, com uma divisão espaçosa, lajeada, a maior da casa, onde está a oficina e a cozinha com a lareira, a cantareira e o *pial* (1) dos asados e dos cântaros da água, de beber e de cozinhar. Da cozinha sobe-se pela escada que dá acesso ao sobrado. Na parede fronteira à porta da rua há outras duas portas que dão para outros compartimentos do rés-do-chão. Num destes, come e dorme o macho, ou a mula, animais indispensáveis ao serviço da olaria, e no outro está o *barreiro*, onde se *derrega* o barro e se realiza a *pisa*. O sobrado serve para armazém da louça preparada para a venda e para guardar os produtos da terra que geralmente todos os oleiros cultivam. Há casas de oleiros que têm o quarto de dormir no rés-do-chão e outras que o têm no sobrado.

---

(1) Espécie de mesa de pedra, que fica geralmente na cozinha, onde se põem os asados e os cântaros da água.

A oficina do oleiro, que é bem modesta e primitiva, está geralmente logo à entrada da casa no canto esquerdo, ou no canto direito. Uma parede de pedra, com cerca de 1,5 m de comprimento, 0,5 m de largura e 0,8 m de altura, entesta na parede da frontaria da casa. Está coberta com duas ou mais tábuas de pinho, dispostas lado a lado, formando uma espécie de estrado, ou por uma *barra* de cimento. Este conjunto constitui aquilo a que o oleiro chama a *atoquina* ou *bancada* (Est. III, fig. 5, C) e isola um pequeno espaço onde o oleiro trabalha.

Neste espaço está a *roda* ou rodas do oleiro, pois há olarias que têm duas.

A *roda* é constituída, como em outras olarias portuguesas por três partes essenciais: dois discos fixados a um eixo. O disco superior, mais pequeno, é a cabeça da roda (Est. III, fig. 5, A e B) e o outro, o inferior, de grande diâmetro, a que chamam simplesmente *roda.*

Esta é de pinho com um diâmetro de 1 m e colocada acima do lastro da casa uns 15 cm. Está fixa ao eixo de azinho, de secção quadrada, com 8 cm de lado e uns 60 cm de altura. Este eixo, que na extremidade inferior, toma o nome de *espigão*, ou *aguilhão,* gira numa depressão arredondada existente numa das lajes do pavimento da casa.

O eixo da roda passa na reentrância dum toro de azinho chamado *gargantalo* que está disposto transversalmente à *atoquina.* Na sua extremidade superior, adelgaçada, implanta-se a cabeça da roda, que é de pinho com uns 30 cm de diâmetro.

Fabrico da louça

Para aperfeiçoar a louça, o oleiro tem como instrumentos o *louceiro,* as *alpanatas* e as *canas.*

O *louceiro* é um vaso de barro, que está colocado na *atoquina* em frente e à direita do oleiro. É nele que o oleiro tem a água com que regula a plasticidade do barro.

As *alpanatas*, são dois pedaços de pano em tiras com cerca de 30 cm de comprido: um de surrobeco, para alisar o interior dos alguidares e outro de riscado ou de pano cru, com que alisa os bordos das peças de louça.

As *canas* são dois pedaços de cana, uma maior outra menor que servem para afeiçoar o bojo e alisar os perfis das peças.

O oleiro veste um avental de linhagem, instala-se na *tábua do assento*, apoia os pés na *estribeira ou retranca*, toro de madeira encostado à parte interna da *atoquina* ou *bancada*, acciona a roda, ora com um pé ora com o outro, e com as mãos colocadas sobre a *pela*, transforma-a na tão utilíssima louça de barro da Flor da Rosa.

No trabalho *Olarias de Muge* (1), o Prof. Santos Júnior transcreve do belo trabalho *A loiça de Miranda do Corvo* (2), do Dr. Manuel Monteiro, o trecho admirável:

«Para transmutar em loiça o pedaço informe da massa posta sobre a cabeça, o oleiro instala-se no *assento*, firma um pé na esteveira, com o outro faz rodopiar o torno por destros e fortes impulsos intermitentemente comunicados à folha, e então abre o barro ou seja, mergulha os dois polegares na argila para dela arrancar imperturbàvelmente as lindas galbas tradicionais. Com rapidez emerge o embrião da peça, desenvolvendo-se e afeiçoan-

---

(1) Santos Júnior, *Olarias de Muge*, Extracto II do vol. V, dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Porto, 1932, págs. 5 a 14 e 8 figs.

(2) Manuel Monteiro, *A loiça de Miranda do Corvo*, «Portugália», vol. II, Porto, 1908, págs. 432-433.

do-se ao capricho das mãos do torneiro, que em sucessivas tiradas ora se afastam ora se unem durante a gestadora marcha ascensional, dirigida com certas solicitudes artísticas».

As peças, depois de feitas, são postas a enxugar à sombra, em tábuas, que prèviamente foram colocadas no pavimento da casa, durante uma ou duas horas, consoante as condições atmosféricas são mais ou menos favoráveis. As asas das peças são colocadas durante o *enxugo*.

Nesta fase a louça é alisada e aparada para corrigir qualquer greta ou ruga e ficar o mais perfeita possível.

Este serviço é feito pela mulher do oleiro com o auxílio das *canas*. No alisamento dos alguidares e das caçolas é usado um pequeno calhau rolado, quase cilíndrico e alongado, a que dão o nome de *malhão*.

É oportuno referir que a mulher do oleiro tem um papel muito importante na olaria. Ela trabalha tanto ou mais que o oleiro. Este vai buscar o barro ao *barreiro*, pisa-o, cata-o, trabalha na roda, arranca e transporta o mato, mas todo o serviço restante, que é ainda muito, é realizado pela mulher do oleiro.

Depois do enxugo da louça procede-se à secagem. No verão esta realiza-se mesmo dentro de casa, à sombra, e leva apenas uns cinco dias.

No inverno tem de ser seca ao sol, no terraço fronteiro à casa, ou até em plena rua. Quando o tempo está chuvoso pode levar mais de um mês a secar.

A cozedura da louça

A louça, depois de seca, é levada para o forno, para ser cozida. Não pode ser introduzida no forno sem primeiro ser aquecida ao sol. Se assim não for muita louça estoura.

Há olarias que não têm forno próprio. Estas pagam por cada cozedura de louça a importância de 12$00 ou este valor em louça. Apenas 7 fornos estão a trabalhar na Flor da Rosa. Há 20 fornos que deixaram de trabalhar.

Todos os fornos estão construídos em edifícios separados das olarias. São feitos de tijolos e constituídos por duas partes, que se sobrepõem: a *caldeira,* localizada ao nível do chão, onde se queima o combustível e o *forno* pròpriamente dito, de tecto abobadado, a nível superior.

Os fornos são todos semelhantes. Num deles tiramos as seguintes medidas internas (ao nível do pavimento): Diâmetro ântero-posterior 2,40 m; diâmetro transverso 1,70; altura, a meio 1,70 m.

O pavimento do forno, é constituído por 5 fiadas de arcos de tijolos designadas por *cinco arcos,* de 16 cm de largura cada, separados por espaços de 20 cm de largura, chamados *intervalos dos arcos.*

A boca, no acto da cozedura, é tapada por tijolos a que chamam *tapador* e tem 1,32 m de altura e 0,94 m de largura.

Na porção mais anterior da abóbada está a chaminé.

A louça não se pode colocar no forno de qualquer maneira.

Os alguidares, as caçolas e os cântaros são colocados na posição de deitados, isto é, com as bocas para o lado. Os asados podem ser postos quer emborcados quer deitados. As panelas e outras vasilhas têm de ser postas emborcadas.

Se as peças forem colocadas no forno em posições diferentes das indicadas, podem estalar com muita facilidade.

Uma fornada de louça leva a cozer umas 3 horas no verão e 4 a 5 horas no inverno.

O tempo de arrefecimento da louça após a cozedura é variável com o tamanho e espessura das peças. Uma talha pode, no verão, levar uma noite a arrefecer.

A louça é cozida, geralmente, de noite, porque assim se pode determinar melhor o momento em que está cozida. Este momento é indicado pela chama cor de azul-claro que sai da chaminé, ou pela mesma chama observada dentro do forno, através dos orifícios que existem sempre entre os tijolos que tapam a boca.

O combustível

O combustível usado nos fornos das olarias da Flor da Rosa é o mato, constituído por giestas, codessos, estevas, sargaços, etc.. É arrancado pelo próprio oleiro e transportado na carroça usada no transporte do barro.

Há grandes dificuldades em o adquirir, quer por ser caro, quer por se encontrar muito distante da povoação. Vão buscá-lo para lá da linha de caminho de ferro (Ramal de Cáceres), a uns 8 km a norte da Flor da Rosa.

Uma carrada de giestas custa-lhes no local da sua aquisição a importância de 8$00 ou dois cântaros. A de sargaços é a 5$00 e a de codessos a 8$00. Há lugares onde pagam o mato a 10$00 a carrada ou dão em troca dois cântaros.

Dizem os oleiros que a rama de pinheiro é o melhor combustível para o cozimento da louça, porque lhe dá mais resistência e melhor cor. No entanto, emprega-se pouco porque os pinhais são raros nas redondezas da Flor da Rosa.

Uma carroça pode transportar duma vez uns 12 a 17 feixes de mato.

Cada fornada de louça pode gastar 20 a 30 feixes de mato e há-as que gastam 3 carradas de mato.

As olarias de Flor da Rosa empregam hoje uns 25 oleiros apenas. Um oficial de oleiro pode ganhar por dia, desde 20$00 a 40$00 e fazer num dia de trabalho uns 20 a 25 cântaros ou

asados, ou então 10 a 12 talhas de tamanho médio ou ajudar a fazer 4 a 5 talhas das grandes.

Tipos de louça

LOUÇA PRETA — Emanuel Ribeiro, no trabalho *Água Fresca* (1), a páginas 39, publica um pequeno mapa de Portugal no qual dá a povoação da Flor da Rosa como centro oleiro de louça preta. Hoje já não é fabricada na Flor da Rosa. Segundo nos disse o velho oleiro sr. António Batido, esta louça foi ali fabricada há uns anos atrás apenas por dois oleiros: um chamado o Tondela, por ser natural da vila de Tondela, e o outro, o velho oleiro Manuel Bicho, que também era de fora da terra e que para ali tinham levado o seu fabrico.

Com a morte destes dois oleiros deixou de ser fabricada a louça preta na Flor da Rosa por ter menos *resgo,* isto é, menos venda.

A louça preta era feita do mesmo barro da outra louça e a única vantagem que tinha era a de ser de maior luxo. Antigamente esta louça era cozida em fornos chamados *bruxas,* que já não existem. Eram semelhantes aos actuais, mas mais pequenos.

A louça preta não era mais do que a outra louça depois de submetida, nos ditos fornos, à acção de fumo intenso produzido por *cavacos de pez* (cavacos de pinho), com o forno hermèticamente fechado.

Depois de ser limpa da *mascarra* ficava luzidia, dando-lhe o aspecto de mais fina.

---

(1) Emanuel Ribeiro, *Água Fresca, Apontamentos sobre a Olaria Nacional,* Porto, sem data, 61 págs., muitas fotografias e desenhos.

LOUÇA TOSCA — É a louça que leva apenas uma cozedura. É mais quebradiça que qualquer outra e mais grosseira. São vários os tipos desta louça.

LOUÇA VIDRADA — Se barrarem a face interna da louça tosca com uma solução aquosa de zarcão, a que chamam *vidro,* e a submeterem a uma segunda cozedura, obtêm a chamada louça vidrada. Esta é mais resistente e de maior asseio que a tosca.

LOUÇA PESGADA — Por via de regra, só as talhas, também chamadas *tarefas,* é que são *pesgadas.* São feitas de barro branco e vermelho misturados em partes iguais. Esta mistura fica com mais *força* do que o barro simples e torna a vasilha mais resistente.

Depois de cozidas, as talhas são postas a arrefecer. Tornam a aquecê-las ao calor dum fogareiro ou duma fogueira acesa no chão. Quando a talha está aquecida suficientemente, o louceiro deita-lhe dentro o pez, que fora *derregado* numa caçola e agora, imprimindo movimentos de rotação à talha, faz com que toda a superfície interior fique revestida de pez. Temos assim a talha *pesgada.*

Peças de louça fabricadas no centro oleiro da Flor da Rosa

No centro oleiro da Flor da Rosa fabrica-se *louça de água,* louça que não vai ao lume e *louça de ir ao fogo,* isto é, a louça que vai ao lume.

Damos a seguir o nome e a descrição das peças duma e doutra louça.

Peças de louça de água

ALGUIDARES — Também chamados *barranhões*. São de vários tamanhos e prestam-se a muitos serviços caseiros, tais como o asseio da casa e o amassar do pão, no que desempenham o papel da masseira.

Designam-se, conforme os tamanhos, por alguidares de *um à mão*, o maior, de *dois à mão*, de *três à mão*, de *quatro à mão* e de *cinco à mão*. Há ainda o *alguidar de amassar o pão* que tem a capacidade de dois de *um à mão* e não entra nesta seriação. Um alguidar de *um à mão* tem 57 cm de diâmetro de boca, 34 cm de diâmetro de fundo (medida externa) e 23 cm de altura. O de *quatro à mão* tem 35 cm de diâmetro de boca, 20 cm de diâmetro de fundo (medida externa) e 15 cm de altura. O de *cinco à mão* é o menor.

Os alguidares podem ser vidrados ou toscos. Estes são geralmente pintados na face interna durante a fase do *meio enxugo* com tinta vermelha, feita de barro. Para os pintar usam um pedaço de pele de borrego, ou uma *alpanata,* ou ainda um pincel de caiar a casa.

Os alguidares de *um à mão* custam 15$00, os de *dois à mão,* 10$00, os de *três à mão,* 6$00, os de *quatro à mão,* 4$00, os de *cinco à mão,* 2$50 e o de amassar o pão, 25$00. Estes são os preços dos vidrados. Os alguidares toscos custam geralmente metade destes valores.

ASADOS — Vasilhas usadas no transporte da água e como reservatório da mesma. As mulheres transportam à cabeça a água nestas vasilhas.

Há-os que têm duas asas, uma asa só e até os que não têm asas (Fig. 1, A, B e C). Estes últimos têm a designação especial

de *potes*. A sua capacidade é de cerca de 15 litros. Vendem-se ao preço de 5$00.

AZEITONEIRAS — Pequenos recipientes para azeitonas. Custam 5$00.

BARRIL DE ÁGUA — Vasilhas com a capacidade de uns 3 litros, usadas especialmente no verão pelos carroceiros, para nelas transportarem a água para beber. Os ganadeiros usam a cabaça para o mesmo fim. Um barril custa 2$00 (Fig. 1, E).

CÂNTARA, INFUSA OU QUARTA — Mais pequena que o cântaro tem a capacidade de 10 litros e é usada também como vasilha para o transporte de água. Custa 3$00.

CANTARINHAS — São mais pequenas que a cântara e têm vários tamanhos. A de 7,5 litros é usada pelas rapariguinhas de 10 aos 13 anos e pelas mulheres idosas para transportarem a água das fontes para as casas. Custam 2$00 (Fig. 1, J).

CÂNTAROS — São muito usados para transportar a água das fontes para as casas. Este transporte pode ser feito, quer pelas mulheres à cabeça, quer por animais de carga nas *cangalhas*. Eram muito usados no transporte e distribuição da água aos trabalhadores nos campos, especialmente nas ceifas (1) e nas carvoarias (2). Hoje estão a ser substituídos pelo barril de madeira.

---

(1) Estas são feitas no mês de Junho e em parte do de Julho. Nelas ainda hoje, apesar da crescente mecanização da agricultura, empregam-se muitos homens e mulheres, designados por ceifeiros e ceifeiras, aos quais a água tem de ser distribuída amiudadas vezes, por causa dos grandes calores.

(2) Fabricação do carvão vegetal a partir da lenha, que aqui é geralmente de azinho ou sobro. Esta lenha proveniente das *derrubas* e dos *desbastes* é transformada em carvão por carbonização incompleta, nos chamados fornos de carvão. As carvoarias realizam-se mais no verão e daí a necessidade da distribuição da água aos trabalhadores, chamados neste caso carvoeiros.

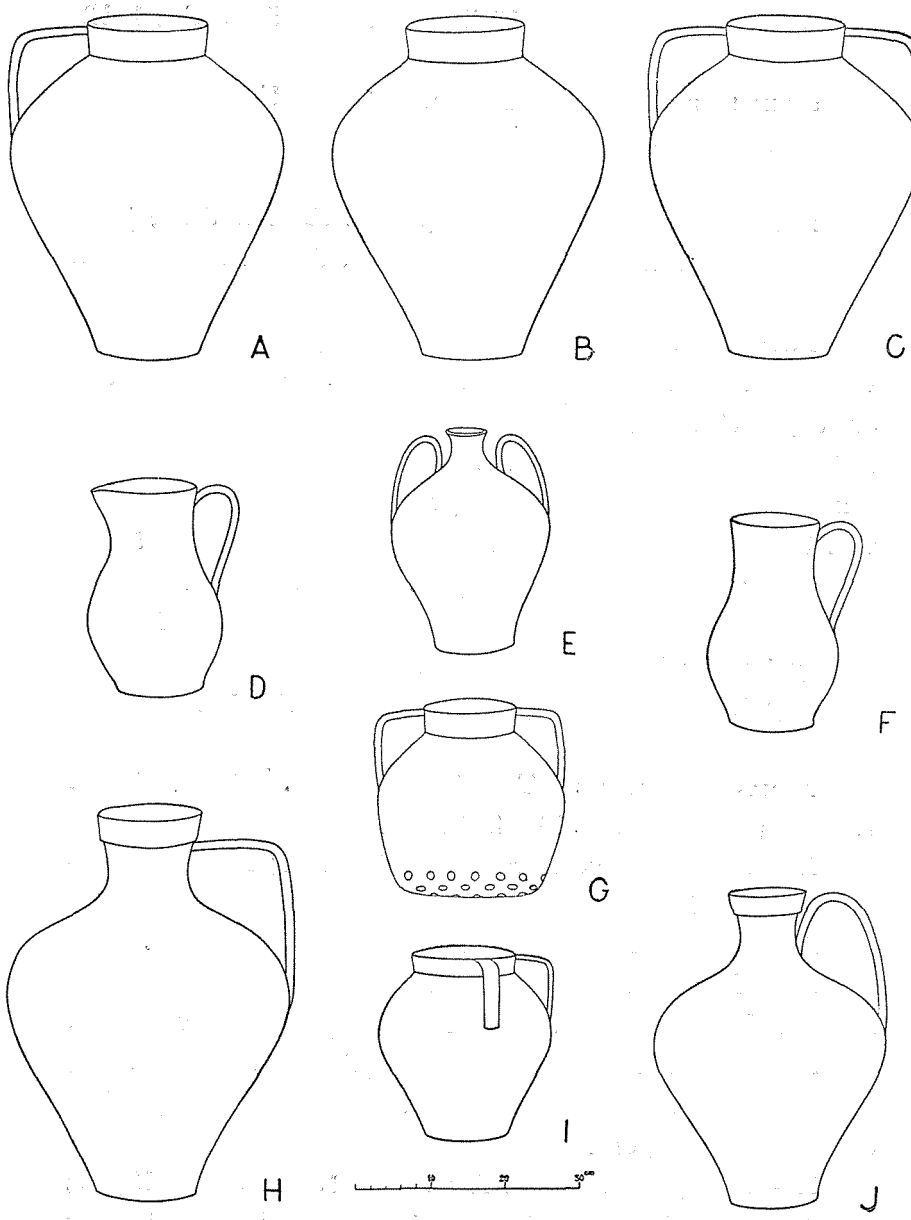


Fig. 1 — Algumas peças da olaria da Flor da Rosa.

A sua capacidade é de 15 litros e custam 5$00 (Fig. 1, H).

SELHA DE BARRO OU TIGELÃO OU ENDRÓGÃO — Usada para lavar as casas. Custam 4$00.

PÚCAROS — Também chamados *panelas de beber água;* já se fabricam pouco. A sua capacidade é de 0,5 litro. Custam $50.

TIGELAS — Há-as de muitos tamanhos e podem ser toscas ou vidradas. Tinham nomeada especial as chamadas tigelas de *tender o pão de milho,* no tempo em que este era fabricado em muitas povoações alentejanas. Este pão e o de trigo eram então cozidos nos chamados fornos de *poia,* que eram fornos colectivos. Neles qualquer pessoa cozia o pão mediante a paga à forneira, de um pão designado por *poia.* Este era geralmente maior do que qualquer outro e pesava um quilo. Quando a forneira tinha *poias* a mais do que as necessárias para o sustento da sua casa, a *poia* era substituída pelo seu valor em dinheiro.

TALHAS OU TAREFAS — Também são de tamanhos variados. A sua capacidade vai de 10 a 200 litros.

As maiores que se fabricam em Flor da Rosa e por encomenda são de 200 litros.

As bocas dos fornos não dão para tamanhos maiores.

Para fabricar uma talha de 200 litros são precisos dois homens. Um para accionar a roda e o outro para modelar o barro.

As talhas são muito usadas como depósito de água, de azeite, de vinho, de aguardente, conserva de azeitonas, como salgadeiras de carne de porco, etc..

Há-as pesgadas e toscas. A talha de 10 litros custa 12$50; a de 25 litros, 25$00; a de 30 litros, 30$00; a de 50 litros, 50$00; a de 100 litros, 100$00 e a de 200 litros, 200$00. Este é o preço

das pesgadas. As toscas custam metade. Uma talha de 200 litros tem de altura 170 cm, e o bojo tem 240 cm de perímetro (Fig. 2, B).

VASOS — Usados para cultivar flores. Há-os de vários tamanhos. O tamanho médio vende-se por 1$50.

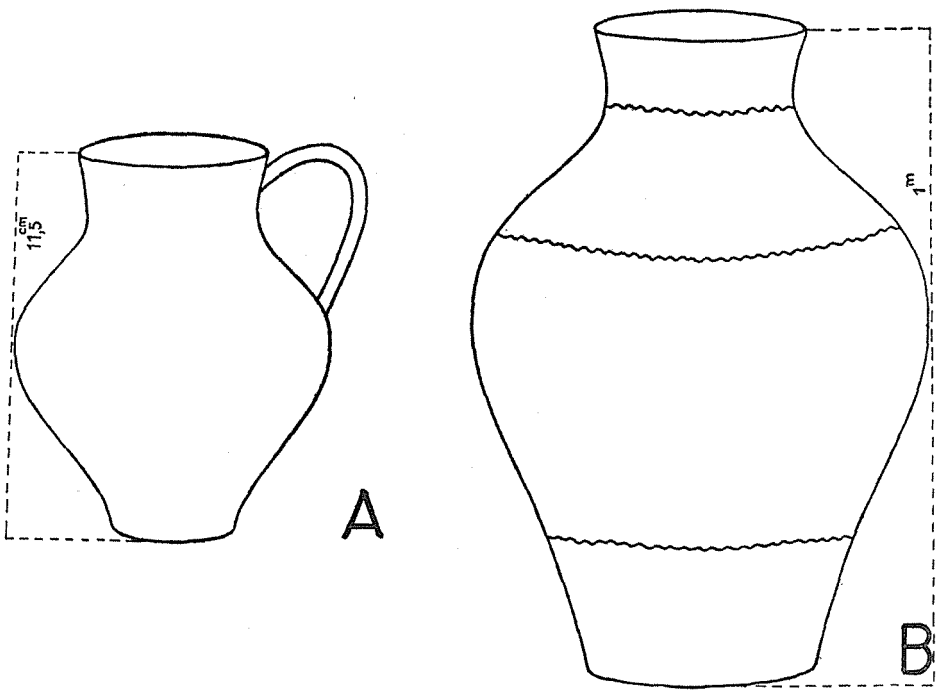


Fig. 2 — A, *púcaro*, a peça mais pequena da olaria da Flor da Rosa. B, *talha* ou *tarefa*, a peça maior que chega a atingir 1,70 m de altura.

Peças de louça de ir ao fogo

ASSADORES — Peças de barro usadas para assar castanhas. Custam 1$00 (Fig. 1, G).

CAFETEIRAS OU CHOCOLATEIRAS — São de dois tipos: com boca redonda (Fig. 1, F) e com boca em bico (Fig. 1, D). Este

está no bordo oposto à asa. Servem para ferver água, para fazer café, etc.. Há-as de vários tamanhos e podem ser toscas ou vidradas. Uma cafeteira de um litro e vidrada custa 2$50. A tosca custa metade deste preço.

CAÇOLAS — São peças semelhantes ao alguidar, mas de ir ao lume. Podem ser toscas e vidradas e de vários tamanhos. As toscas quando estão na fase do *meio enxugo* são *aparadas* com o *malhão* e pintadas com *tinta* de barro vermelho.

As caçolas designam-se também por *uma à mão*, *duas à mão*, *três à mão*, *quatro à mão*, *cinco à mão*, *seis à mão* e *sete à mão*. A primeira designação corresponde ao tamanho maior e a última ao menor. Cada caçola tem seu testo.

São muito usadas para fazer as migas alentejanas, de toucinho e chouriço.

As caçolas de *uma à mão* custam 15$00; as de *duas à mão*, 10$00; as de *três à mão*, 6$00; as de *quatro à mão*, 4$00; as de *cinco à mão*, 2$50; as de *seis à mão*, 2$00 e as de *sete à mão*, 1$50. Este preço é o das vidradas. As toscas custam metade.

SERTÃS — Há-as de vários tamanhos e não têm designação especial. As mais pequenas custam 1$50. São usadas para fritar carnes.

FOGAREIROS — São peças de barro usadas para cozinhar os alimentos. Custam 1$20.

FRIGIDEIRAS — Têm também vários tamanhos e podem ser vidradas ou toscas. Também têm a designação de *uma à mão*, de *duas à mão*, ... até *cinco à mão*. Servem para *frigir* a carne de porco. O tipo mais pequeno, o de *cinco à mão*, se é tosco custa 1$80, se for vidrado 3$00.

PANELAS — São usadas para cozinhar os alimentos. Dizem na região, que lhes dão um sabor especial. Também têm a designação de *uma à mão*, de *duas à mão*, de *três à mão*... até *sete à mão*. Têm os preços das caçolas (Fig. 1, I).

TACHOS — Há-os de três tamanhos e designam-se por *quatro à mão, cinco à mão* e *seis à mão*. Podem ser toscos e vidrados. O tamanho mais pequeno, vidrado, custa 3$00.

Os mercados

A maior parte da louça da Flor da Rosa é vendida nas povoações, vilas e cidades do Alto Alentejo e ainda em povoações da Beira Baixa, para onde os louceiros a transportam nas suas carroças.

Uma pequena parte é exportada pelo caminho de ferro e em camionetas para Abrantes, Tomar, Entroncamento, Santarém, Coimbra, etc..

Entre os oleiros da Flor da Rosa há um perfeito acordo, que vem de tempos remotos, no que respeita aos mercados de venda da louça.

Cada oleiro tem o seu mercado exclusivo. Não há atropelos. Um oleiro vende em Aldeia da Mata, outro em Vale de Peso, outro no Monte da Pedra, etc.. Esta prerrogativa foi-lhes transmitida por herança. A povoação a que cada um vai vender louça hoje, era já a povoação onde os seus antepassados a vendiam também. Isto torna o louceiro tão conhecido na povoação, que é tratado ali como sendo um dos seus.

O domingo é o dia escolhido para a venda da louça.

Quando o mercado é grande, como acontece em dias de feira ou de festa, os louceiros podem agrupar-se, de comum acordo, e vender no mesmo mercado.

Outros centros oleiros do Alto Alentejo

O Alto Alentejo é rico em centros oleiros. Além de Flor da Rosa, há olarias em Nisa, Amieira de Nisa, Redondo, Arronches, Portalegre, Campo Maior, Estremoz, Elvas e Aldeia de Matos.

Todos se dedicam especialmente ao fabrico de *louça de água*. As olarias do centro da Flor da Rosa fabricam em abundância, quer a *louça de água*, quer a *louça de ir ao fogo*.

A fama deste centro oleiro resulta da circunstância de a sua *louça de ir ao fogo*, apesar de ser de fabrico e aspecto mais grosseiro, pois não tem quaisquer enfeites na sua superfície externa, resistir ao lume mais do que qualquer outra e dar aos cozinhados um sabor especial. Ao menos esta é a opinião geral.

Estas propriedades, segundo dizem os oleiros, vêm-lhe da qualidade do barro.

Conclusões

Fabricam-se ainda hoje na Flor da Rosa vários tipos de peças de barro. Algumas são similares às que se fabricam noutras olarias do país, e têm até os mesmos nomes, como por exemplo os cântaros, os alguidares, as cafeteiras, etc..

Queremos salientar a interessante classificação com que várias peças do centro oleiro da Flor da Rosa são designadas. Referimo-nos à designação de *um à mão*, *dois à mão*, etc., que parece não existir noutros centros oleiros portugueses.

É curioso que, consoante a natureza das peças, esta designação tenha, como vimos, séries diferentes. Numas, como nas caçolas e panelas a série vai de *um à mão*, até *sete à mão* e noutras, como nos tachos, só com três tamanhos, a série vai

apenas de *quatro à mão* até *seis à mão*; no entanto nos alguidares e nas frigideiras as séries vão de *um à mão* até *cinco à mão*.

Tentei averiguar entre os oleiros da Flor da Rosa a razão de ser desta classificação das peças, segundo os tamanhos, mas em vão, pois não souberam dar-me qualquer explicação sobre a sua origem e antiguidade.

O centro oleiro da Flor da Rosa desempenha desde há muitos séculos um papel preponderante no abastecimento de louça de barro às populações de muitas terras das províncias do Alto Alentejo e Beira Baixa e ainda às de outras localidades dele mais distantes, como por exemplo, Tomar, Entroncamento, Santarém e Coimbra, isto devido, sem dúvida, não só à boa qualidade da sua louça, como também à modicidade dos seus preços.

O aparecimento do esmalte, do alumínio, do plástico, o encarecimento da matéria-prima, as dificuldades de aquisição do combustível e o êxodo crescente dos habitantes da Flor da Rosa para centros de maior população, e em especial, para as cidades, estão a originar o declínio deste centro oleiro.

Há vinte anos havia na Flor da Rosa 27 fornos de cozer louça em laboração e umas 60 olarias. Hoje há em laboração apenas 7 fornos e 18 olarias.

Os próprios oleiros lamentam a decadência da sua arte e profetizam o seu desaparecimento inevitável e mais ou menos próximo.

Isto trará grande prejuízo às populações abastecidas por esta louça, especialmente às de mais parcos recursos, pois as humildes vasilhas de barro são preciosos auxiliares na modesta economia aldeã.

Não haverá possibilidades de suster esta decadência, ou ela será inevitável?

Tudo indica que a decadência deste centro continuará, pois que a mesma se verifica noutros centros oleiros do país.

Com este modesto trabalho, pequena contribuição para o estudo desta tão interessante indústria popular portuguesa, queremos apenas chamar a atenção para a necessidade imperiosa do estudo de outros centros oleiros, provàvelmente sentenciados também a desaparecer num prazo mais ou menos longo.

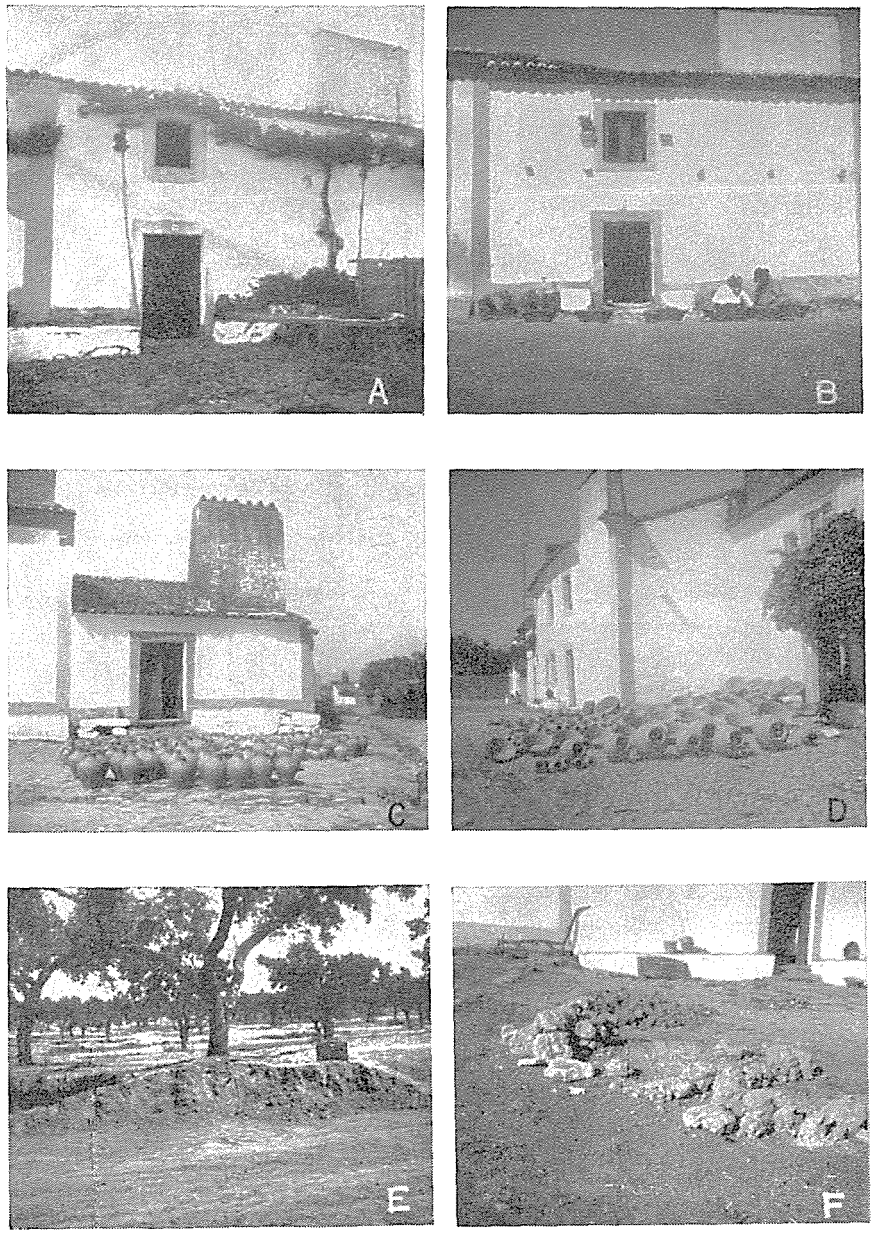


Fig. 3 — Aspectos de casas de oleiros, um *barreiro* e uma eirada de barro a secar em frente à casa dum oleiro.

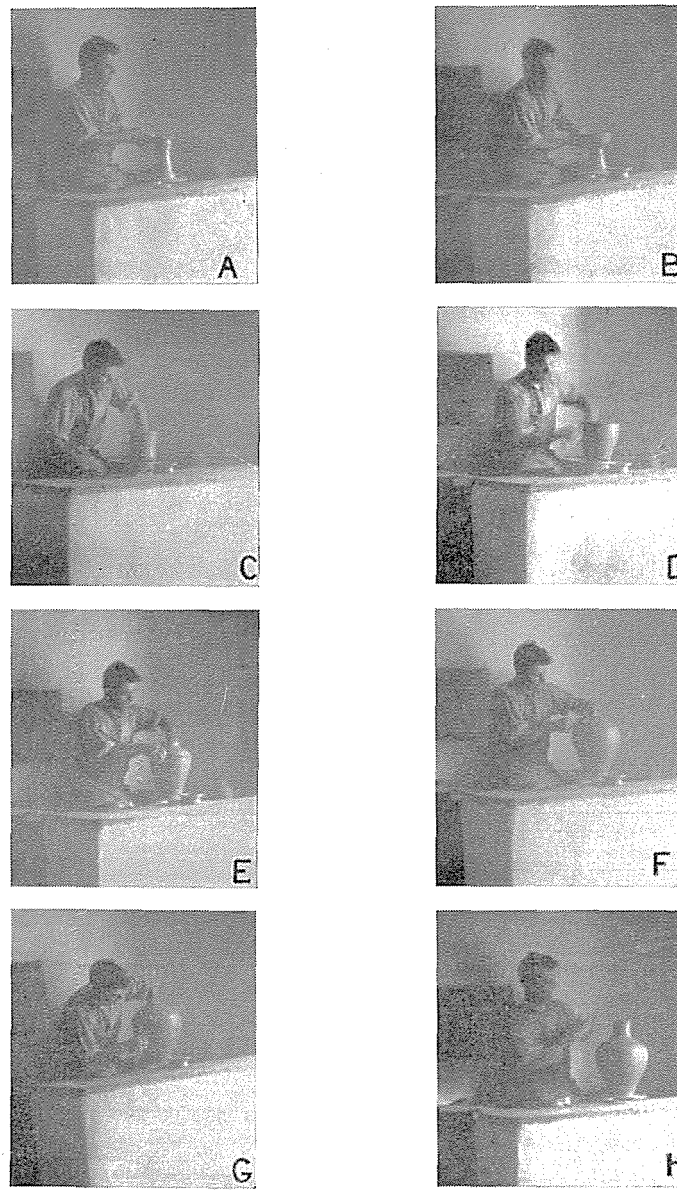


Fig. 4 — Fases da fabricação de um cântaro.

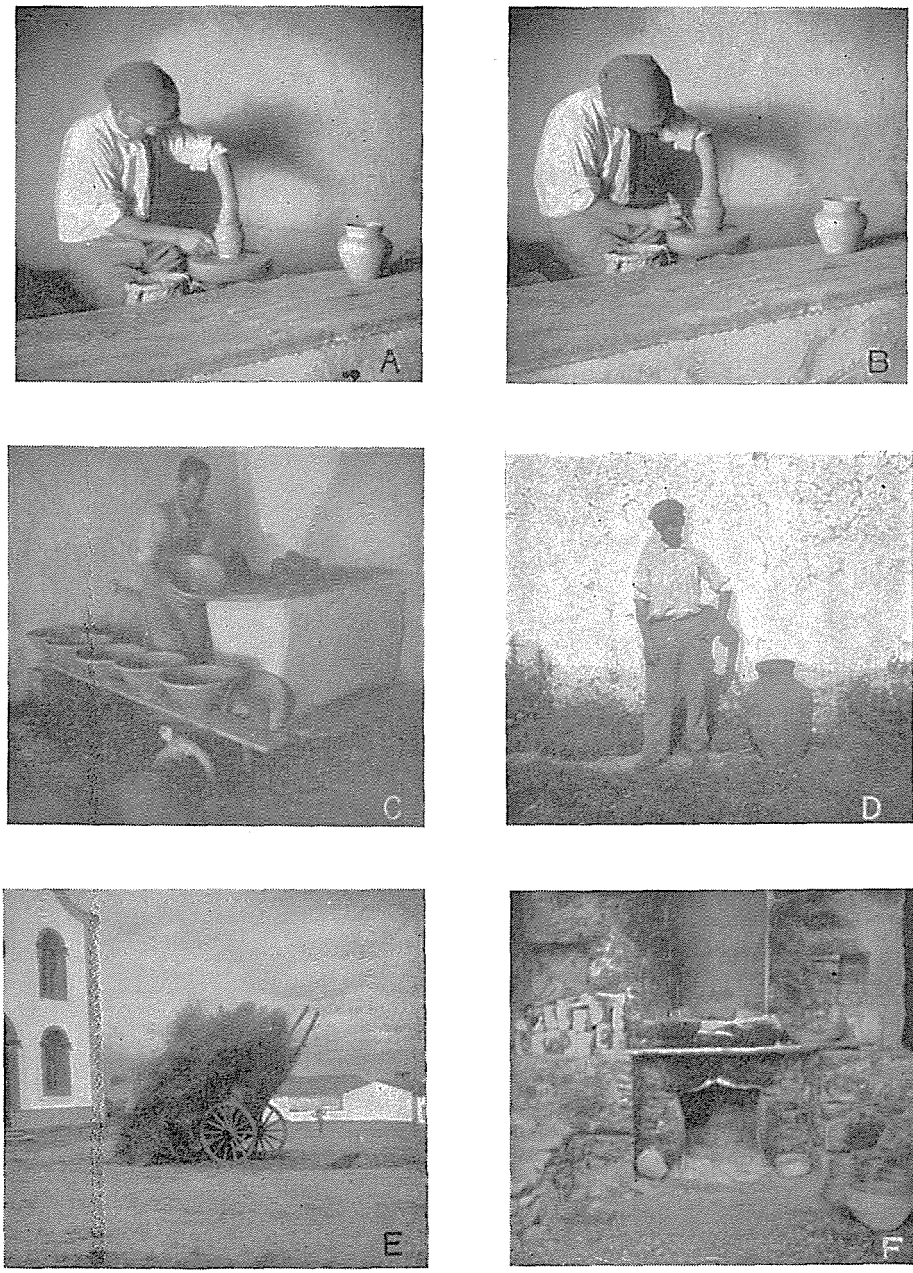


Fig. 5 — Aspectos do fabrico de louça, uma carrada de mato e a boca dum forno.

VÁRIA

Machados planos de bronze de Montalegre (1)

São relativamente comuns em Portugal os machados planos de bronze, embora mais raros na região setentrional do país. Mesmo assim, conhecem-se, provenientes do território situado a norte do Douro, numerosos exemplares encontrados em diversas localidades (Vila Real, Chaves, Montalegre, Póvoa de Lanhoso, Ponte do Lima, etc.).

O achado recente (1957) de uma pequena colecção de cinco destes instrumentos nas proximidades da vila de Montalegre constitui um elemento novo a acrescentar para o conhecimento arqueológico desta interessante região trasmontana.

*

Os machados referidos apareceram à margem de um caminho, num terreno de cultura, no sítio do Agro Velho, cerca de 600 m a norte da vila de Montalegre. Estavam quase à superfície, um deles disposto ao alto e os restantes empilhados uns sobre os outros.

Foram encontrados pelo comerciante da vila citada António Larguesa que, por intermédio de Artur Fidalgo, professor oficial e proprietário em Montalegre, ofereceu quatro dos referidos machados a um de nós (C. T.), tendo o quinto ficado na posse daquele professor que o conserva como recordação (2).

---

(1) Comunicação apresentada ao XXIV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Madrid, 1958.

(2) Foi, de resto, por este meu antigo condiscípulo de Liceu e amigo de sempre, que tive conhecimento do achado, durante uma excursão por esta região trasmontana, realizada na companhia do Dr. Manuel Braga da Cruz, professor do Liceu de Braga e também meu excelente amigo. A todos endereço os melhores agradecimentos. *C. Teixeira.*

Por Agro Velho é designada uma pequena colina, formada por rochas metamórficas, que pode ter sido assento de remoto povoado. Parece haver ali ainda vestígios de terraplanagens, mas faltam quaisquer outros indícios de ocupação humana antiga, como restos de cerâmica, etc..

O local do achado dos machados situa-se do lado ocidental da colina. Embora devam ter sido, inicialmente, enterrados a certa profundidade, o escorregamento das terras e os trabalhos de lavoura acabaram por pô-los a descoberto. O solo arável é constituído, no local, apenas por uma delgada película.

Fig. 1 — Colina do Agro Velho, próximo de Montalegre, onde apareceram os machados de bronze.

Nas cercanias abundam os testemunhos arqueológicos, tais como mamoas, ruínas de povoados castrejos, etc..

Machados planos de bronze, do mesmo tipo dos agora descobertos, foram encontrados em Cervos (ou Gralhós) e em Fírvidas, freguesias não distantes de Montalegre e pertencentes ao concelho.

*

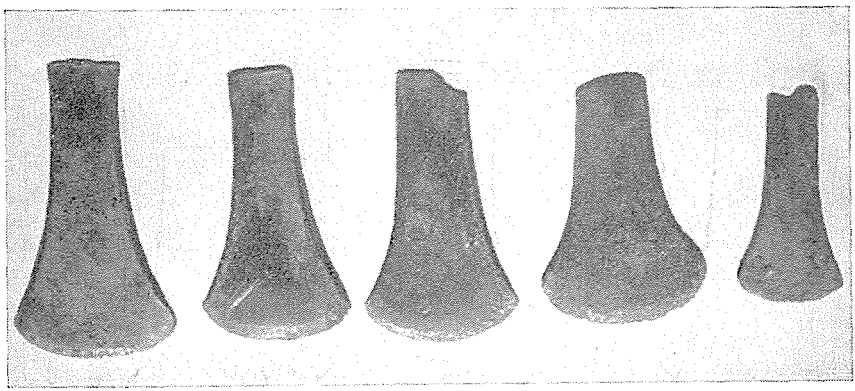
Os cinco machados de bronze do Agro Velho são todos de formato geral idêntico, embora difiram nas dimensões. Têm forma plana, com bordos curvilíneos. O gume, também curvilíneo, é relativamente fino e mostra, em geral, vestígios de utilização.

As fotografias (Fig. 2) e os desenhos esquemáticos (Fig. 3), que acompanham esta pequena nota dão ideia da morfologia dos machados em questão.

As dimensões e o peso são indicados a seguir:

Machados	Comprimento em cm	Larg. na base em cm	Larg. no gume em cm	Esp. no centro em cm	Peso em g
1	16,5	3,7	8,9	1,3	615
2	15,0	3,5	8,4	1,0	575
3	15,1	3,8	8,6	1,3	610
4	13,7	3,6	9,0	1,2	545
5	11,6	2,7	5,8	0,68	165

As diferenças assinaladas, sobretudo quanto ao formato, mostram que os cinco machados foram feitos em moldes diferentes. Este facto e os vestígios de utilização que apresentam permitem concluir que não se trata, certamente, de um esconderijo de fundidor.



1 2 3 4 5

Fig. 2 — Os cinco machados de Agro Velho, Montalegre.
(Cerca de 1/4 do tamanho natural).

Machados do mesmo tipo haviam sido encontrados, como se disse, na área do concelho de Montalegre.

Na região a norte do Douro foram assinalados utensílios semelhantes em Chaves e em Bujões, no distrito de Vila Real (a que pertence Montalegre), em São João de Rei, no concelho de Póvoa de Lanhoso, em Santo Ovídio, no concelho de Ponte do Lima, em Barcelos, em Viana do Castelo, etc..

Rui de Serpa Pinto ocupou-se não só do estudo destes machados, mas também da sua distribuição. O simples exame do mapa em que assinalou os achados conhecidos até então

mostra como este tipo de utensílios teve larga expansão em Portugal, nomeadamente no sul do país.

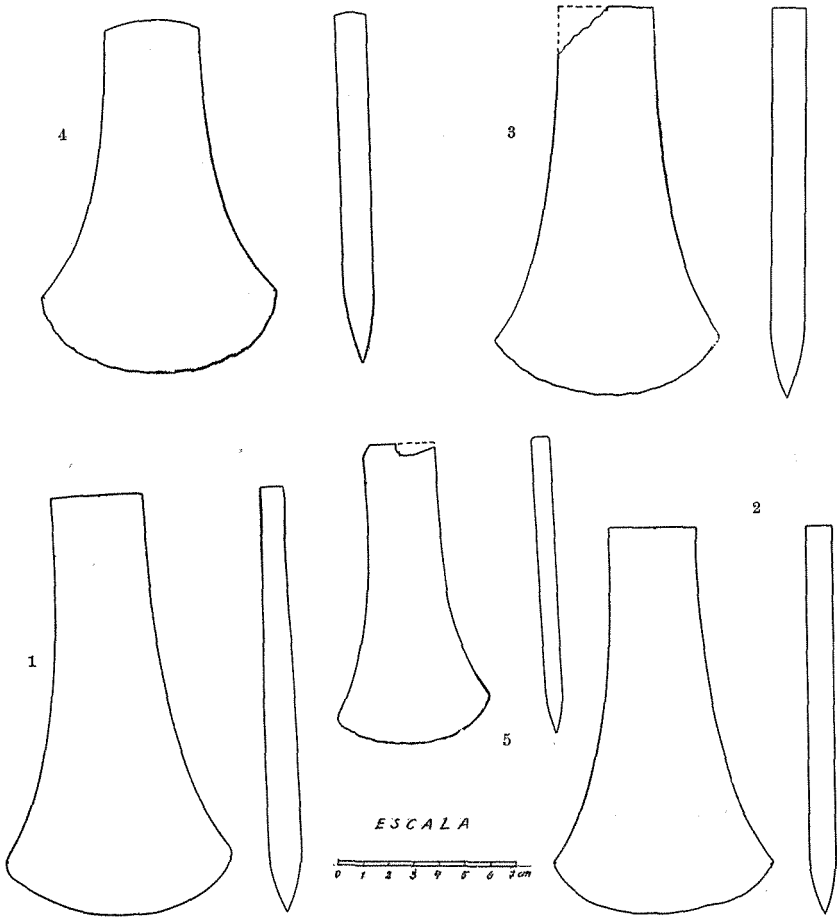


Fig. 3 — Morfologia dos cinco machados de Montalegre (de frente e de perfil).

Um dos machados de Chaves, conservado no Museu de Antropologia da Universidade do Porto, possui um rebordo lateral, que se observa igualmente num dos de Montalegre, embora menos acentuado.

Pelo que respeita à cronologia, os machados planos do tipo dos do Agro Velho são atribuídos ao Bronze II.

*

Situada entre o Larouco e o Gerês, a região de Montalegre é rica de restos arqueológicos de variadas naturezas.

São numerosos os vestígios da cultura dolménica, representados por antas e mamoas.

José Fortes, ao estudar a necrópole dolménica de Sales (Terras de Barroso), faz ampla referência a estes sítios, em especial às regiões de Tourém e de Pitões, onde podem observar-se numerosas mamoas e algumas ruínas castrejas.

Restos de um castro, relativamente bem conservado, existem numa pequena colina situada entre a estrada de Montalegre a Pitões e o rio Cávado, um pouco antes da ponte em que a estrada atravessa este rio.

Ao longo da estrada que de Montalegre segue para Gralhas, encontram-se numerosas mamoas, algumas com as lajes ainda conservadas.

Se se tiverem em conta os vestígios idênticos assinalados noutras regiões montanhosas do Norte do País (Castro Laboreiro, Peneda, etc.), poderemos fazer ideia do intenso povoamento destas regiões, em recuados tempos da pré-história.

CARLOS TEIXEIRA
Professor da Faculdade de Ciências de Lisboa
e MARIA DA SOLEDADE DE CASTRO FERNANDES
Professora do Liceu de Passos Manuel, Lisboa

BIBLIOGRAFIA

CORTEZ, R. — 1949 — Novos materiais para o estudo da idade do bronze de Trás-os-Montes e Alto Douro. *Publ. do Mus. Etn. do Douro.*

FORTES, JOSÉ — 1901 — A necrópole dolménica de Salles (Terras de Barroso). *Portugalia* — I, 665-686. Porto.

PEIXOTO, ROCHA — 1902 — Guia do Museu Municipal do Porto, vol. XIV, n.º 5.

SERPA-PINTO, RUI DE — 1929 — Machados de bronze do Museu Municipal do Porto. *Portucale,* II, 12, Porto.

SERPA-PINTO, RUI DE — 1929 — Museu de Martins Sarmento. II, Machados de bronze. *Revista de Guimarães,* XXXVIII-XXXIX. Guimarães.

SERPA-PINTO, RUI DE — 1933 — Activité minière et métallurgique pendant l'âge du bronze en Portugal. *Anais da Fac. de Ciências do Porto,* XVIII — Porto.

VASCONCELOS, J. L. DE — 1906 — Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Arch. Port.,* XI. Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G., e FERREIRA, O. DA V. — 1955 — Sur une plaque anthropomorphe en cuivre trouvée dans la mine d'étain de «Folgadoura» [Viana do Castelo]. *Com. dos Serv. Geol. de Portugal,* XXXVI, 49-50. Lisboa.

Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo)

Novos elementos (II)

No tomo XLIV dos «Anais da Faculdade de Ciências do Porto» (1), demos notícia de 22 antas que estudámos no concelho do Crato em duas fatigantes campanhas de trabalhos de campo nos anos de 1960 e 1961.

No verão de 1962 prosseguimos a prospecção arqueológica do mesmo concelho em nova campanha e estudámos mais duas antas, que publicámos no fascículo 1 do vol. XIX dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (2).

Como resultado de novas explorações arqueológicas efectuadas no Carnaval de 1963, no concelho do Crato, Alto Alentejo, pudemos estudar duas novas antas: a da Folha das Taliscas, na Herdade da Crucieira e a da Folha do Russo, na Herdade do Matinho, ambas pertencentes à freguesia do Crato e Mártires.

Desta última tivemos conhecimento no verão de 1962 (3), mas só nesta altura pôde ser visitada.

Anta da herdade da Crucieira

Quem deixar a estrada Crato-Portalegre no lugar das Casas dos Cantoneiros e seguir para o sul, encontra a anta a uma distância de 300 m, na Folha das Taliscas.

O terreno ali é quase plano e tem muitas azinheiras. Está bastante destruída. Não tem *chapéu* ou *mesa*.

É uma anta de sete esteios, todos de granito de grão grosso. Com excepção do 5 e do 6 (4), todos estão mais ou menos incompletos.

---

(1) Agostinho Isidoro, *Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo)* in «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», tomo XLIV, Porto, págs. 206 a 228, com 29 figs.

(2) Agostinho Isidoro, *Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo) — Novos elementos*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XIX, Fasc. 1, Porto, 1963, págs. 71 a 75, 4 figs.

(3) Idem, idem, *Novos elementos*, op. cit., págs. 71 a 75, 4 figs.

(4) Nesta anta como na que se segue, os esteios são indicados por algarismos iniciando a sua contagem pela esquerda da porta, no sentido do movimento dos ponteiros do relógio.

O estado de conservação e as medidas de cada um são como seguem:

Esteio 1 — incompleto; o que resta tem 1,30 m de altura, 1,47 m de largura (a meio) e 0,35 m de espessura (1);

Esteio 2 — representado apenas por um pequeno coto, cuja extremidade superior rasa o chão. Há uma porção de pedra apoiada nele e numa outra pedra bastante grande, que está caída na câmara e deve ser a porção que lhe falta;

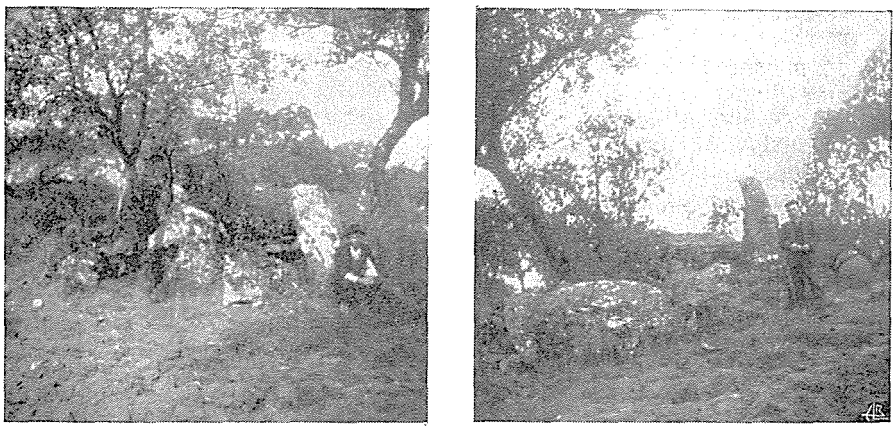


Fig. 1 — Anta da Herdade da Crucieira: à esquerda, vista do lado poente; à direita, do lado nordeste.

Esteio 3 — incompleto; a porção existente tem 1,20 m de altura, 0,90 m de largura (a meio) e 0,42 m de espessura. Junto e caído na câmara há uma porção, que deve ser a parte em falta;

Esteio 4 — incompleto; o que dele resta está rodeado externamente por um amontoado de pequenas pedras. Tem 1,30 m de altura, 1,33 m de largura (a meio) e 0,33 m de espessura;

Esteio 5 — íntegro; com 1,65 m de altura, 1,08 m de largura (a meio) e 0,34 m de espessura;

Esteio 6 — íntegro; com 2,25 m de altura e 1,05 m de largura (a meio) e 0,38 m de espessura.

---

(1) Neste esteio, como nos outros, a espessura foi tirada na parte média da extremidade superior.

Esteio 7 — incompleto; a porção restante tem 1,10 m de altura, 1,60 m de largura (a meio) e 0,35 m de espessura.

Na câmara da anta, está tombada uma grande pedra que se apoia na porção restante do esteio 7. Deve ser parte do *chapéu* ou *mesa* do dólmen. Tem 2,14 m de comprimento, 1,55 m de largura e 0,40 m de espessura. Dentro da câmara há ainda mais duas porções de pedras que estão caídas sobre aquela grande pedra, e devem ter pertencido aos esteios 2 e 3.

Os diâmetros da câmara, foram determinados a nível um pouco superior ao do rés-da-terra, por causa das pedras que estão caídas no chão da anta. O ântero-posterior, ou seja no sentido do eixo do corredor, tem 3,07 m e o transverso 2,75 m.

A anta possui corredor voltado ao nascente. Está atulhado de pequenas pedras transportadas dos terrenos em volta, que tapam completamente o lado norte. O lado sul é constituído apenas por uma pedra de 2,50 m de comprimento, e saliente do terreno uns 60 cm.

O corredor tem 3,20 m de comprimento. Nele cresce uma azinheira.

Externamente à anta, próximo do esteio 7, e do lado norte do corredor, há duas grandes pedras. A primeira, a mais pequena das duas, deve ser a porção que falta àquele esteio. A segunda, muito maior, tem 1,76 m de comprimento e 1,35 m de largura (a meio), tanto pode ser parte de um esteio, como até, e mais provàvelmente, uma porção da *mesa* ou *chapéu*.

Verifica-se, portanto, que esta anta foi vandàlicamente destroçada.

Anta da Herdade do Matinho

Este dólmen, fica a sul da estrada Crato-Portalegre, dela distante 500 a 700 m, na Folha do Russo da Herdade do Matinho, em terreno de elevação pouco acentuada, e com muitas azinheiras.

É uma pequena anta, de seis esteios, completos e todos de granito de grão grosso. Possui ainda o *chapéu* ou *mesa,* mas não tem o menor vestígio de corredor.

Em torno dela há muitas pedras, levadas para ali dos terrenos próximos, pelos trabalhadores aquando das lavouras.

Todos os esteios conservam a posição inicial, excepto o 1 e o 6, que estão inclinados para o interior da câmara, especialmente o primeiro.

Os esteios têm de altura (na face interna), largura (a meio) e espessura, respectivamente:

1 — 1,18 m, 0,84 m e 0,22 m; 2 — 1,24 m, 0,86 m e 0,19 m; 3 — 1,06 m, 0,98 m e 0,40 m; 4 — 1,00 m, 0,70 m e 0,36 m; 5 — 1,10 m, 0,70 m e 0,25 m; 6 — 1,20 m, 0,56 m e 0,30 m.

Fig. 2 — Anta da Herdade do Matinho: à esquerda, vista do lado sul; à direita, do lado poente.

O *chapéu* ou *mesa,* sensìvelmente de forma circular, tem 1,68 m de diâmetro e 0,40 m de espessura. Está bastante inclinada para o lado norte, com tendência a insinuar-se deste lado na câmara. Apoia-se nos três primeiros esteios da esquerda, e vai encostar-se pelo bordo à face interna dos outros esteios.

A câmara tem 1,65 m de diâmetro ântero-posterior e 1,86 m de diâmetro transverso.

A boca desta pequena anta está virada ao nascente, e tem 1,00 m de altura. A largura da boca a meio da sua altura é de 0,65 m.

AGOSTINHO ISIDORO
Assistente Ext. da Fac. de Ciências e Naturalista do Museu do Inst. de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»

Escavações no Castro de S. Vicente da Chã (Barroso)

No fascículo 1 do vol. XIX dos «Trabalhos» da nossa Sociedade, a páginas 79 e 80, demos notícia de uma verba de 5.000$00, concedida pela Empresa Hidroeléctrica do Cávado (HICA), para uma primeira campanha de escavações no Castro de S. Vicente da Chã, situado entre Travaços da Chã e S. Vicente da Chã no concelho de Montalegre.

Como a albufeira da barragem de Pisões, irá submergir em parte o cabeço onde assenta o castro, dirigimo-nos (S. J.), à HICA, manifestando o desejo de que nele se fizessem escavações antes do enchimento da mesma.

Prontamente, e numa solicitude cativante, não só se fez uma visita de prospecção, na companhia do Sr. Dr. Carlos da Silva Lopes, Chefe dos Serviços do Contencioso e Expropriações da HICA e Conservador Adjunto dos Museus Nacionais, como foi concedida à Sociedade Portuguesa de Antropologia a verba acima referida, para uma primeira campanha de escavações.

É digna de louvor a atitude da HICA, em conceder o subsídio e outros auxílios, tais como transportes, instalações e materiais.

Aqui fica expresso o testemunho do nosso agradecimento à HICA pelos auxílios prestados à Sociedade de Antropologia.

O Castro e a sua localização

O castro é designado na região por «crasto dos mouros», e também «crasto do Duque». Fica no termo da freguesia de S. Vicente da Chã, concelho de Montalegre.

Era propriedade da família do Sr. P.e José Maria Gonçalves, reverendo pároco da freguesia de Beça, concelho de Boticas, a quem devemos (S. J.), as primeiras indicações referentes aos restos arqueológicos ali existentes.

O castro assenta num cabeço (Est. I, fig. 2) que é abraçado na maior parte do seu contorno pelo rio Rabagão.

Deste modo, o rio fornecia água aos castrejos e os defendia como trincheira natural, pelos lados norte, leste e sul. Do lado

poente há uma baixa, o «lameiro do crasto», por onde se pode fazer o acesso ao cabeço. Deste lado, a meia encosta do cabeço e numa extensão de cerca de 80 m, era patente um alinhamento de muralha derruída até ao rés-da-terra.

O cabeço está todo revestido de «monte», vegetação rasteira formada por sargaços, quirôgo, gestas, fetos, urzeira, carqueja e tojo.

Estado de conservação antes do início das escavações

Em 19 de Setembro de 1962, na companhia do Sr. Dr. Carlos da Silva Lopes, visitámos o castro.

A não ser um amontoado de pedras no lado poente, vestígio patente dum alinhamento da muralha a que já nos referimos (Est. I, fig. 3), e uma cova ovóide aberta num penedo de xisto, junto ao caminho vicinal que do lado sul leva ao castro, tudo o mais estava mascarado pelo «monte», que revestia todo o cabeço.

Uma prospecção rápida mostrou-nos alguns alinhamentos de pedras à flor da terra que pareciam indicar vestígios de construções antigas, nomeadamente algumas casas circulares e rectangulares.

Escavações

A campanha de 1963 foi feita de 1 a 10 de Agosto com 5 homens e 2 mulheres.

Muralhas — Pesquisou-se com cuidado o contorno das muralhas ainda patentes em algumas pequenas extensões na ponta leste e nos lados sul e poente.

No lado poente existem, quase no sopé do monte, porções duma muralha, a que chamaremos a 1.ª muralha, formada por pedras bem justapostas e primorosamente aparelhadas no faciado da muralha. Muitas casas das aldeias de Travaços e de S. Vicente da Chã foram feitas com pedras arrancadas às muralhas do castro e especialmente a esta.

Acima desta uns 17 metros há, em alinhamento sensìvelmente norte-sul, uma porção duma outra grossa muralha.

Ainda acima uns 15 metros e no mesmo alinhamento há vestígios de uma terceira muralha. Nela fizemos escavações de modo a reconhecer com precisão o seu alinhamento.

Um dos nossos trabalhadores, o Sr. António Alves, de Turgueda da Chã, lugar pertencente à freguesia de S. Vicente da Chã, disse-nos que, há uns 30 anos esta muralha estava ainda bastante conservada. Ele próprio, quando criança, se entreteve a rebolar pedras da mesma para o «lameiro» que está a nível inferior.

Na ponta leste há também indícios de existirem ali três muralhas: a 1.ª a uns 30 m do rio, bastante destruída; a outra, uns 40 m acima desta, também bastante destruída; e a terceira 57 m acima é ainda bem visível, se bem que pouco ou quase nada saliente da terra.

Quer dizer: pela prospecção feita somos levados a crer que o castro era defendido por uma tríplice linha de muralhas.

Na parte mais alta do monte há mais uma muralha, ou talvez muro de suporte, já delimitada por nós externamente, na sua porção norte e oeste.

Na encosta noroeste afloram vários penedos, alguns dos quais devem ter sido incorporados no alinhamento das muralhas.

O lado sul do castro é formado por agreste e empinada ladeira rochosa, oferecendo excelentes condições naturais de defesa a um ataque que fosse tentado por este lado (Est. II, fig. 4).

Nas escavações que fizemos, delimitamos a 3.ª muralha da encosta noroeste, quer na face interna, (Est. II, fig. 5), quer na externa (Est. III, fig. 8), numa extensão de cerca de 115 metros de comprimento.

Apresenta largura variável, que consoante os sítios é de $3^{m},40$, 4 m, $4^{m},10$ e $5^{m},60$. Esta muralha na sua extremidade sul entesta num grande rochedo de xisto.

Nela deparámos com a base de uma rampa de acesso, implantada do lado interno, um pouco antes da porta que nela se abria, porta que foi destruída quase até ao alicerce.

Uma escavação especialmente cuidada ali prosseguirá para descobrir o alinhamento dos lados desta porta.

Em trabalhos ulteriores esperamos arrumar as pedras derruídas das muralhas que serão refeitas com os materiais dela caídos e que se encontram dispersos quer pela encosta, quer no «lameiro» subjacente.

Como dissemos atrás, o depararmos à superfície com pedras mais ou menos alinhadas, levou-nos à descoberta de sete casas e algumas paredes. Destas casas, três são circulares e quatro rectangulares.

Escavámos uma casa circular. Embora toda a terra que nela existia tenha sido crivada, não deu nenhum objecto de interesse arqueológico, nem sequer um singelo fragmento de cerâmica.

Esta casa tem 3,10 m de diâmetro interno, e parede de 0,50 m de espessura. A terra que a enchia foi escavada até ao «salão», numa profundidade de 0,75 m.

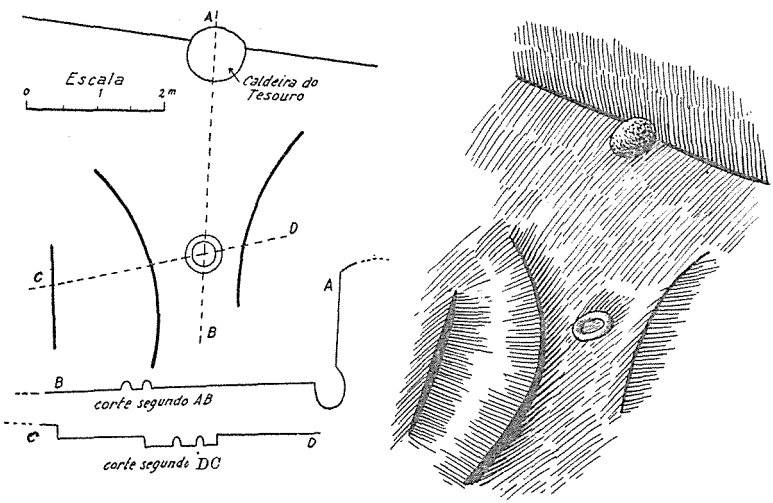


Fig. 1 — Planta do estranho monumento arqueológico, que o povo denominou *caldeira do tesouro*, e esboço da perspectiva do mesmo.

Na parte mais alta do monte, do lado norte, pusemos a descoberto um bom troço de muralha ou talvez pequeno muro de suporte, porquanto o limite do lado interno ou cimeiro, é difícil de definir. Pode bem ser que tal limite não exista em perfeito alinhamento, e, consequentemente, tratar-se-á dum murete de suporte. Só o prosseguimento da escavação esclarecerá este facto, isto é, se se trata duma muralha ou dum muro de suporte, como se afigura mais provável (Est. III, fig. 9).

Caldeira do tesouro — Na ponta sudoeste do cabeço, logo acima do caminho vicinal, que leva ao castro, existe um penedo de xisto que foi cortado a pico ou a cinzel, de modo a obter uma superfície vertical que faz ângulo recto com a superfície sensìvelmente horizontal do mesmo penedo.

No encontro destas duas superfícies, foi aberta uma cova ovóide, que tem 0,80×0,70 m de diâmetros de boca e 0,75 m de profundidade. O fundo é côncavo, em fundo de caldeira (Est. IV, figs. 10 e 11).

É voz corrente que quando os mouros dali foram expulsos, esperando voltar um dia, esconderam naquela cova as suas riquezas. Diz ainda a tradição que, quando aquela cova foi descoberta, «encontraram-na atulhada de grandes riquezas em ouro». E o nosso informador acrescentou: «saíram daqui sete mulas carregadas de ouro».

Daí o chamarem a esta cova a *caldeira do tesouro* (Fig. 1).

A superfície horizontal foi rebaixada numa grande extensão, deixando ficar um anel em relevo com 0,25 m de diâmetro interno.

O anel é grosso, com 0,10 m de largura e, embora mutilado, apresentava como maior altura uns 5 a 6 cm.

Dum lado e doutro deste anel há dois ressaltos arqueados, com os seguintes comprimentos: o da direita com 2,50 m e o da esquerda com 2,90 m. À esquerda deste e dele separado 1,50 m, existe um pequeno ressalto com 0,90 m de comprimento. As alturas destes ressaltos variam de 8 a 15 cm.

A primeira impressão que se colhe ao observar este monumento estranho, é a de que poderia tratar-se dum lagar, chamemos-lhe assim, local onde se pisariam e espremeriam, por exemplo, as uvas.

Mas naquelas alturas da Serra do Barroso, as condições climáticas não permitem a cultura da vinha.

Além disso, o estranho monumento é muito diferente dos monumentos conhecidos por «lagares» ou «lagaretas dos mouros», que existem em alguns castros.

Há pois que procurar para aquele estranho monumento, outra explicação.

Uma explicação fácil de dar, é a de que aquele lugar seria possìvelmente usado pelos castrejos, para prestar culto a qualquer divindade.

Explicação fácil, mas vaga; tão vaga, que se presta às mais variadas interpretações.

Temos que confessar, e isso parece-nos preferível, que não sabemos interpretar tão estranho monumento.

Cerâmica — Bastante escassa e fragmentária. A maior parte foi encontrada do lado de fora da casa n.º 6, a uns 50 cm de profundidade e junto da parede.

Outra pequena porção apareceu na delimitação da face interna da muralha n.º 3, a vários níveis e em vários sítios.

Há cerâmica de pasta preta, castanha e vermelha, e fragmentos em que uma das faces é preta e outra é castanha.

Quatro porções de cerâmica apresentam cordão saliente ao longo do bojo.

Um outro com a espessura de apenas 4 mm, tem junto ao bordo superior na sua face interna dois sulcos paralelos ao bordo, separados por uma crista. Este mesmo fragmento apresenta na face externa sulcos longitudinais pouco profundos.

Há ainda um fragmento de cerâmica brunida com dois sulcos riscados paralelamente ao bordo e por baixo destes um riscado oblíquo.

Algumas dezenas de fragmentos são inteiramente lisos.

Uns fragmentos são de pasta mais fina e outros de pasta mais grosseira, granosa e micácea.

As espessuras vão de 3mm,5 a 13 mm. Esta última medida foi observada numa porção do bordo dum grande vaso.

Onze fragmentos têm comprimentos que vão de 9 a 17 cm. A maioria, algumas dezenas, têm comprimentos menores.

Com sete fragmentos conseguimos refazer a quarta parte da boca dum grande vaso, numa extensão de 21 cm e altura de 10 cm. A boca devia ter um diâmetro de 24 cm. O bordo deste grande vaso é muito revirado e ao longo do bojo, abaixo do colo 5 cm, tem um cordão saliente. Seria provàvelmente uma espécie de grande cântaro ou pequena talha.

Escórias — Apareceram quatro porções de escórias na terra crivada da *caldeira do tesouro*. Duas são muito pequenas. As outras duas, um pouco maiores, cada uma com cerca de 50 g.

Sementes encarbonizadas — Junto das casas n.os 1 e 2 e a cerca de 1 m de distância há um muro de suporte que a escavação foi pondo a descoberto. Do lado de fora deste muro e a cerca de 65 cm de profundidade, apareceram numerosas bolotas encarbonizadas, sendo 32 inteiras, 409 cotilédones e mais de duas centenas de fragmentos. Estavam amontoadas num espaço de cerca de 25 a 30 cm de diâmetro, e com elas misturado algum carvão.

Enviámos alguns exemplares ao Sr. Dr. A. R. Pinto da Silva, distinto investigador da Estação Agronómica Nacional, que teve a gentileza de as estudar e sobre elas forneceu o seguinte parecer: «Todos os exemplares pertencem a uma espécie de *Quercus*, qual delas é impossível saber. Porém não é necessário que seja a *Q. ilex*, pois outras das nossas espécies têm, se não bolotas doces, pelo menos umas formas mais amargas que outras, segundo pude comprovar com as de *Q. robur*».

Ferro — Junto com as sementes encarbonizadas apareceu um pequeno fragmento dum prego de ferro, bastante oxidado, de secção rectangular, com 47 mm de comprimento e dobrado em gancho a 13 mm da ponta mais fina. Foi o único achado metálico.

Lendas e Tradições

Diz-se que no «lameiro do castro», existente na base do cabeço, houve outrora uma fonte que brotava dum penedo. Junto dela teria sido desenterrada uma panela de barro, cujo conteúdo era apenas pó. O achador insensatamente despejou este pó. Se o tivesse levado para casa, ter-se-ia transformado em ouro.

Nesta e noutras crendices do mesmo género, tem preponderância a transformação de materiais correntes, em ouro luzidio do mais fino quilate.

Há quem se recorde ter visto uma argola de bronze, cravada num penedo usada para prender os cavalos.

É voz corrente que no castro há enterrada muita riqueza.

Dizem os velhos que no alto do castro costumava aparecer uma velha a pentear o cabelo, que luzia como ouro.

Já referimos atrás, a crença de terem carregado sete mulas com o ouro encontrado na *caldeira do tesouro*.

Muito curiosa é a tradição, largamente difundida pelas redondezas, que refere o facto de certa moçoila ter sido namorada por um mouro, e dele ter tido um filho.

Eis como nos foi referida a tradição.

Próximo do monte do castro há uns «lameiros», que eram propriedade de determinada família, cujo nome especificam. Uma filha do proprietário dos mesmos, vinha para ali todos os dias apascentar o gado. Ela tomou-se de amores com um mouro, e dele teve um mourinho.

A gravidez e o parto subsequente, teriam passado despercebidos. Um dia, estava ela a amassar o pão, o leite começou a pingar-lhe dos seios. Os pais, intrigados, inquiriram a filha. Esta confessou-lhes que tinha tido um filho dum mouro e que o filho estava no castro com o pai.

Um irmão da rapariga, sempre munido dum sacho, trouxe-a espreitada. Num dia em que ela distraìdamente catava o mouro no lameiro, vibrou uma violenta pancada na cabeça do mouro. Este antes de morrer, teria dito: «estragaste a fortuna da tua irmã».

Uma modalidade desta tradição difere apenas no desfecho trágico daqueles amores.

Esta modalidade foi-nos contada nestes termos: «Ela teve o menino, e o mouro querendo vê-lo, pediu-lhe que lho trouxesse. Ela trouxe-lho, e quando estava a catar o menino, o mouro matou-o».

Ainda como complemento desta mesma lenda, diz-se que um dia o mouro teria presenteado a rapariga com um cinto. Na altura em que lho entregou disse-lhe: «vai-te embora, mas não olhes para trás até ao cimo daquele monte». Como a rapariga não se contivesse e olhasse para trás, o cinto desapareceu-lhe das mãos imediatamente. É crença que tal cinto se teria tornado em ouro maciço se ela não tivesse olhado para trás.

Corre entre as pessoas daquelas redondezas, que noutros tempos foram achadas no castro «muitas libras em ouro».

Como remate damos a seguinte quadra que ali nos foi dita e que habitualmente cantam:

Adeus penedos do Crasto,
Fontelas de marmôrais,
Penedos de São Domingos.
Adeus para nunca mais.

Esta quadra lembra uma outra que se canta na aldeia da Horta da Vilariça e certamente noutras povoações do mesmo vale, e que é assim:

Adeus vale da Vilariça
Adeus ó fraga amarela.
Tanto ouro tanta prata
Que me fica dentro dela.

A «fraga amarela» é uma grande pedra de granito da encosta fragosa do lado leste do vale da Vilariça, junto da Quinta da Silveira, e fica perto do Castro do Baldoeiro, ou Civitas Baniense.

Conclusões

O castro de S. Vicente da Chã é relativamente pequeno, pois, o diâmetro maior do reduto castrejo, área abrangida pela terceira muralha, pouco excede os 125 m.

Para a construção de casas nas aldeias próximas, dali foram levadas muitas dezenas, senão mesmo centenas de carros de pedras.

Daí a destruição até ao rés-da-terra de muralhas, muros de suporte e paredes das casas.

O monumento atrás referido com o nome de *caldeira do tesouro,* afigura-se-nos digno de especial registo.

Não conhecemos nada que se lhe possa comparar.

As escavações feitas demarcaram alguns troços de muralhas e puseram a descoberto 7 casas, 3 circulares e 4 rectangulares.

O espólio resultante das escavações foi relativamente pequeno. No entanto tem interesse o conjunto de sementes encarbonizadas a que atrás nos referimos e que confirma aquilo que os historiadores romanos nos dizem quanto ao facto dos castrejos comerem pão de bolota.

Convém prosseguir a exploração no castro, não só para se proceder à escavação das casas já isoladas, como também para pôr a descoberto outras que, cremos, devem existir soterradas. E assim, com um maior número de elementos arqueológicos, podermos avaliar melhor da maneira de viver dos castrejos e da importância daquele castro, que poderá fornecer elementos arqueológicos de grande interesse.

Instituto de Antropologia, 18 de Novembro de 1963.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Prof. de Antrop. da F. C. da Univ. do Porto

e

AGOSTINHO F. ISIDORO
Assist. Ext. da F. C. e Naturalista do Museu do Inst. de Antrop. «Dr. Mendes Corrêa»

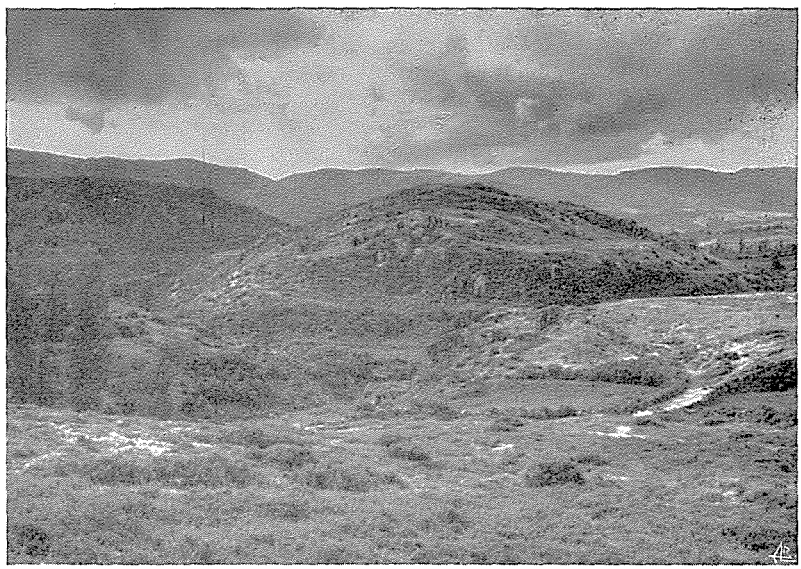


Fig. 2 — Aspecto do «monte do crasto dos mouros» visto do lado norte.

Fig. 3 — Aspecto do alinhamento da 3.ª muralha, derruída até ao rés-da-terra, antes do início das escavações.

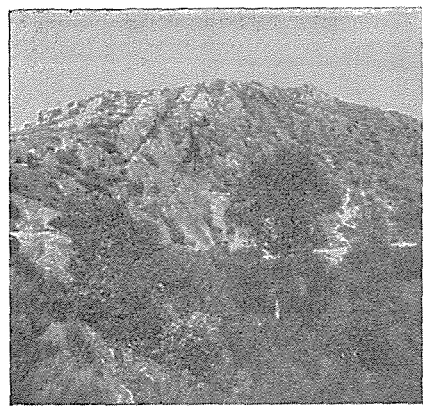


Fig. 4 — Fragada na vertente sul do castro, com naturais condições de defesa.

Fig. 5 — Alinhamento da face interna da 3.ª muralha, no início da escavação.

Fig. 6 — Uma casa circular escavada no seu contorno exterior.

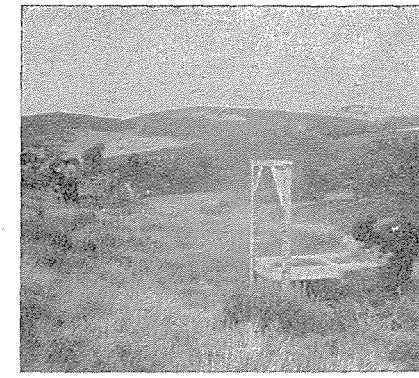


Fig. 7 — Ciranda que serviu para crivar a terra da casa circular escavada.

Fig. 8 — Alinhamento da face externa da 3.ª muralha, no início da escavação.

Fig. 9 — Escavação ao longo do alinhamento que pode ser uma 4.ª muralha, ou mais provàvelmente murete de suporte.

Fig. 10 — Monumento da *caldeira do tesouro.*

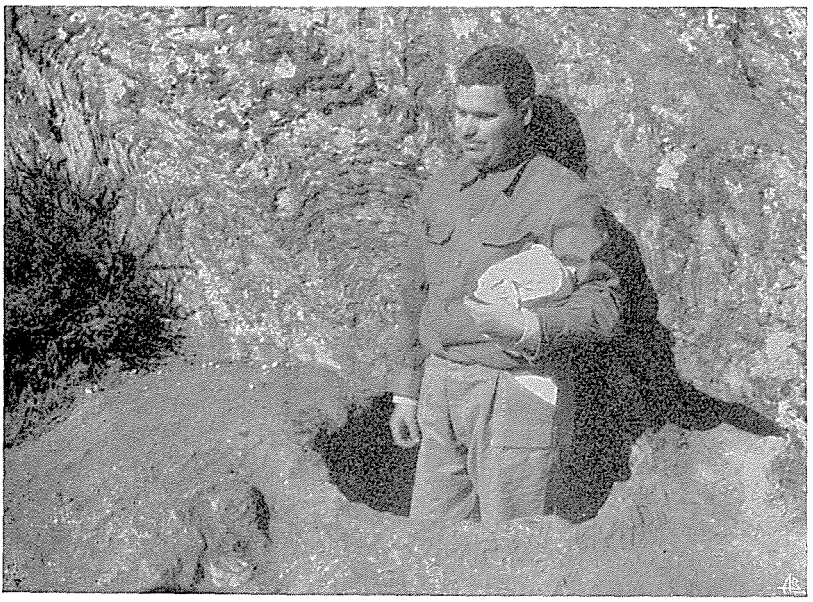


Fig. 11 — A *caldeira do tesouro.*

Escavações no Castro de Carvalhelhos
(Campanha de 1963)

O castro de Carvalhelhos é um castro relativamente pequeno mas cheio de interesse. Fica em termo da aldeia de Carvalhelhos, freguesia de Beça, concelho de Boticas e distante uns 400 ou 500 m das Caldas Santas de Carvalhelhos, cujas águas, justamente afamadas, são bem conhecidas pelas suas notáveis qualidades terapêuticas.

Deste castro me ocupei em trabalho publicado em 1958 (1) no qual dei conta das várias campanhas de escavações ali realizadas com subsídios da Empresa das Águas de Carvalhelhos, do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais (Ministério das Obras Públicas).

No verão de 1963 deparei na vertente leste com o alinhamento do alicerce dum muro que corria ao longo da encosta a uma distância de cerca de 40 metros da muralha do reduto cimeiro. Resolvi fazer uma escavação para seguir o alinhamento referido e repor as pedras ali caídas e tombadas. Desse modo se salientaria aquele muro, mais ou menos fora da terra consoante a quantidade de pedras que fossem aparecendo (Fig. 1).

A escavação da terra dum lado e do outro daquele alicerce permitiu desenterrar bastantes pedras, que certamente dele tinham feito parte, e descobrir o perfeito alinhamento do muro.

Embora um serviço desta natureza não seja rodeado dos cuidados com que se escava, por exemplo, o interior duma casa, não deixa de ser feito meticulosamente.

E foi-o de tal modo que, na simples escavação da terra, que será crivada em próxima campanha, foram encontradas as três peças de que me vou ocupar e constituem o mais interessante material até agora ali recolhido, embora nas campanhas anteriores tenham sido crivados ou passados à ciranda bastantes metros cúbicos de terra do recinto muralhado e do miolo de algumas casas.

As peças, uma moeda de prata romana, uma fivela circular de bronze e uma fíbula de arco, também de bronze, apareceram

---

(1) Santos Júnior, *O castro de Carvalhelhos*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» da Soc. Portug. de Antrop. e de Etnologia e do Centro de Est. de Etnol. Peninsular, Vol. XVI, págs. 25 a 62, 29 figs.

no último e penúltimo dias da campanha de escavações, pelo que a crivagem da terra teve que ficar para uma próxima campanha, que espero poder realizar no próximo mês de Agosto.

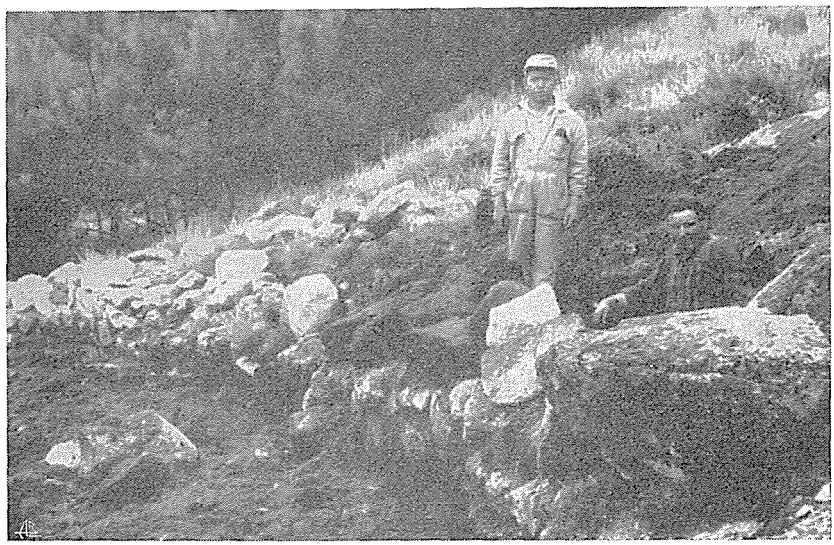


Fig. 1 — Muro da vertente leste do Castro de Carvalhelhos reduzido quase ao alicerce. O homem que se vê por trás do penedo onde o muro entesta indica o local preciso do achado da moeda e fíbula

Apareceram também alguns fragmentos de cerâmica, pedaços de escórias e duas pedras de granito espalmadas e bem trabalhadas a pico, que provàvelmente serviram de soleiras. Estas duas pedras deixei-as ficar enterradas, e tal como foram encontradas, para serem desenterradas na próxima campanha.

Moeda romana

Denário de prata de Augusto em parte cerceado.

Anverso: cabeça laureada olhando à direita com a legenda em parte destruída CAES (ar Augustus) DIVI F(ilius), PATER PATRIAE.

Reverso: Caio e Lúcio de pé com escudo e lança. Entre eles o «simpulum» e o «lituus», ou vara dos áugures. Legenda também parcialmente destruída: C(aius) [et] L(ucius) CAESARES AUGUSTI F(ilii) CO(n)S(ules) DESIG(nati) PRINC(ipes) IUVEN(tutis).

Entre parêntesis vão indicadas as letras em falha pelo cerceado da moeda ou omissas.

Tradução das legendas: César Augusto, filho de Divo (César) Pai da Pátria; Caio e Lúcio, Césares, filhos de Augusto, cônsules designados príncipes da juventude.

Estes Caio e Lúcio referem-se a Caio César e Lúcio César, filhos de Agripa e de Júlia, e netos de Augusto (1).

A cunhagem deste denário de Augusto situa-se entre o ano 2 antes de Cristo e o ano 9.º ou 10.º depois de Cristo.

Segundo informação do meu distinto colega e amigo Prof. Garcia y Bellido, catedrático da Universidade Central de Madrid e do Instituto Español de Arqueologia, as primeiras cunhagens conhecidas desta moeda foram feitas em Lugdunum no ano 2 antes de Cristo em áureos e denários de prata.

Fivela circular (ou em ómega)

Como a fig. 2 mostra, trata-se duma fivela grande, completa e muito bem conservada.

A argola, ou aro, é lisa e quase circular. Mais grossa na parte média, onde tem 4 mm de espessura, vai adelgaçando para as pontas, onde, antes das dobras que vão formar os remates terminais revirados, tem apenas 2 mm. Entre as dobras há uma abertura de 1 mm ou um tudo-nada mais.

Os remates apresentam uma ondulação que faz encostar à face externa do aro os discos proximais da cabeça, que dois sulcos a toda a roda dividem como que em três discos sobrepostos.

O fusilhão, de comprimento um pouco maior que o diâmetro da argola, está preso a esta por um anel suficientemente grande que lhe permite deslizar fàcilmente num ou noutro sentido.

Fivelas deste mesmo tipo têm sido encontradas em várias estações arqueológicas, especialmente em castros e citânias. Conhecem-se exemplares idênticos achados em Briteiros, Sabroso, Conímbriga, Terroso, Numão, Longroiva, etc.

---

(1) Embaraçado com falta de bibliografia para estudo da moeda, o Sr. P.e Dr. Pinho Brandão, nosso consócio na Sociedade de Antropologia, gentilmente se encarregou de a estudar.

Aqui lhe testemunho o meu agradecimento.

O achado de Longroiva feito ao lavrar um campo junto «do local onde se diz ter sido outrora um crasto romano», foi estudado pelo Dr. Adriano Vasco Rodrigues numa nota que intitulou *Fíbulas romanas de Longroiva* e vem publicada no vol. XV dos *Trabalhos* da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1954, págs. 287 e 288. A fotogravura que ilustra este trabalho não tem indicação de dimensões. Se está feita em tamanho natural, a fivela de Longroiva é bastante mais pequena do que a do castro de Carvalhelhos que agora estudamos. Vasco

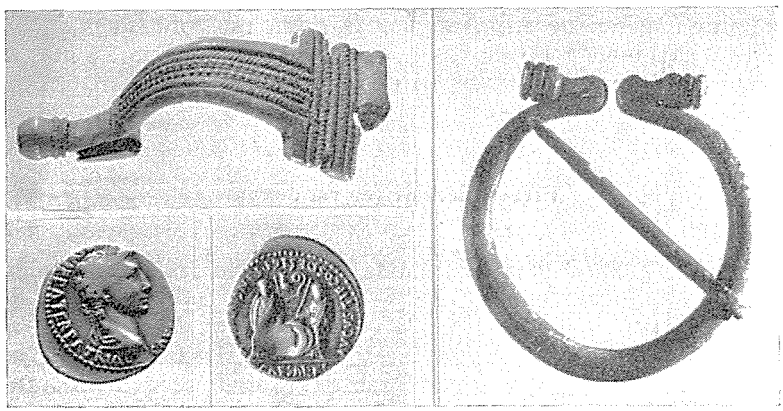


Fig. 2 — Fíbula, moeda e fivela do castro de Carvalhelhos. Tamanho natural

Rodrigues refere que a fivela que estudou apresenta «as extremidades levemente decoradas», querendo certamente referir-se aos sulcos circulares paralelos dos remates.

José Fortes, no seu artigo *Fíbulas e fivelas,* in «Archeologo Português», IX Ano, Lisboa, 1904, págs. 1 a 11, 12 figs., refere o aparecimento de fivelas em várias estações arqueológicas das quais extraio os castros trasmontanos seguintes: castro do Prejal, no termo da freguesia de Castelo Branco, concelho de Mogadouro; castro do Rio Torto, concelho de Valpaços; castros da Cocolha, Nogueira, Vimioso; castro de S. Jusenda, Vale Prados, Mirandela. Cita ainda fivelas encontradas nas grutas de Santo Adrião, freguesia S. Pedro da Silva, concelho de Vimioso.

Rui de Serpa Pinto, que foi querido amigo e um lealíssimo companheiro no Instituto de Antropologia, no seu trabalho *A Cividade de Terroso,* apresentado ao Congresso Internacional de Bar-

celona em 1929, e publicado na Revista de Guimarães, vol. XLII, reproduz na fig. 8 quatro fivelas de Terroso. Essas fivelas estão expostas no Museu Antropológico da Universidade do Porto. Neste museu, que tenho a honra de dirigir, há mais fivelas, a saber: de Telões (V.ª Pouca de Aguiar), de Bagunte (V.ª do Conde), de Fiães (V.ª da Feira) e de Valdemiro (Sardoura, Castelo de Paiva).

As fivelas têm sido repartidas em dois tipos.

O tipo primitivo é caracterizado pelo aro circular de espessura constante e o fusilhão com a base espalmada, que, dobrada sobre si mesma, enrola e abraça o aro.

O segundo tipo, muito vulgar nas estações luso-romanas, tem, como no exemplar que estudamos, o aro também circular mas de espessura variável, mais grosso no meio, adelgaça para as extremidades, que são reviradas e terminam por dilatações, maiores ou menores, ornamentadas de sulcos paralelos. O fusilhão tem na base um orifício perfeitamente circular por onde corre ao longo do aro.

A fivela do castro de Carvalhelhos é deste segundo tipo, considerado como do período da plena romanização e que subsiste até, pelo menos, ao séc. IV depois de Cristo.

Fíbula

Como a fig. 2 bem mostra, esta fíbula de bronze está incompleta. Falta-lhe o fusilhão. É constituída pelo arco de base alargada, ainda com metade da charneira, que era bipartida para rodar o fusilhão (Fig. 3). O arco, lameliforme é mais largo na cabeça, estreita para a ponta; é facetado no colo, junto do pé, na parte dorsal em correspondência com a goteira. O extradorso tem nervuras separadas por sulcos longitudinais e decoração formada por pontos em relevo e nervuras encordoadas (Figs. 2 e 3).

O intradorso é liso e mostra pequena estaladela que parece ter aumentado um pouco o diâmetro do arco.

A extremidade oposta à charneira, a que pode chamar-se pé, é curta e remata por botão terminal que é oco, como deixa ver uma estaladela longitudinal nele existente. No pé existe uma lâmina recurvada em goteira que retinha a ponta do alfinete ou fusilhão e, ao mesmo tempo, precavia de picadas acidentais.

No extradorso do arco há ornamentações como se vê na fotografia e nos desenhos, os quais fiz um pouco ampliados para realçar os motivos ornamentais. Estes, como já disse, são constituídos por fiadas de granulações e salientes encordoados (Fig. 3).

É uma linda fíbula do tipo que José Fortes (1) designou «de charneira curta e pé com botão terminal» e de que nas figs. 31 a 38 reproduz exemplares de Briteiros, da Pedrulha e do

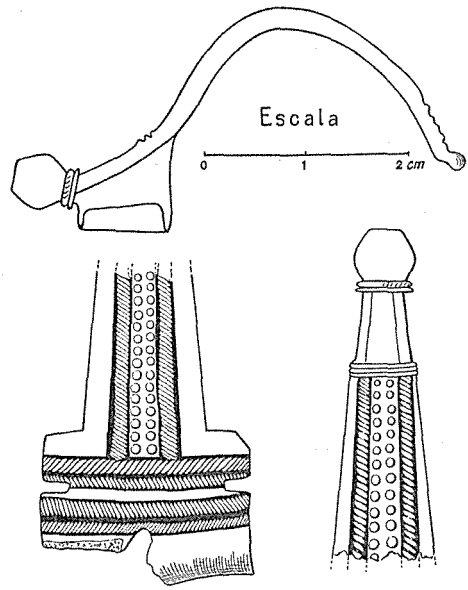


Fig. 3 — Fíbula de bronze do castro de Carvalhelhos

Algarve. Nesta província Santos Rocha colheu 3 exemplares na necrópole da Fonte Velha, próximo de Bensafrim.

Conclusões

Estas três peças apareceram na altura em que pensava dar como rematados os trabalhos das escavações no castro de Carvalhelhos. O seu aparecimento permite fazer breves considerações de ordem cronológica.

Assim a moeda dá cronologia posterior ao ano 2.º da nossa era.

---

(1) José Fortes, *As fíbulas do noroeste da Península*, in «Portugália», T. II, Porto, 1905-1908, págs. 15 a 33, 38 figs.

A fíbula de charneira curta, segundo José Fortes, era já largamente usada ao norte da Itália no início da época imperial.

O lusitano submetido adoptou o modelo em paralelo com os antigos tipos. Isto, diz José Fortes trabalho cit. pág. 32, harmoniza-se com o resultado das escavações de Santos Rocha no cemitério luso-romano da Fonte Velha, dos sécs. I ou II, e na estação lusitano-romana da Pedrulha, dos sécs. III ou IV, nas quais colheu algumas fíbulas de charneira curta e pé com botão terminal.

Quanto à fivela circular sabe-se que já era usada na Lusitânia antes das invasões romanas e que perdurou, mantendo as suas linhas gerais, até pelo menos ao séc. IV.

Há pois relativa concordância na ampla atribuição cronológica que cada uma das três peças referidas permite inferir. Estes três achados podem dizer-nos apenas que correspondem ao período da romanização dos castros do noroeste peninsular, que foi particularmente intensa nos dois ou três primeiros séculos da nossa era.

J. R. SANTOS JÚNIOR.

Um botilho trasmontano

No Felgar, importante freguesia do concelho de Moncorvo, no leste trasmontano, entre Sabor e Douro, fotografei o *botilho* que vai reproduzido nas figs. 1 e 2.

Segundo informação dada pelo meu amigo Sr. Óscar Salgado, proprietário no Felgar, este mesmo nome de *botilho* é dado também a um invólucro saquiforme feito de arame ou de vime que, preso aos chifres por dois cordéis, serve para tapar o focinho das crias quando se pretende evitar que elas mamem. É aquilo que em muitas regiões é conhecido pelo nome de *cofinho,* e vem reproduzido em primorosos desenhos de F. Galhano no trabalho de Jorge Dias a que abaixo nos referimos. Este cofinho, a que no Felgar chamam *botilho,* só é posto às crias pequenas durante a noite quando querem aproveitar para vender o leite das mães.

Quando porém um vitelo já crescido tem de acompanhar a mãe para a pastagem nos lameiros ou no monte, usa-se o *botilho,* reproduzido nas figs. 1 e 2; assim se consegue que, mesmo em liberdade e junto das mães, as crias sejam apartadas do leite. O *botilho* aplica-se de tal modo amarrado que o vitelo quando tenta mamar pica o úbere da mãe. Esta dói-se e escouceia o filho.

Como bem mostram as figs. 1 e 2 o *botilho* é constituído pela *tábua* com pregos cravados na extremidade inferior e ajusta-se à testa e focinho do bezerro presa com dois atilhos.

O cimeiro, que no exemplar fotografado era de couro e se amarra por trás dos cornitos, tem a designação de *correia.*

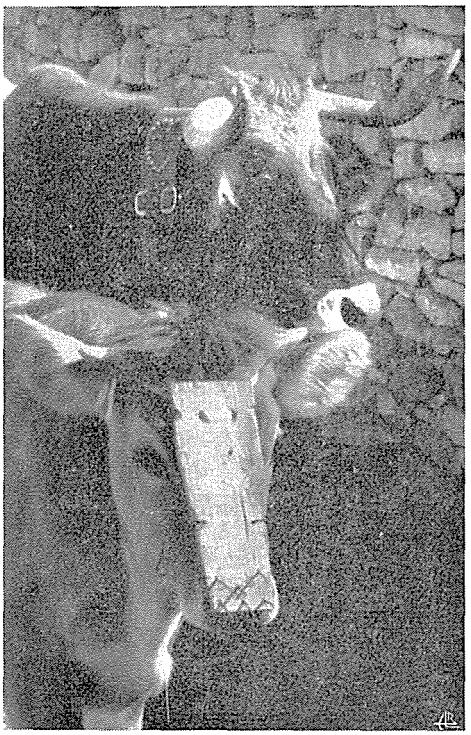


Fig. 1 — Vaca com seu vitelo, este com o *botilho* ou *focinheira,* visto de frente

O outro, que passa por trás do queixo e no exemplar, que vimos era de arame, pode ser também de couro ou qualquer cordel resistente e tem o nome de *focinheira.* Este segundo atilho tem de ficar suficientemente froixo de modo a permitir os movimentos da mandíbula, mas num grau de ajustamento que o não deixe cair.

Parece que no Felgar, ao *botilho* algumas vezes chamam também *focinheira.* Neste caso dão ao todo, como designação geral, o nome de uma das suas partes.

No vol. XVI dos *Trabalhos* da nossa Sociedade de Antropologia, págs. 171 a 175, Jorge Dias publicou um pequeno trabalho intitulado *Contribuição para o estudo do barbilho.* Este trabalho parece ter sido sugerido pelos estudos do etnógrafo brasileiro Frederico Lane, *Notas sobre o uso do «barbilho» ou «tranca» nos estados centrais do Brasil,* in «Arquivos do Museu Paranaense», 3, págs. 233-237, 2 figs., Curitiba, Paraná, 1943, e *Notas sobre o uso do barbilho,* in «Revista do Museu Paulista», nova série, Vol. II, São Paulo, 1948, págs. 287-293, 3 est., (apud Jorge Dias, cit.).

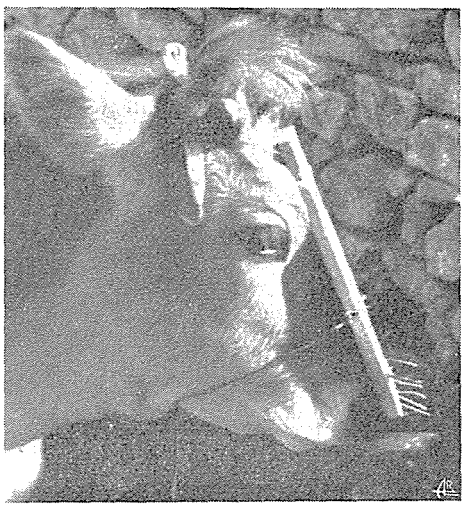


Fig. 2 — *Botilho* ou *focinheira,* visto de perfil

Nesse trabalho Jorge Dias ocupa-se dos processos de que os ganadeiros se servem para evitar que os animais jovens, vitelos e cabritos, mamem.

Tais processos reparte-os por seis tipos subordinados à designação genérica de *barbilhos.*

Não se afigura justificada a repartição em 6 tipos, porquanto os 5.º e 6.º tipos são simples variantes do tipo cofinho, se é que variantes se podem chamar às focinheiras ou açaimos fabricados com materiais diferentes.

A fotografia que publicou na pág. 172 do trabalho não tem legenda nem a ela se refere concretamente no texto.

No fundo da pág. 173 o A. diz: «Tudo leva a crer que o uso do barbilho do primeiro tipo — *a tabuleta* — seja muito antigo.

Provàvelmente teve a sua origem na Ásia entre os pastores nómadas, tendo daí passado para a Hungria e para as outras regiões ganadeiras da Europa Ocidental».

Porém na nota 13, pág. 175, lê-se: «Mesmo que a designação *tabuleta* exista em Itália, o facto de a palavra ser portuguesa, indica certamente uma origem portuguesa do barbilho».

Em face desta duplicidade de origem que lhe é atribuída, pode perguntar-se: Afinal a tabuleta é de origem asiática ou portuguesa?

Na nota 8, pág. 175, o A. diz que em Terra de Miranda (Trás-os-Montes) se chama botilho a um pequeno cilindro de madeira que se introduz na boca dos cabritos e fica preso ao pescoço por duas corditas amarradas a dois entalhes das extremidades do cilindro. Na mesma nota lê-se: «Diz-se embotilhá-los chibos. (Informação de Herculano de Carvalho)».

Por informe do meu amigo Sr. P.e António Mourinho, meu colaborador no estudo da etnografia do leste trasmontano à tábua com pregos chamam *picadeira;* ao atilho cimeiro chamam *ourilho* e ao que amarra a tábua por trás da queixada *baraço* ou *correia.*

O cilindro de madeira que aplicam periòdicamente aos cabritos é *botilho.* Em Terra de Miranda os cordeiros não são embotilhados porque ali não ordenham as ovelhas. Só se ordenham do concelho de Mogadouro para o sul.

Em Miranda do Douro também usam a *trabincha* tábua que se aplica nas ventas dos vitelos para os desmamar.

Informa ainda o Sr. P.e Mourinho que na Terra de Miranda também se desmamam vitelos pondo nas tetas das vacas peles de ouriço-cacheiro.

Embora, como vimos, ao *botilho* reproduzido nas figs. 1 e 2, no Felgar algumas vezes chamem também *focinheira,* o certo é que quando tirei a fotografia me disseram que a sua designação era *botilho.*

Parece portanto poder concluir-se que no leste trasmontano a designação de *botilho* é genérica.

Assim leva a pensar o facto de em Terra de Miranda se chamar *botilho* ao cilindro de madeira que serve para embotilhar os cabritos, e o mesmo nome se aplicar no Felgar quer à tábua com pregos cravados com a qual se embotilham os vitelos que já vão comendo, quer a um cofinho feito ora de arame ora de vime que serve para embotilhar os vitelos mais pequenos, que ainda não comem, os chamados vitelos mamões.

SANTOS JÚNIOR.

Lutuosa

Professor Hernâni Monteiro (1891-1963)

Em 16 de Novembro do ano findo faleceu no Porto, sua cidade natal e em cuja Faculdade de Medicina ensinou durante 46 anos, o Professor Hernâni Monteiro. Contava 72 anos.

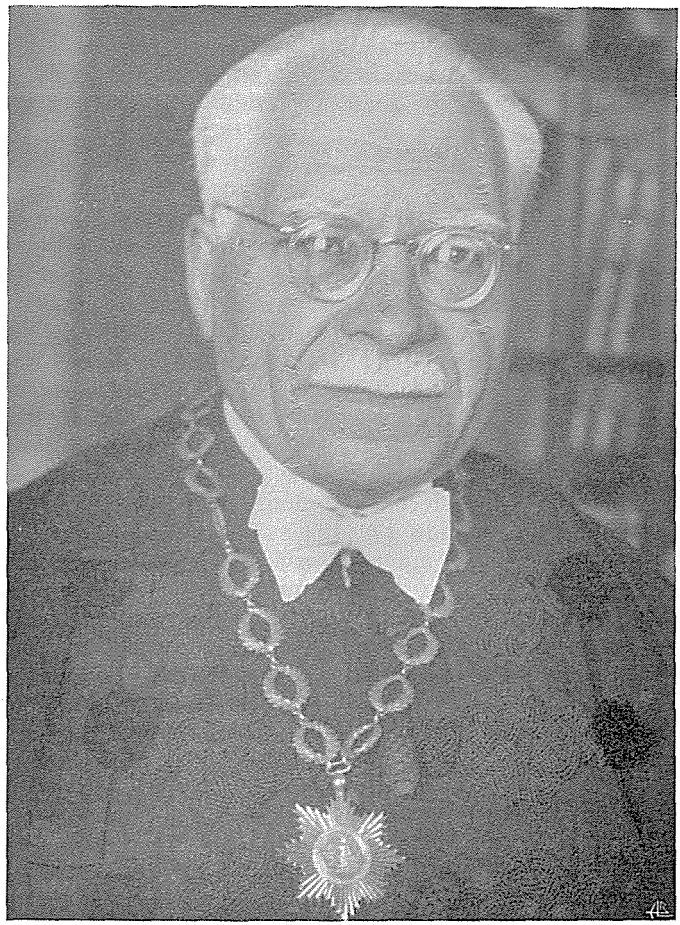
Logo após a conclusão do curso médico, em 1915, durante o qual deu as mais altas provas de inteligência e amor ao estudo, passou a desempenhar funções de Assistente de Anatomia. Tendo feito o respectivo concurso, exerceu, entre 1924 e a sua jubilação, em 1961, as funções de professor catedrático de Anatomia Topográfica, cadeira que vinha regendo desde 1918. E a partir de 1947, ano em que o Prof. J. A. Pires de Lima atingiu o limite de idade, passou a Director do Instituto de Anatomia da Faculdade Portuense. Além da Anatomia Topográfica, teve a seu cargo durante anos a Medicina Operatória e a Anatomia Descritiva (esta em época posterior). Foi Secretário da Faculdade entre 1924 e 1930. Presidiu à Direcção da «Associação Médica Lusitana». Só e de colaboração publicou 130 trabalhos científicos, sobretudo de Anatomia, Antropologia e Cirurgia Experimental, e cerca de 100 de outra índole (1). Na verdade, quando dispunha de tempo, dedicava-se também às letras, escrevia e versejava primorosamente, apreciava o bom teatro, a música e todas as manifestações de arte e de cultura. Dedicou-se igualmente, com o maior êxito, a trabalhos de história médica e de deontologia profissional. Era sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e pertencia, ainda, ao Instituto de Coimbra, à «Société d'Anthropologie», à «American Anthropological Association», ao Colégio Anatómico Brasileiro, à Sociedade Anatómica Portuguesa (de que foi Presidente), à Sociedade Anatómica Luso-Hispano-Americana (a que presidia à data do seu falecimento), à Academia Internacional de História das Ciências, à «Société Internationale de Chirurgie», à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (onde sucedeu

(1) A sua bibliografia completa está em publicação no número dos *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, de Lisboa, que brevemente será distribuído.

ao Prof. Mendes Correia na respectiva presidência), à Sociedade Portuguesa de Biologia, à Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, à Sociedade Portuguesa de Cardiologia, à Sociedade Portuguesa de Radiologia Médica. Desde a fundação das «Acta Anatomica», em 1945, fez parte o professor Hernâni Monteiro do seu corpo de editores. Foi vereador da Câmara Municipal do Porto (de 1951 a 1954), tendo nessa altura participado da comissão encarregada da homenagem a Garrett no 1.º Centenário da sua morte. Era grande oficial das Ordens da Instrução Pública e de Santiago da Espada, cavaleiro da Legião de Honra, professor honorário da Faculdade de Medicina de Santiago de Compostela, Doutor «Honoris Causa» da Faculdade de Medicina de Salamanca. Mas os factos mais notáveis a assinalar no «Curriculum Vitæ» do Prof. Hernâni Monteiro são, sem dúvida, a criação dum centro de investigações nos domínios da Cirurgia Experimental e o papel que representou na construção e apetrechamento dos novos Hospitais Escolares de Lisboa e Porto.

Com efeito, em 1928, fundou, anexo à sua cadeira, um laboratório de Cirurgia Experimental. Um conjunto de circunstâncias felizes como a ampliação do edifício da Faculdade e a criação da Junta de Educação Nacional, possibilitaram a montagem das instalações e a colaboração dos então seus assistentes Álvaro Rodrigues e Sousa Pereira, bem como a do radiologista Roberto de Carvalho e a do médico-artista Alberto de Sousa, permitiram a elaboração a curto prazo de trabalhos muito importantes, de grande originalidade e alto mérito científico. Na verdade, não se tratava de operar animais para mero adestramento profissional; procurou desde início que se realizasse obra de investigação e enviou para isso os seus colaboradores a centros adequados; assim é que Álvaro Rodrigues e Sousa Pereira estagiaram com o Prof. Rouvière, em Paris, para dominarem as técnicas de injecção do sistema linfático, e ainda com os Profs. Forster, Bellocq, Bouin e René Leriche em Estrasburgo. Inserindo-se na escola angiográfica portuguesa de Egas Moniz e Reinaldo dos Santos, foi ensaiada no Porto com o maior sucesso a linfangiografia, sendo os trabalhos do Prof. Hernâni e dos seus colaboradores dos primeiros realizados no Mundo neste domínio. Não tardou assim o Laboratório de Cirurgia Experimental do Porto a ser conhecido no País e no estrangeiro. Muitos dos trabalhos aí produzidos, versando especialmente temas de anátomo-fisiologia dos sistemas vasculares sanguíneo e linfático e sua inervação, apareceram em revistas consagradas de Portugal, Brasil, Espanha, França, Bélgica e Alemanha e foram citadas as suas conclusões e devidamente valorizadas por cientistas de renome

entre os quais cumpre mencionar o Prof. René Leriche que a eles alude em muitos dos seus consagrados livros. O Laboratório de



Prof. HERNÂNI MONTEIRO

Cirurgia Experimental foi, desde a sua origem, procurado por professores, assistentes e médicos para a realização ou complemento das suas pesquisas e muitos actuais membros do corpo docente da Faculdade aí realizaram, além de outros trabalhos,

as suas dissertações de doutoramento ou investigações que nela se integraram. Lembra-me citar, como colaboradores do Prof. Hernâni em pesquisas de Cirurgia Experimental além dos de Álvaro Rodrigues, Sousa Pereira e Roberto de Carvalho, já mencionados, os nomes de Luís de Pina, Lino Rodrigues, Mello Adrião, Silva Pinto, Joaquim Bastos, Albano Ramos, Bártolo do Vale Pereira, Abel Tavares, José Garrett, Castro Correia, Carlos Lima, etc. Investigadores doutras Faculdades, nacionais (como Xavier Morato e Armando Ferreira), ou estrangeiros (J. L. Puente Dominguez, Alfonso Cardama e Cadarso de Guevara) aí vieram estagiar e aperfeiçoar-se. O desenvolvimento e importância do Laboratório de Cirurgia Experimental levaram o Instituto de Alta Cultura, sucessor da Junta de Educação Nacional a criar no Porto, e na sua Faculdade de Medicina, em 1940, um Centro de Estudos de Medicina Experimental. Como era natural, a respectiva direcção foi confiada ao Prof. Hernâni Monteiro, que, até ao seu falecimento, continuou a chefiá-lo e a orientar todas as pesquisas que durante cerca de um quarto de século aí se foram realizando em excelente ritmo sob a sua égide e directa responsabilidade. Da actividade do Laboratório e do Centro de Estudos falam eloquentemente os 19 volumes em que se coleccionam os trabalhos já publicados. O Prof. Hernâni Monteiro dirigiu também, desde a transferência da Faculdade para as suas modernas instalações, e até ao limite de idade, o modelar serviço de Cirurgia Experimental do Piso 7 que idealizou e montou para adestramento e trabalhos de investigação do pessoal docente e médico dos departamentos hospitalares da nova casa. E, já depois de jubilado, conseguiu obter da Fundação «Calouste Gulbenkian» a verba necessária para montar um Laboratório de Embriologia e Teratologia Experimental e do Instituto de Alta Cultura os meios indispensáveis para iniciar as respectivas actividades, que virão a dar complemento actualizado aos trabalhos descritivos de Teratologia do Prof. J. A. Pires de Lima. Promoveu, desta maneira, um bom início para as possibilidades da pesquisa científica no Serviço de Biologia Médica, dirigido pelo Prof. Mello Adrião, na qual colabora com todo o interesse o Prof. Castro Correia.

O Prof. Hernâni Monteiro e seus colaboradores receberam há poucos anos justa consagração pelos trabalhos dedicados à anátomo-fisiologia linfática ao ser-lhes dirigido convite para redigirem um dos relatórios («Méthodes de démonstration du système lymphatique chez le vivant») do Congresso Anual da «Association des Anatomistes» reunido em Lisboa em 1956. E a revista *Angiologia,* de Barcelona, inclui o Prof. Hernâni Monteiro na sua galeria de angiólogos ilustres, ao lado das personalidades con-

temporâneas que mais se têm destacado no progresso científico neste domínio.

Nos trabalhos do Laboratório de Cirurgia Experimental devem incluir-se além das investigações sobre o sistema linfático e sua inervação, as coronariografias experimentais, das primeiras realizadas, os estudos sobre inervação cardíaca e renal, circulações colaterais e revascularização de órgãos deficientemente irrigados, hipertensão arterial experimental, circulação venosa visceral e dos membros, anátomo-fisiologia hepato-biliar, etio-patogenia das úlceras gastro-duodenais, problemas de anátomo-fisiologia respiratória e circulação pulmonar, problemas experimentais relacionados com o crescimento ósseo, com as queroplastias, etc., etc.

O Prof. Hernâni Monteiro e os seus discípulos participaram em numerosos congressos científicos, sendo muito apreciada a colaboração dada aos Dias Médicos de Bruxelas, em 1938, onde o Prof. Hernâni Monteiro representou o Governo Português e a Faculdade de Medicina do Porto. No estrangeiro, o Prof. Hernâni Monteiro deu lições e conferências nas Faculdades de Santiago de Compostela, Salamanca, Valladolid, Bruxelas e, além destas, em outras cidades não universitárias. Foram os seguintes os congressos em que tomou parte: II e III Congressos Nacionais de Medicina (Porto, 1927 e Lisboa, 1928); XV Congresso Internacional de Antropologia (Portugal, 1930); I Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, 1934); Reuniões da «Association des Anatomistes» de Lyon (1923), Liège (1926), Varsóvia (1931), Lisboa (1933 e 1956), Mompilher (1935), Basileia (1938) e Leida (1957); Congressos Internacionais de Anatomia de Oxónia (1950) e Paris (1955); Congressos da Associação Portuguesa e da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências (Porto, 1921; Salamanca, 1923; Lisboa, 1932, Córdova, 1944; Madrid, 1958; Sevilha, 1960); Jornadas Médicas Galegas, (Coimbra, 1929; Vigo, 1931; Lugo, 1933); Jornadas Médicas Galaico-Portuguesas (Orense, 1935; Vigo, 1959); Reuniões da Sociedade Anatómica Portuguesa (Lisboa, Coimbra e Porto); Reuniões da Sociedade Anatómica Luso-Hispano-Americana (Santiago de Compostela, Coimbra, Salamanca, Porto, Lisboa); XIV Congresso da Sociedade Internacional de Cirurgia (Paris, 1951); III e IV Congressos Luso-Espanhóis de Cardiologia (Santander, 1959; Porto, 1963).

Quando se pensou levar a efeito a construção dos Hospitais Escolares de Lisboa e Porto, o Prof. Hernâni Monteiro foi nomeado pelo Governo vogal da Comissão Técnica para os respectivos estudos. Todos testemunhamos a entusiástica e

extraordinária actividade que desenvolveu a partir de então neste domínio, especialmente durante a construção do Hospital do Porto, visitando assídua e infatigàvelmente as obras, estudando com os outros professores e com os técnicos a repartição dos serviços e procurando dar solução a todas as dificuldades que iam surgindo no decurso dos trabalhos. Em 1954, foi nomeado presidente da Comissão Instaladora do Hospital de S. João. Nessa qualidade, teve de resolver, de colaboração com os outros membros da Comissão e com os respectivos directores dos serviços, todos os complexos problemas do seu apetrechamento. Não é fácil imaginar os trabalhos e atribulações que lhe couberam e todos os conhecimentos que revelou possuir para levar a bom termo tão árdua tarefa, mas é de todos conhecida a maneira feliz e eficaz como o Prof. Hernâni Monteiro desempenhou o papel de que foi em boa hora incumbido. Até 31 de Dezembro de 1960, data em que a Comissão Instaladora cessou as suas funções, continuou o Prof. Hernâni Monteiro a presidir à direcção do Hospital de S. João, tendo exercido papel de extraordinária valia na fase inicial da actividade deste estabelecimento.

Como um dos principais obreiros do novo Hospital-Faculdade, e então decano dos professores em exercício, coube ao Prof. Hernâni Monteiro a merecida honra de abrir os trabalhos escolares no novo edifício da Asprela, com uma lição dada em 9 de Novembro de 1959 na respectiva Aula Magna. Chamou ao seu trabalho «Exortação aos novos», nele historiou o desenvolvimento e as vicissitudes da Escola Médica Portuense, as aspirações e desenganos dos velhos professores e lembrou as responsabilidades dos actuais na escolha criteriosa de «bom material humano capaz de insuflar alma e vida às enfermarias, às consultas, aos laboratórios» e exprimiu a sua confiança no entusiasmo dos jovens médicos.

Quando, em 18 de Maio de 1961, atingiu o limite de idade, o Prof. Hernâni Monteiro não quis dar a sua última lição. Tentando furtar-se assim à consagração pública dos méritos revelados em tantos anos de serviço docente, da devoção exemplar pelos seus deveres de professor, da sua dedicação de sempre pela investigação científica, da sua preocupação permanente pelo bom nome e pelo progresso da sua querida Faculdade, o professor Hernâni não quis passar no Porto o aniversário jubilar. Refugiou-se em Santiago de Compostela onde contava muitos discípulos e admiradores. No entanto, não pôde esquivar-se poucos dias antes, a 10 desse mês, a significativa homenagem. Um grupo de discípulos constituído pelos Profs. Amândio Tavares, Luís de Pina, Álvaro Rodrigues, Sousa Pereira, J. A. Guimarães, Mello Adrião,

Silva Pinto, Joaquim Bastos, Albano Ramos, Bártolo do Vale Pereira, José Garrett, Abel Tavares, Alberto de Sousa, Castro Correia, Carlos Lima e pelos Drs. Giesteira de Almeida, António Braga, Amarante Júnior, António Coimbra, Nuno Grande, Pinto Machado C. Silva, A. Pacheco Viana, Alexandre Sousa Pinto, Júlio Costa, José Bacelar, Reis Maia, Álvaro Moitas, Óscar Ribeiro e Levi Guerra, ofereceu-lhe o seu busto, expressiva realização do escultor Lagoa Henriques. A inauguração deste busto que, desde então, ficou assente sobre um plinto de granito à entrada do Instituto de Anatomia, junto do Anfiteatro Norte do Hospital-Faculdade, e a que se associaram o Reitor da Universidade, o Director e os outros professores da Faculdade, assistentes, antigos e actuais alunos, foi seguida de uma sessão solene em que usaram da palavra os Profs. Mello Adrião e António de Almeida Garrett, seu grande amigo e antigo Director da Faculdade de Medicina e por fim o homenageado. Foi uma verdadeira consagração da sua vida tão cheia e toda ela dedicada à sua escola, aos seus colaboradores e aos seus alunos. Na manhã do dia seguinte, numa cerimónia muito simples e muito íntima, por iniciativa do pessoal técnico e menor do Serviço de Cirurgia Experimental, foi descerrado o seu retrato numa das dependências desse laboratório, no dia 12 a Administração do Hospital de S. João homenageou-o também, e a 13 foi-lhe oferecido pelos seus colegas da Faculdade um almoço íntimo no Hotel de Santa Luzia.

Era o Prof. Hernâni Monteiro um espírito sempre jovem, aberto a todos os progressos. Entre as lições que deu aos seus discípulos não foi a menor a da sua simpatia pelos novos e a da sua confiança na juventude que em contrapartida o venerava.

Todas as iniciativas de carácter cultural de que beneficiassem os estudantes eram-lhe extremamente gratas. Foi assim que em 1948, fundou com o maior entusiasmo o Teatro Clássico Universitário do Porto, organismo que durante muitos anos dirigiu e que sempre acompanhou nos êxitos que ulteriormente assinalaram o desenrolar das respectivas actividades. Desde a morte de Guilhermina Suggia, que muito admirava, exerceu o Prof. Hernâni Monteiro, com a maior competência e dedicação, as funções de consultor artístico do Centro Universitário do Porto. Foi por sua sugestão que aí se realizaram «Horas de Arte», «Colóquios de Música», muitos concertos e outras manifestações artísticas e literárias que tiveram grande repercussão na Universidade e nos meios cultos da cidade.

Muitas outras lições recebemos do Prof. Hernâni Monteiro! Pensava sempre nos outros, amparava os seus amigos e os seus

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Rua do Campo Alegre, 1055

discípulos nas doenças, lutas e desgostos, com toda a delicadeza e desvelo. Nunca procurou enriquecer e serviu, por isso, com a maior independência e assiduidade. Não deve deixar de registar-se também a resignação admirável com que recebeu e aceitou as provações que Deus lhe reservou para o fim da existência e o extraordinário vigor com que procurou reagir das suas limitações físicas, logrando assim continuar a associar-se às actividades da sua Escola e a integrar-se nas manifestações de arte e de cultura e numa vida de relação que, embora menos activa do que anteriormente, continuou a permitir o seu agradabilíssimo convívio aos seus colaboradores e aos seus amigos.

Não queria terminar esta curta notícia necrológica sem deixar registado o seu encanto pessoal, a sua primorosa e distinta educação, a sua bondade — que não excluía a prudência e a firmeza —, o seu espírito de justiça, a humana compreensão que manifestava pelas necessidades e pelos defeitos dos outros. Nunca lhe ouvi palavras de impaciência, expressões indelicadas, apreciações desagradáveis ou injustas. Não se deixava dominar pela ira, era inacessível à inveja, e cativantemente simples, apesar do seu alto prestígio universitário e social e das importantes missões que lhe confiaram. Este conjunto de predicados explicam, quase tanto como as suas qualidades de mestre de rara envergadura, que, desde os alvores da carreira docente até ao ocaso da sua vida, tantos discípulos o rodeassem, tão benéfica tivesse sido a sua passagem pela Escola que muito estremecia e altamente prestigiou. Professor completo, pedagogo exemplar, poderá ser apontado às gerações futuras como nobre expoente da humanidade da sua época, como formoso espírito que muito se esforçou na pesquisa infatigável e apaixonada da Verdade e muito se distinguiu no culto da Beleza e da Virtude.

ABEL SAMPAIO TAVARES
Prof. catedrático de Anatomia Descritiva
da Faculdade de Medicina do Porto

Vicente Risco

O Prof. Vicente Risco, que há pouco tempo faleceu, era uma figura de excepcional categoria. Nasceu em Orense em 30 de Setembro de 1884 e formou-se em Direito na Universidade de Santiago de Compostela. Foi Professor distintíssimo naquela cidade

e em Madrid, em cujas Escolas Normais ensinou, respectivamente, História e Filosofia, vindo a jubilar-se em 1955. Fora da cátedra, que tanto honrou, a sua actividade intelectual foi intensa e variada, pois abrange o jornalismo, o ensaio, a novela, a crítica literária

VICENTE RISCO

e crítica de arte, demonstrando sempre em tudo o que escrevia a sua vasta cultura.

Em 1917 fundou a publicação «La Centuria», e em 1920 a célebre revista galega «Nós», que dirigiu até fins de 1935.

Como bolseiro esteve a estudar etnografia e folclore na Alemanha, visitando por essa ocasião Viena, Praga e Paris.

Foi dos mais notáveis trabalhadores do «Seminário de Estudos Galegos», onde foi Director da Secção de Etnografia. Deu ainda um curso de História da Galiza na Universidade de San-

tiago de Compostela. Em 1937, foi um dos fundadores da revista católica «Misión». De 1945 a 1950 foi Professor da Escola do Magistério de Madrid, regressando depois a Orense para ocupar o cargo de Director da Escola do Magistério, onde já fora Professor. Foi sócio das mais notáveis Academias, e colaborador assíduo de muitos jornais, quer de Espanha, quer do estrangeiro. Era cronista oficial da cidade de Orense.

A sua obra é vasta e de altíssimo merecimento. Autor de muitas novelas, entre elas essa admirável «La puerta de paja», que fez o maior sucesso na Galiza e em toda a Espanha.

Da sua obra é justo destacar-se a «História dos Judeus», «Satanaz, Biografia do Diabo», cuja edição portuguesa saiu com um prólogo de minha autoria. Trata-se dum livro impressionante e do maior interesse.

Inúmeros e magníficos são os seus estudos sobre tradições populares, tais como: «O demónio na tradição popular galega», «Os mouros encantados», «Ensaio dum programa para o estudo da literatura popular galega», «O lobishomem», «Crenças referentes a alguns animais», «O lobo na tradição popular galega», «O fim do mundo na tradição popular galega», etc., etc. E ainda agora nos legou um ensaio notabilíssimo sobre a etnografia e mitologia galegas incluído no 1.º tomo da monumental «História da Galiza», que acaba de sair em Buenos Aires, sob a conceituada direcção do eminente Prof. D. Ramón Otero Pedrayo.

Filósofo, escritor, novelista, cientista, ensaísta, o Prof. Vicente Risco ocupava muito justamente um lugar de destaque entre os mais notáveis investigadores e pensadores de Espanha.

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA
Director do Museu de Etnografia e História do Porto

Abel Viana (1896-1964)

Em 17 de Fevereiro de 1964 faleceu, sùbitamente, o nosso consócio e distinto arqueólogo ABEL Gonçalves Martins VIANA, vitimado por um colapso cardíaco. Nasceu em Viana do Castelo em 16 de Fevereiro de 1896.

Abel Viana foi trabalhador incansável. O seu entusiasmo pela investigação era notório. O seu dinamismo, servido por qualidades de inteligência e forte poder de realização, permitiu-lhe criar obra de vulto, especialmente na Arqueologia do Alentejo e do Algarve.

Mas o seu espírito ávido de conhecimentos levou-o também a estudar a Etnografia, quer do Minho, quer, e sobretudo, do Baixo Alentejo.

Foi colaborador de jornais e revistas. Comparticipou em vários congressos. Foi, sem dúvida, um estudioso, um investigador e um publicista dotado de notáveis qualidades.

Num ou noutro aspecto podem fazer-se reparos à maneira como Abel Viana trabalhava.

O certo porém é que a quantidade de materiais que colheu e estudou é deveras importante.

Os 19 volumes do «Arquivo de Beja», atestam esta afirmação e, pode dizer-se, que são obra sua.

O Museu da Conceição, de Beja, ficou a dever-lhe muito.

*

Abel Viana foi empregado comercial no Rio de Janeiro, de 1910 a 1913. Regressado a Portugal, concluiu em 1917 o curso do Magistério Primário. Foi professor em Ponte do Lima, Vila Nova de Famalicão, Caminha e Viana do Castelo até 1933. Nesta data foi nomeado director escolar do distrito de Faro. Dali transitou para Setúbal e em 1939 para Beja, onde se radicou.

A sua intensa actividade no campo da investigação histórica, etnográfica e arqueológica levaram-no a abandonar as funções docentes.

Em 1940 foi nomeado catalogador do Museu Regional de Beja e, sucessivamente, delegado em Beja da Junta Nacional de Educação das suas secções de Escavações, e de Artes plásticas, Museus e Monumentos. Era secretário-geral do Centro de Estudos do Baixo Alentejo e redactor do Arquivo de Beja.

Na sessão ordinária da Câmara Municipal de Beja realizada em 19 de Fevereiro, ou seja 2 dias após o falecimento de Abel Viana, foi-lhe prestada justa homenagem. O presidente da Câmara Sr. Dr. Joaquim B. de V. Freire de Andrade, propôs que a Câmara o nomeasse a título póstumo cidadão honorário de Beja, e que ao museu instalado na antiga igreja de Santo Amaro seja dado o nome de Museu Arqueológico Abel Viana.

Foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura e colaborador do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Nos últimos anos, e em cada verão, fez escavações arqueológicas em Nossa Senhora da Cola, com subsídios da Fundação Calouste Gulbenkian. Ali colheu muitos e valiosos materiais.

É longa a lista dos seus trabalhos, os mais deles publicados no «Arquivo de Beja».

Nos *Trabalhos* da nossa Sociedade, nos Volumes XIV, XV e XVII estão publicados estudos arqueológicos seus, como sejam o trabalho «Vidros romanos», o exaustivo «Estudo arqueológico das Caldas de Monchique», este trabalho de colaboração com Octávio da Veiga Ferreira e José Formosinho, e «Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas», de colaboração com António Dias de Deus.

Publicou trabalhos sobre Paleolítico do Minho e do Alentejo, ocupou-se de objectos de bronze, de dólmenes, de castros, de necrópoles, de balineuns, etc., etc.. Foi, repetimos, um estudioso, um investigador e um publicista dotado de notáveis qualidades.

Em 1962 publicou um volume intitulado *Algumas noções elementares de Arqueologia prática,* Beja, 1962, 211 págs., 204 figs.

Beja perdeu um apaixonado pesquisador da sua história.

A nossa Sociedade de Antropologia perdeu um dos seus mais operosos sócios.

SANTOS JÚNIOR
Director do Inst. de Antrop.
Dr. Mendes Correia

Dr. Casimiro Machado (1898-1964)

No dia 8 de Março de 1964 faleceu o nosso consócio CASIMIRO Henriques de Morais MACHADO, que nascera em Mogadouro em 2 de Junho de 1898.

Formado em direito pela Universidade de Coimbra, o Dr. Casimiro Machado fixou residência na terra da sua naturalidade. Durante alguns anos foi Presidente da Câmara Municipal.

Espírito cheio de curiosidade científica, observador perspicaz e estudioso atento, sempre se interessou por tudo quanto dizia respeito à sua região. Dela publicou trabalhos onde os temas de ordem histórica, arqueológica e etnográfica se entrelaçam em tessitura perfeita e lêem com agrado.

Em *Douro Litoral,* Boletim da Comissão de Etnografia da Junta de Província do Douro Litoral, publicou uma série de belos artigos subordinados ao título geral de *Subsídios para a história de Mogadouro.*

O primeiro artigo desta série intitulado *Os marranos de Vilarinho dos Galegos* ocupa-se dos judeus da aldeia de Vilarinho dos Galegos do Concelho de Mogadouro.

Nos oito artigos da série que somam cerca de duas centenas de páginas, o Dr. Casimiro Machado registou usos e costumes

populares da sua terra respeitantes a práticas religiosas e crendices, medicina popular, rezas, ensalmos e receitas, culto das almas, lobisomens, bruxas e feiticeiras, superstições e crendices, etc..

Nos últimos anos era frequentador assíduo das reuniões científicas da Sociedade de Antropologia. Pouco antes de adoecer, numa dessas reuniões, sugeri-lhe que trouxesse à Sociedade um trabalho seu. Gentilmente acedeu. A morte não deixou que tivéssemos o prazer de o ouvir dissertar sobre usos e costumes da sua região de Mogadouro, que ele conhecia profundamente.

Se a Câmara Municipal de Mogadouro puder reunir em volume os trabalhos do Dr. Casimiro Machado prestará não só homenagem a um ilustre mogadourense mas também, e sobretudo, realçará os pergaminhos arqueológicos, históricos e etnográficos do concelho.

SANTOS JÚNIOR.

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

J. NORBERTO R. DOS SANTOS — **Mutilações dentárias em pretos de Moçambique** — Separata de «Garcia de Orta», Revista da Junta de Investigações do Ultramar, Vol. 10, n.º 2 — Lisboa, 1962, págs. 263-282, 5 figs., e 1 estampa com 4 fotos.

Na qualidade de assistente da Missão Antropológica de Moçambique, o A., em quatro campanhas da referida Missão, percorreu a província de Moçambique de norte a sul e contactou com grande número de tribos.

Além da colheita de numerosas impressões dermopapilares, de abundantes elementos de natureza etnográfica e de muitos outros de natureza diversa, o A. fez a colheita de numerosas mutilações dentárias em pretos de 38 tribos.

Examinou 3 190 indivíduos, dos quais 2 013 eram homens e 1 177 mulheres. Destes homens, 551 apresentaram mutilações dentárias (27,4 %) e destas mulheres, 528 tinham também os dentes mutilados (44,8 %).

As mutilações eram todas nos incisivos. Umas vezes só nos incisivos médios superiores: outras vezes nos médios superiores e inferiores; algumas vezes nos quatro incisivos superiores, ou nos quatro incisivos inferiores; menos vezes em todos os incisivos, de cima e de baixo.

Das 38 tribos estudadas, há 7 cujos indivíduos apresentam mutilações dentárias em mais de 50 %: Alolos (72,0 %), Lómuès (53,7 %), Macondes (95,5 %), Nhais (80,1 %), Tacuanes (71,4 %), Tongas (Báruè) (73,9 %) e Tsongas (59,4 %).

Refere o A. que o maior número de mutilações nem sempre se verificou nas povoações mais arredadas dos núcleos de civilização europeia, como foi o caso das povoações de Coguno e Chambula, ambas da tribo dos Chopes. Na primeira, possìvelmente mais isolada do que a segunda da influência da civilização europeia, a percentagem das mutilações dentárias é de 4,3: e na segunda é de 37,8 %.

No entanto o A. conclui que os pretos de Moçambique já hoje mutilam os dentes muito menos do que antigamente, em parte por terem «dado conta de que os dentes mutilados depressa se estragam» e ainda, como acrescenta: «Há no entanto que referir

um outro factor. É o da acção civilizadora dos Portugueses, em especial médicos, autoridades administrativas e missionários, que, inteligentemente, vão procurando, em atitude morigeradora, convencer os pretos dos inconvenientes das mutilações dentárias».

Trabalho bem documentado com numerosos desenhos dos diversos tipos de mutilações e suas variantes, e com algumas fotografias. Valiosa contribuição da antiga Missão Antropológica de Moçambique para o estudo da Antropologia moçambicana.

AGOSTINHO ISIDORO.

D. DE PINHO BRANDÃO — **Insculturas do Monte de Eiró, Penha-Longa (Marco de Canaveses)** — Sep. de «Lucerna», Vol. I, n.º 2, Porto, 1961, 18 págs., 4 gravuras e VI Ests. com mais 10 figs.

Este importante núcleo de gravuras rupestres fica no Monte de Eiró, sobranceiro ao lugar de Piares, da freguesia de Penha-Longa, concelho de Marco de Canaveses.

O Dr. Pedro Victorino publicou, em 1924, na revista «O Archeólogo Português», um pequeno artigo com alguns desenhos, bastante esquemáticos, que o A. reproduz.

Uma pedra do Monte de Eiró, com 2 espirais seguidas de longos sulcos ondulados ou serpeantes, foi trazida em 1910 para o Museu Municipal do Porto, onde se encontra.

O A. fez o estudo pormenorizado das gravuras *in loco*. Publica uma figura do conjunto mais importante, que designa por Eiró II. Em VI estampas com excelentes fotografias mostra os vários sinais insculpidos nos 3 grupos de gravuras rupestres, que designa por Eiró I, II e III.

Os petroglifos são espirais, sulcos ondulados, e sinais em xadrez ou reticulado, ou em grade como lhe chama.

Pela descrição feita em 1924 pelo Dr. Pedro Victorino, verifica-se que foram destruídas pedras onde havia covinhas, uma pegada, um labirintiforme e algumas siglas.

Este trabalho é, sem dúvida, uma boa documentação iconográfica das gravuras.

Prouvera a Deus que as nossas gravuras rupestres, e tantas são, fossem estudadas com o cuidado posto pelo A. no estudo que fez das do Monte de Eiró.

SANTOS JÚNIOR.

JAIME LOPES DIAS — **Etnografia da Beira** — Vol. IX — 263 págs., VII Ests., com 23 figs. — Lisboa, 1963.

Mais um volume sobre a riqueza etnográfica da sua província, escreveu o Dr. Jaime Lopes Dias, que é o grande etnógrafo da Beira Baixa.

Pelo subtítulo que figura no frontispício deste volume onde se lê: «Contos, Lendas, Mitos e Narrativas. Costumes. O Trajo. Os Penitentes. Notas Etnográficas e Históricas», já se pode ajuizar da riqueza da colectânea que o A. enfeixou neste volume. Mas é lendo-o — e foi com grande prazer que o fizemos — que se dá conta da abundância dos materiais colhidos e da maneira segura e criteriosa como estão expostos.

Um pequeno senão. Algumas fotogravuras são pouco expressivas.

Prouvera a Deus que cada uma das nossas províncias tivesse um etnógrafo do quilate do Dr. Jaime Lopes Dias que, há muitos anos, em continuidade exemplar, tem recolhido grande quantidade de materiais, alguns deles preciosos, ligados ao viver do povo beirão. A série dos 9 volumes publicados pelo A. sobre a Etnografia da Beira é o testemunho flagrante da obra dum grande etnógrafo.

Esta obra, no dizer de Jaime Cortesão deve-se à «benemerência do seu esforço, objectividade, carinho e talento com que procedeu à colheita e nos transmitiu essas flores do seu jardim da Beira».

Oxalá que o A. possa, conforme promete na pág. 21, estudar os contos populares portugueses e, como escreveu, dar-lhe «o lugar que lhes compete na classificação geral e universal de Stith Thompson».

S. J.

ALBERTO VIEIRA BRAGA — **Curiosidades de Guimarães — XX — Do povo. Da lavoura. Dos costumes. Do passadio e dos trajos. Das apeirias e sementeiras. Dos folguedos e das festas** — Sep. do Vol. LXXI da «Revista de Guimarães», Guimarães, 1961, 168 págs. e 31 figs.

Mais um volume da série «Curiosidades de Guimarães», o 20.º, nos dá a meritória actividade do A., que às coisas etnográficas e históricas da região de Guimarães há 32 anos se vem dedicando com notável proficiência.

O 1.º vol. das suas «Curiosidades de Guimarães», subordinada ao título *Mulheres, jogo, festas e luxo,* foi publicado em 1929.

O subtítulo do 20.º Vol. que agora analisamos permite ajuizar da vastidão da recolha dos materiais nele enfeixados.

Melhor ainda pelos títulos dos capítulos, que são os seguintes: Cultura do povo. Etnografia caseira e do trabalho. — Talhamentos de terras. Inclinações supersticiosas. Derrame de bruxalidade. O grande museu rural. — Proprietários e caseiros. Casas e cabanas. — Alimentação. — Vestuário. — Trastes e apeirias. Sementeiras. Estatísticas da população e produção. — Folguedos e diversões. Do valor das freguesias. — Festas. Romarias. Procissões. — Como nasceu o enxadrezamento da pequena propriedade no panorama rural? Dos foros pertencentes à Câmara Municipal de Guimarães.

Verifica-se que são múltiplos, e do maior interesse, os temas de que trata este belo trabalho. Mas é lendo-o que, no aprazimento da leitura, se apreciam as qualidades de observação e de crítica do A. que é um distinto etnógrafo dotado de apurada sensibilidade.

S. J.

REBELO BONITO — **Pregões do Porto** — Sep. do «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Vol. XXVI, fasc. 1-2 — Porto, 1963, 36 págs.

A ampla e profunda erudição musical do A. posta ao serviço duma encantadora faceta dos costumes populares portuenses, os pregões, afirma, que no Porto eles «rivalizam em qualidade e quantidade com os de qualquer outra cidade do país, não lhes sendo inferiores no significado musicológico».

De entrada faz considerações de ordem geral e histórica sobre várias categorias ou tipos de pregões, abordando a morfologia ou contextura das frases e um ou outro aspecto da sua entonação musical, referida em comparação com textos de pregões do Porto, de Lisboa, Coimbra, Elvas, e outras regiões do país.

Aborda a música dos pregões, escrevendo a música de cada um, ao mesmo tempo que faz o seu estudo comparado, mostrando semelhanças flagrantes, aspectos coincidentes, correspondências de timbre musical, mudança do texto da frase apregoada com manutenção da solfa, e variantes melódicas quer por desintegração quer por contracção.

Quanto à origem musical ou, talvez melhor, quanto às influências musicais exercidas sobre os pregões, admite que tenham

raízes múltiplas, sendo as principais o cantochão, o canto gregoriano e os toques militares.

Desenvolve este tema servindo-se de comparações bastante sugestivas, mas, prudentemente, conclui: «Destas aproximações seria ousado tirar conclusões em defesa de qualquer tese, pelo que melhor será levar tudo à conta de mera coincidência».

No final dá uma colectânea das músicas ou solfas de 45 pregões, dos quais 17 musicais da gaita ou flauta multitubular tocada pelos guarda-soleiros e amola tesouras e navalhas. As restantes 28, vocais, usadas para apregoar variados artigos.

S. J.

FRITZ KRUGER — **El mobilário popular en los países românicos.** — 933 + VI pág. — 30 × 35 — Coimbra, 1963.

Este trabalho, de grande vulto, profusamente ilustrado e documentado, do professor da Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina, suplemento da Revista Portuguesa de Filologia, mereceu o prémio folclórico internacional de Palermo, «G. Pitré».

A obra pròpriamente ocupa 700 páginas de texto; 90 trazem a opulenta bibliografia; e 175 respeitam a fotos e desenhos.

Trabalho de grande interesse subdividido em: arcas; cofres e baús; armários e cómodas; pregarias, nichos de loiça e aparadores; mesas; onde e como se dorme; mobiliário especial de cozinha e despensa.

Trata-se do primeiro volume da obra oportunamente completada com mais dois, respectivamente destinados a assentos e a cadeiras.

Trabalho de grande fôlego, levado ao mínimo pormenor, parte do mobilário popular da Romania para todos os outros países românicos.

Profusamente documentado, altamente especializada obra de profundidade, está prenhe de citações da maioria dos etnógrafos dos países referidos, bem como de quase todos os termos populares locais.

A respeito de *mesas*, por exemplo, setenta páginas de texto profusamente anotado, vai da mesa de Melide (Galiza) e da *tripeça* da nossa Estremadura e dos bancos dos nossos poveiros, pela *camilla* de Alberca, pelo *txitxilu* vasco e *taula* catalã à tripeça ribatejana.

Cita-nos a propósito desta vasta etnografia Alves Redol (pág. 294, nota n.º 5).

Ora estes «pequeños *trapeços* hechos de corcho y destinados... tambiem à sentar-se», denominan-se no Ribatejo cadelas e são fabricados caseiramente de troncos de oliveira cortados de modo a ficarem três ramos a servir de pernas, e só servem para assento e nunca de mesa, salvo erro.

Sugere-se, ao muito ilustre Autor, uma nota sobre tão curioso tipo de assento, no seu próximo volume 3.º, especializado nesse tipo de mobiliário: assentos.

Como referi *supra,* o trabalho é largamente ilustrado.

Temos entretanto que lamentar tratar-se de péssimos desenhos onde não é possível em muitos casos, notar-se o pormenor etnológico, e de fotografias também de grande mediocridade, possívelmente reproduzidas de ilustrações e não directas.

Não obstante este grave senão, a obra do Dr. Fritz Kruger deve entrar na biblioteca de todo o estudioso da especialidade que se preze — e vai certamente tornar-se um livro clássico de etnografia comparada.

CONDE D'AURORA.

ALMEIDA GARRETT — **Romanceiro** - 3 volumes. Edição revista e prefaciada pelo Dr. Fernando de Castro Pires de Lima. Gabinete de Etnografia da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1963.

Nova e primorosa edição do notável **Romanceiro** do nosso maior historiador de poesia popular, do verdadeiro criador do folclore português.

E notável prefácio desse polígrafo incansável, desse folclorista pluriforme, o nosso consócio Dr. Fernando de Castro Pires de Lima que veio enriquecer a nossa já pujante literatura popular com mais uma obra de inestimável valia.

Constam os três volumes do **Cancioneiro,** da obra primitiva completa e magníficas traduções para francês, inglês e espanhol, primorosamente revistas por Gwen Gething de Andrade, Maurice Villemur e Júlio Martinez Almoyna.

Às anteriores edições foram cuidadosamente acrescentados os versos faltosos, em número de cerca de uma centena.

Enriquecido, ainda, o **Cancioneiro**, por um prefácio extenso e brilhante, da primorosa pena do ilustre compilador que descreve, com clareza e erudição, a figura de Almeida Garrett, colocando-o no alto e venerando pedestal de verdadeiro mestre de nacionalismo.

C. d'A.

JOSÉ ROSA DE ARAÚJO — **Rastro de Sombras.**

Este nosso consócio, uma das mais interessantes figuras de estudiosos da Ribeira Lima e a quem se deve já uma série longa de trabalhos de investigação etnológica e historicista, publicou recentemente uma bela colectânea de estudos e ensaios relacionados com o passado de Viana do Castelo e seu termo.

Sugestiva capa do grande artista Manuel Couto Viana. Obra de grande interesse a colocar ao lado das outras do mesmo erudito e laborioso autor na estante dos estudiosos.

C. d'A.

E. LAPA CARNEIRO — **Donde vem a confusão entre louças do Prado e louças de Barcelos** — Barcelos, 1962. Folheto 16 págs. in-16.

Nesta obrinha profusamente ilustrada e anotada, o A. aponta a incongruência da confusão devida ao facto das freguesias de Barcelos onde actualmente se trabalha aquela sua olaria, de graça e encanto único, haverem pertencendo ao velho concelho de Prado, extinto em 1855.

C. d'A.

E. LAPA CARNEIRO — **Figurado de Barcelos da inexistência de peças antigas** — Barcelos, 1963.

Outro folhetinho de oito páginas, este (in-16), bem ilustrado também referido à olaria popular barcelense e ao seu esquecimento pelos escritores de antanho perante os triunfantes barros de Estremoz.

Curiosa achega para o estudo da cerâmica nacional.

C. d'A.

E. LAPA CARNEIRO — **Testamento que fez um galo** — Barcelos, 1963.

Folhetinho de 28 páginas (in-16), muito ilustrado de fotografias e desenhos vários, referindo, o texto e as ilustrações, um folheto de cordel de quadras populares.

Curioso e probo estudo de boa orientação etnográfica.

C. d'A.

Auto de Floripes — Edição subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian — Porto, 1963.

Este antiquíssimo e tão curioso auto medieval anualmente levado à cena, em palco armado ao ar livre na freguesia das Neves, do termo de Viana do Castelo, recolhido e anotado pelo erudito estudioso local Leandro Quintas Neves, foi este ano dado à estampa num folheto de bela apresentação gráfica dirigido pelo Arquitecto Fernando Lanhas.

Magníficos e sugestivos desenhos de Manuel Couto Viana, Laura Costa e Augusto Gomes.

Bons papéis. Medíocres fotografias, a cores e a preto. Síntese de Alves Costa. Estudos de Fernando de Castro Pires de Lima, Engenheiro Rebelo Bonito e Leandro Quintas Neves.

C. d'A.

Bracara Augusta e o distrito de Braga

Temos recebidas estas duas publicações que honram as letras portuguesas, devidas respectivamente aos serviços culturais da *Câmara Municipal de Braga* e da *Junta Distrital de Braga*.

O egrégio nome do nosso ilustre camarada e brilhante espírito de humanista e historiador Dr. Sérgio da Silva Pinto, aliado aos não menos doutos Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e Coronel José Baptista Barreiros; e, ainda, o do grande e tão culto jornalista Constantino Coelho — são garantia do valor da publicação.

Temos sobre a nossa banca de trabalho o 2.º fascículo da acta do Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos (Vol. XI-XII — n.º 1 — 4 (43-46) Janeiro de 1960 — Dezembro 1961) cujas 203 + XI páginas nos deleitam o espírito desde o belo trabalho de *arquitectura galega da época sueva* do Dr. Cas-

tilho Lopez ao estudo de Sérgio Pinto sobre a Igreja bracarense na Dominação Sueva.

Profusamente ilustrado este belo tomo da *Bracara Augusta*.

E temos ainda o tomo I (vol. XIV—XV — n.os 1-2 — (49-50) Janeiro-Dezembro de 1963), o número especial respeitante às actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo.

História, arte e paisagens do Distrito de Braga, Concelho de Vila Verde. Junta Distrital de Braga, 1963, 196 pág. (20 × 15).

Bem intencionada iniciativa da J. D. Braga é lastimável e lamentável sob todos os pontos de vista de realização, quer pelo texto destituído de qualquer arrumo ou método, até às fotografias e desenhos de péssima qualidade e pior colocação.

E todavia, traz tanta, tanta coisa boa e de interesse do concelho de Vila Verde que se torna útil ao estudioso ter esta obrinha no seu gabinete de trabalho.

O que é preciso é que a benemérita J. D. de Braga, à frente da qual se encontram duas figuras conhecidas de estudiosos, não repita o caso para os restantes concelhos do seu formoso Distrito.

C. d'A.

COMPRA DE TRABALHOS DA SOCIEDADE

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia permuta a sua publicação com muitas revistas nacionais e estrangeiras. Estão esgotados no todo ou em parte os volumes I a XII.

É frequente serem-nos solicitados volumes ou fascículos em falta. A Sociedade compra os volumes completos acima referidos ou fascículos isolados.

O possível vendedor poderá, querendo, comunicar com a Sociedade pelo telefone 26389.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XIX — FASC. 2

SUMÁRIO:

J. RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR:

As gravuras litotrípticas de Ridevides (Vilariça) — (págs. 111 a 144).

AGOSTINHO ISIDORO:

O centro Oleiro da Flor da Rosa (Concelho do Crato — Alto Alentejo) — (págs. 145 a 168).

Vária: — Machados planos de bronze de Montalegre (CARLOS TEIXEIRA & MARIA DA SOLEDADE DE CASTRO FERNANDES) (págs. 169 a 173); Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo) — Novos elementos (II) (AGOSTINHO ISIDORO) (págs. 174 a 177); Escavações no Castro de S. Vicente da Chã (Barroso) (J. R. SANTOS JÚNIOR & AGOSTINHO ISIDORO) (págs. 178 a 186); Escavações do Castro de Carvalhelhos (Campanha de 1963) (J. R. SANTOS JÚNIOR) (págs. 187 a 193); Um botilho trasmontano (J. R. SANTOS JÚNIOR) (págs. 193 a 196).

Lutuosa: — HERNÂNI MONTEIRO (pág. 197); VICENTE RISCO (pág. 204); A[illegible] CASIMIRO MACHADO (pág. 208).

Revista bibli[illegible] — ALBERTO VIEIRA BRAGA (212); ALMEIDA [illegible]215); Auto de Floripes (217); Bracara Augusta [illegible]o de Braga (217); D. DE PINHO BRANDÃO (211); [illegible]A CARNEIRO (216); FRITZ KRUGER (214); J[illegible]ME LOPES DIAS (212); J. NORBERTO R. DOS SANTOS (21[illegible], JOSÉ ROSA DE ARAÚJO (216); REBELO BONITO (213).

[illegible]o — Imp. Portuguesa — 108, R. Formosa, 116 — 196